

Edição e Propriedade

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Contribuinte: 501104038

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

Telef.: 21 885 12 85 / 21 886 35 11 Fax: 21 885 13 55

E-Mail: snec@snec.pt; educacao-crista@sapo.pt

Diretor

Acácio José Pereira Lopes

Conselho de Redação

Anacleto Oliveira, António Francisco dos Santos, António Marcelino,
Maria Helena Pereira, Cristina Sá Carvalho.

Sede da Redação

Quinta do Cabeço, Porta D 1885-076 MOSCAVIDE

Paginação e Montagem

Ângela Baptista

Tiragem

XXXXX exemplares

Condições de assinatura

Número Avulso: 5 Euros

Assinatura Anual (3 números): 15 Euros

Ideografia

Aristides Dourado

Nº de Registo

124627

Impressão

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354-909 Torres Novas

Depósito legal

221 724/12

Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas

Pastoral Catequética

revista de catequese e educação

24/25

Evangelizar

ASSEMBLEIA GERAL DO COMITÉ EUROPEU DO ENSINO CATÓLICO

Homilia da Celebração Eucarística [9-10]

D. ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS

As escolas católicas em Portugal [11-19]

QUERUBIM JOSÉ PEREIRA DA SILVA

**Para uma Ética da Gestão Escolar:
*a Doutrina Social da Igreja*** [21-36]

ETIENNE VERHACK

Escola Dialogal [37-42]

ETIENNE VERHACK

ENCONTRO NACIONAL DE CATEQUESE

«A TUA FÉ TE SALVOU» LC 18, 42

Deus e o Ser Humano na Dinâmica da Fé Cristã [45-54]

DOMINGOS TERRA

**A fé em Jesus Cristo, condição de plenitude do ser
humano** [55-64]

ACÁCIO JOSÉ PEREIRA LOPES

**CONSELHO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA EUROPA
CONGRESSO DA CATEQUESE, 2009**

«A COMUNIDADE CRISTÃ E O PRIMEIRO ANÚNCIO»

**O Primeiro Anúncio na Igreja Italiana. Orientações
Pastorais [67-87]**

MONS. LUCIO SORAVITO DE FRANCESCHI

A Nova Evangelização [89-106]

CARDEAL WALTER KASPER

**Comunidade Cristã e Primeiro Anúncio - A Formação de
uma Comunidade Missionária [107-121]**

GIANI COLZANI

**CONSELHO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS DA EUROPA
CONGRESSO DA CATEQUESE, 2012**

«A INICIAÇÃO CRISTÃ NA PERSPETIVA DA NOVA
EVANGELIZAÇÃO»

**«A iniciação cristã na perspetiva da nova evangelização»
(cf. *Lineamenta* n° 18
e *Instrumentum laboris* do Sínodo) [125-137]**

MONS. PIERRE-MARIE CARRÉ

**«A pluridade da iniciação cristã como impulso pastoral
para os jovens de hoje» A importância dos jovens para a
Igreja, o Povo de Deus [139-153]**

MONS. ALLOIS SCHWARTZ

**Reflexões Catequéticas sobre o Processo de Iniciação
dos Jovens [155-173]**

MONS. GYÖRGY UDVARDY

**A iniciação cristã na dinâmica da fé - A pedagogia da
iniciação na catequese [175-186]**

D. JAVIER SALINAS VIÑALS

**Apresentação dos resultados do Estudo-sondagem
sobre a iniciação cristã das crianças e dos adolescentes
[187-206]**

CRISTINA SÁ CARVALHO

Editorial

DIÁC. ACÁCIO JOSÉ PEREIRA LOPES (*)

Este número duplo da revista «Pastoral Catequética» oferece aos nossos leitores um conjunto diversificado de comunicações apresentadas em contextos diferentes.

Da Assembleia-Geral do Comité Europeu do Ensino Católico (CEEC), realizado em Portugal em outubro de 2012, para além da homilia da celebração eucarística de abertura, presidida por D. António Francisco dos Santos, na qualidade de Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé, publicamos a intervenção do Pe. Querubim Silva, Presidente da Direção da APEC (Associação Portuguesa de Escolas Católicas) sobre a situação das escolas católicas portuguesas, partindo de um breve percurso histórico, traçando de forma esquemática e incisiva o estado atual do ensino católico e prognosticando o futuro (problemático) que parece desenhar-se no seu horizonte. Apresentamos também a comunicação do Secretário-Geral do CEEC, Etienne Verhack, em busca da identidade e da caracterização de uma “Ética de Gestão Escolar” a partir dos princípios fundamentais da Doutrina Social da Igreja. Do mesmo autor, inserimos ainda uma breve intervenção feita na Assembleia-Geral do CEEC, realizada em abril de 2013, em Bruxelas, defendendo o caráter dialogal da Escola Católica.

Na segunda parte da revista, apresentamos duas intervenções realizadas no Encontro Nacional de Catequese, que teve lugar em Lamego, em março de 2012: uma do Prof. Dr. Domingos Terra sobre a dinâmica da fé cristã como iniciação ao amor divino, e outra do Diác. Acácio Lopes que, partindo do nº. 22 da «Gaudium et Spes», apresenta a fé em Jesus Cristo como condição necessária de plenitude do ser humano.

(*) Diretor.

Na terceira parte, inserimos algumas das comunicações apresentadas no Congresso da Catequese realizado em Roma, em maio de 2009, no âmbito do Conselho das Conferências Episcopais da Europa, que abordou a problemática do “primeiro anúncio” no contexto da «Nova Evangelização» e da vocação das comunidades cristãs como comunidades missionárias.

Na quarta parte, aproveitando várias das intervenções no Congresso da Catequese do mesmo Conselho das Conferências Episcopais da Europa que teve lugar em Roma em maio de 2012, problematiza-se a questão da pedagogia catequética como iniciação cristã à dinâmica da fé na perspetiva da referida «nova evangelização».

A encerrar este número duplo da nossa Revista, damos a conhecer os resultados de um estudo-sondagem sobre a Iniciação Cristã das crianças e adolescentes portugueses que realizámos por ocasião da preparação do Congresso da Catequese realizado em Roma em maio de 2012.

Embora muito diversificado, o conteúdo temático deste número da «Pastoral Catequética» aposta na busca da unidade que deve presidir a toda a ação pastoral da Igreja. Foi por isso que lhe atribuímos um título de projeção universal, mas de preocupação prática e concreta: «Evangelizar».

ESCOLA CATÓLICA

**ASSEMBLEIA GERAL DO COMITÉ EUROPEU DO
ENSINO CATÓLICO**

Turcifal, 12 - 13 de outubro de 2012

Assembleia do Comité Europeu do Ensino Católico – Turcifal, 2012

Homilia da Celebração Eucarística

D. ANTÓNIO FRANCISCO DOS SANTOS (*)

Caros amigos participantes na Assembleia Geral do Comité Europeu da Escola Católica:

1. Queríamos começar a nossa Assembleia pela celebração da Eucaristia. É perante o Senhor Jesus Cristo e ao redor do altar que nos reunimos para rezar juntos, para acolher a palavra de Deus, para compartilhar as nossas intenções e orações, para ressarcir as nossas forças para o caminho, na fonte da vida que é o Corpo do Senhor.

2. Domingo, em Roma, Bento XVI celebrou a Missa de abertura do Sínodo dos Bispos sobre a evangelização e ontem mesmo fazia memória do Concílio Vaticano II e abria o Ano da Fé, que nos convida a viver ao longo dos próximos meses, até 24 de novembro de 2013. Estes são eventos que devem também estar presentes na nossa oração, e no nosso trabalho, durante esta Assembleia. A Carta Apostólica “*Porta Fidei*” também deve inspirar as nossas reflexões. Temos de retomar as intuições do Concílio sobre a Educação. Precisamos de colocar a fé em Jesus Cristo e o encontro com Ele no centro do nosso trabalho na escola e da nossa missão como cristãos no mundo escolar.

(*) Bispo de Aveiro. Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé.

3. Na primeira leitura de São Paulo aos Gálatas, somos convidados a procurar a fé e a viver pela fé, seguindo o exemplo de Abraão. Não é a lei que nos salva e nos liberta. É a fé que nos faz viver a justiça e que nos é dada por Jesus Cristo. É ainda, por meio de Jesus Cristo, que a bênção da fé de Abraão nos é transmitida a todos, para além do povo judeu. Pela fé, nós recebemos o Espírito Santo que nos foi prometido.

4. Como texto do Evangelho escolhemos esta parábola do semeador que saiu a semear seu campo. As sementes distribuídas encontraram diferentes terrenos. Há aquelas que brotaram e produziram frutos. Como professores cristãos, o que nos é pedido não é apenas o trabalho de semear a boa semente, mas também nos é confiada a tarefa de preparar o terreno para que as sementes possam frutificar em abundância.

5. Hoje à noite, e amanhã, milhares de peregrinos de Fátima reúnem-se para celebrar o aniversário da última aparição de Nossa Senhora a três crianças, que cuidavam de seu rebanho. Bento XVI disse-nos, em Fátima, que a Virgem, Mãe de Deus, é uma verdadeira mestra na escola da fé e propôs-nos Fátima como verdadeira escola da Mãe de Jesus e verdadeira escola de fé. Na passada semana, no sábado, a Associação Portuguesa de Escolas Católicas e o Secretariado Nacional da Educação Cristã organizaram a primeira peregrinação cristã a Fátima das Escolas Católicas. Foi uma bela experiência de vida e de oração.

Rezemos então, hoje, com a Mãe de Jesus, para que ela nos ensine a continuar com coragem, lucidez e alegria, o caminho da nossa missão ao serviço das Escolas Católicas na Europa.

As escolas católicas em Portugal

P. QUERUBIM JOSÉ PEREIRA DA SILVA (*)

1. Um pouco da história...

A história da educação em Portugal está intimamente associada à Igreja Católica. Se recuarmos até aos primórdios da nacionalidade, encontramos o Estado e a Igreja em sintonia, embora o protagonismo normalmente seja da Igreja. Não admira ser a Igreja a grande impulsionadora de espaços e ambientes de cultura e instrução, que progressivamente se vão estendendo a variadas franjas da população.

É à sombra dos mosteiros que o ensino é ministrado, a princípio só para os que seguem a vida eclesíastica, mas depois também para os que não aspiram a ser clérigos. Santa Cruz, em Coimbra, com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, ou Alcobaça, com os monges de Cister, são polos excelentes de irradiação de cultura que marcam estes primeiros séculos de independência.

Em 1540, Inácio de Loyola, apaixonado por Portugal, funda a Companhia de Jesus e empenha-se, com os seus discípulos, na difusão da doutrina cristã e na arte de ensinar, instruir e educar. O rei D. João III facultou-lhe um edifício em Lisboa - o mosteiro de Santo Antão - que foi a primeira casa que os jesuítas possuíram como própria, no mundo inteiro.

Vocacionada para a missão, a Companhia de Jesus atinge prosperidade e prestígio sobretudo no ensino. O monarca depressa reconhece que pode confiar nesta ordem para a grande renovação cultural que está a realizar em Portugal. Coimbra, mais uma vez, será a cidade de eleição para se desenvolver um novo ímpeto na educação nacional. O Colégio de Jesus e o Colégio das Artes, a Universidade, tudo é conquistado pelos jesuítas, que se mostram imparáveis nos seus projetos académicos.

(*) Diretor do Colégio de N.ª Sr.ª da Apresentação, Calvão - Diocese de Aveiro; Presidente da APEC - Associação Portuguesa de Escolas Católicas. Membro do Conselho Nacional da Educação.

Os êxitos extraordinários atingidos levam a Companhia de Jesus a criar em diversas cidades portuguesas escolas *públicas*, isto é, escolas abertas a estudantes não jesuítas, sob a sua orientação pedagógica. Entretanto, o seu *império* é enriquecido com a construção de mais colégios, no Continente, nas Ilhas Adjacentes e no Ultramar. Contudo, o poder que os jesuítas rapidamente adquirem na vida deste pequeno reino, sobretudo a nível do ensino, começa a ser questionado por algumas pessoas influentes.

No século XVIII, as descobertas de Galileu, Newton, Leibniz, ou as ideias revolucionárias de Descartes afetam o mundo ocidental. A Companhia de Jesus, caracterizada pela sua severidade, rigidez das regras e espírito de obediência, é abalada pelas doutrinas da *ciência nova*.

Na busca de novos caminhos no campo do ensino, D. João V acolhe o contributo da congregação do Oratório, que conta com mestres abertos às novidades científicas e às novas correntes do pensamento. Progressivamente, os oratorianos vão-se impondo na vida cultural do país, enfraquecendo a preponderância dos jesuítas que permanecem fechados (ou pelo menos reservados) às novas doutrinas e métodos de ensino.

Para esta caminhada declinante da Companhia de Jesus na primeira metade do século XVIII, muito contribui o papel desenvolvido por Luís António Verney. Português, formado nas escolas italianas, iluminista notável, adepto de uma sociedade diferente, considera urgente uma reforma geral do ensino, dos métodos pedagógicos, dos compêndios, dos programas, da preparação dos mestres. Crítico ferrenho da pedagogia inaciana, Verney tudo faz para diminuir o poder da Companhia de Jesus.

Estamos em 1750. Morre D. João V e sucede-lhe D. José I. A grave situação económica do país exige alterações profundas na Administração Pública. O rei procura tomar medidas drásticas e severas que irão naturalmente afetar interesses instalados, nomeadamente os dos nobres e os da Companhia de Jesus.

É nesta altura que o homem escolhido pelo monarca para gerir a pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra, começa a ganhar relevância, adquire a confiança do monarca e avança com uma reforma estrutural que marca decisivamente a história da educação em Portugal. Esse homem chama-se Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido por Marquês de Pombal.

Com ele, a Companhia de Jesus é abruptamente afastada do palco educativo e até expulsa do país. Consuma-se, desse modo, a intervenção estatal na administração escolar. Pela primeira vez na história de Portugal, o controlo do ensino está nas mãos do Estado, o qual nunca mais o largou, até hoje.

Com maior ou menor dificuldade, o Marquês cria escolas primárias e secundárias nos principais centros populacionais do país. Acontece que a eficácia destas reformas é em geral bastante limitada, não só porque se torna difícil substituir toda a rede escolar montada pelos jesuítas, como também por falta de modelos alternativos suficientemente estruturados e credíveis.

Com a morte de D. José, em 1777, o Marquês de Pombal deixa de ter qualquer influência política, mas a sua obra é tão vasta e profunda, embora polémica, que jamais será possível regressar ao passado. O Estado nunca mais deixará de cair na tentação de centralizar o sistema educativo, asfixiando, em maior ou menor grau, as iniciativas da Igreja e da sociedade civil. Até meados da segunda década do século XX, as congregações religiosas oscilam entre a expulsão do país e o regresso, ora encerrando escolas, ora reabrindo-as. Mas cada vez se reabrem menos escolas, devido à instabilidade política do país.

Contudo, mesmo marginalizadas, as escolas da Igreja, sobretudo as ligadas a ordens religiosas, conseguem impor-se pela competência e espírito de serviço. A par do ensino *normal*, dedicam-se à educação pré-escolar (tanto na formação dos agentes como nas próprias instituições educativas), ao ensino dos alunos com necessidades educativas especiais, ao ensino artístico, ao ensino técnico e profissional (sobretudo os salesianos), ao ensino de classes desprotegidas.

Os primeiros anos da República foram dramáticos. Mas, com o advento do Estado Novo, em 1926, chega-se a alguma tranquilidade. São redigidos os primeiros estatutos do ensino particular - uma tentativa de o Estado não só organizar o ensino não estatal, mas sobretudo de o controlar a todos os níveis. Em 1940, Portugal celebra uma Concordata com a Santa Sé; a partir dela se regula definitivamente o ensino católico, formalizando-se o direito de as associações e organizações da Igreja poderem estabelecer e manter escolas privadas paralelas às estatais. Ficam, todavia, sujeitas à fiscalização do Estado, nos termos do direito comum, podendo ser, nos mesmos termos, subsidiadas e oficializadas. Contudo, nenhuma destas escolas foi subsidiada e oficializada até aos inícios dos anos 70.

Apesar desta sobredeterminação política e pedagógica, as escolas católicas, agora mais confiantes, proliferam por todo o território, privilegiando as zonas do interior, mais desprotegidas. A par das escolas congregacionais, na década de 60 do século passado, criam-se muitas escolas diocesanas. E outras há que, não sendo formalmente católicas, são dirigidas por cristãos convictos, que imprimem no quotidiano da escola uma cultura humanístico-

-cristã. Por estas alturas, existem no país cerca de 400 escolas privadas, 60% das quais de inspiração cristã. Liceus estatais são pouco mais de 40. Estes números dão-nos uma ideia do protagonismo do ensino não estatal nesta época, com destaque para o impacto territorial (e social) das escolas católicas e de matriz cristã, que educavam mais de 60% dos alunos que estudavam no ensino privado

Infelizmente não há apoios financeiros do Estado e as escolas católicas têm de cobrar propinas. Mesmo assim, fica mais barato aos pais matricular os filhos no colégio da vila do que hospedá-lo na escola estatal da capital de distrito, a maioria das vezes bem distante do local de residência. E, para as famílias mais carenciadas, era frequente as escolas católicas oferecerem bolsas de estudo ou terem propinas reduzidas.

Na década de 70 concedem-se os primeiros subsídios mas enfrenta-se a “explosão” das escolas estatais, asfixiando muitas escolas católicas. Para piorar a situação, o período revolucionário que se segue à instauração da democracia, em 1974, não favorece o funcionamento do ensino privado. Encerram muitas escolas, mas são os colégios católicos os que mais dão provas de resistência perante a crise. Apesar disso, só no território da diocese de Lisboa, encerram quase todas escolas católicas diocesanas, restando apenas uma - Externato de Penafirme -, que amanhã visitaremos. No ensino secundário, dos 60% de alunos a frequentar o ensino privado da década de 60, passamos para pouco mais de 10% no final da década de 70.

É entretanto neste período difícil que as escolas católicas se congregam e lutam conjuntamente, aglutinando também as restantes escolas privadas. Assim, nasce uma nova associação de todo o ensino privado - a AEEP - ainda hoje existente; e sente-se também a necessidade de as escolas católicas terem uma estrutura nacional sob a tutela da Conferência Episcopal, criando-se o Departamento da Escola Católica, adstrita ao SNEC (Secretariado Nacional da Educação Cristã); mais tarde, surge a APEC - Associação Portuguesa de Escolas Católicas. A partir daqui, cria-se um conjunto de leis que iriam regular o ensino privado durante as décadas seguintes, praticamente até finais de 2010 (o atual estatuto do ensino particular data de 1980!); e desenvolve-se uma nova cultura de escola católica, assente em projetos mais credíveis e na renovação pedagógica dos docentes. Com um ambiente mais favorável, as décadas de 80 e 90 são de algum crescimento e relativa estabilidade.

Por regra, as escolas católicas (e outras escolas privadas) fora dos grandes centros populacionais celebram com o Estado “contratos de

associação”, proporcionando ensino gratuito aos alunos (com grande poupança para o Estado, uma vez que os custos de um aluno no ensino privado são bastante inferiores). As escolas católicas das cidades celebram com o Estado “contratos simples”, concedendo-se um pequeno subsídio às famílias com menores recursos.

Todavia, no limiar do século XXI, acentua-se a redução do número de alunos, devido à baixíssima taxa de natalidade do nosso país (neste momento é de cerca de 1,3%, a segunda mais baixa do mundo). Em contrapartida, começam a sobrar salas às muitas escolas que o Estado construiu nas décadas de 80 e 90. Como se isto não bastasse, de 2007 a 2011 o Estado requalifica centenas de escolas, ampliando ao mesmo tempo a sua lotação. Paralelamente, há sinais de uma acentuada diminuição do nível económico de muitas famílias. Agrava-se assim a afronta ao ensino privado, afetando naturalmente as escolas católicas. Muitas escolas das cidades, com magros apoios, e uma concorrência desleal por parte do Estado, não resistem. Quanto às escolas com ensino gratuito, assiste-se à imposição superior de redução de turmas sob contrato, transferindo os alunos excedentários para as escolas estatais, contra a vontade dos alunos e das famílias.

Acentua-se desta forma o carácter supletivo do ensino privado, contra tudo o que está determinado na Constituição e em legislação diversa. O Estado continua a não entender que deve garantir a educação para todos, mas não tem de prestar em exclusividade esse serviço.

Desde janeiro de 2011 a situação agravou-se profundamente. Para as escolas com contrato de associação (ensino gratuito), sem aviso prévio e sem qualquer tentativa de diálogo, o Estado começou a impor um valor por turma, igual para todas as escolas, muito abaixo dos valores médios, sem ter em conta a realidade de cada escola (por exemplo, a média etária do corpo docente). Ao mesmo tempo, o Estado avança em muitas escolas com mais reduções do número de turmas contratualizadas, causando revolta nos pais (e despedimentos de professores). Quanto às restantes escolas católicas, sem apoios do Estado, vivem momentos igualmente difíceis: com o agravamento da situação económica das famílias, a procura vai diminuindo, provocando despedimentos e um ambiente de escola menos favorável.

Neste quadro, a escola católica em Portugal, na atualidade, vê muito dificultada a sua missão de educar. E, se a sua missão é imprescindível em qualquer período da história, neste momento ela torna-se indispensável e urgente, tal o grau de secularismo que se instaurou na sociedade.

2. Os números e os factos do presente

Os números do presente

Ano Escol.	N.º Escol.	Infantil	Pré-primár.	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secun-dário	Outro	Super.	Total Alunos	N.º Docent.
2005/6	191	10.314		18.347	12.935	17.399	13.210	1.991	2.985*	77.181	
2006/7	191	9.579		18.347	15.141	19.186	13.976	1.991	3.847*	82.067	
2007/8	189	5.985		9.938	20.053	13.580	18.295	13.242	14.607	95.700	
2008/9	189	4.055	9.089	20.581	14.110	18.554	14.029			80.418	6.515
2009/10	181	3.498	7.447	18.252	12.333	16.491	11.826		3.754*	73.601	
2010/11	163	4.294	10.414	19.125	13.477	17.761	13.489	832	2.726*	81.192	6.426
2011/12	163	3.965	8.709	18.938	13.173	17.971	13.761	1.631	2.673*	80.821	6.324

*Sem a UCP

·Técnico/Profissional - Seguramente muito numeroso o número.

“A diminuição de alunos vai-se acentuar muito mais este ano com o corte de turmas.

Os factos/questões do presente

Alguns problemas mais fulcrais preocupam as Escolas privadas financiadas pelo Estado. O primeiro é o próprio financiamento. Segundo o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, o financiamento, em contrato de associação, calculava-se segundo um conjunto de critérios de qualificação da Escola, que lhe atribuíam uma soma, por turma, de acordo com um conjunto de indicadores. Desse modo, premiava-se a excelência das condições que a Escola oferecia.

O último governo socialista, de uma forma unilateral, e em pleno decurso do ano escolar, decidiu fixar o montante por turma em 85.288€/ano. Daí resultou que as Escolas com melhores condições, mas com mais exigência

de conservação, ficaram com um orçamento abruptamente diminuído (na maioria dos casos na ordem dos 23 a 30%) para suportar os mesmos encargos. Num esforço de superação do problema, os docentes passaram a ganhar o salário dos horários mínimos.

Para além disso, as cláusulas de compensação por parte do Estado às Escolas penalizadas foram revogadas. E as Escolas, em caso de despedimento de professores ou funcionários, ficaram com o ónus da indemnização.

Outro problema asfíxiante é a questão da rede escolar. O mesmo governo socialista, com base em duvidoso estudo da distribuição da população estudantil, determinou um corte profundo de turmas financiadas nas escolas privadas. Consequência imediata foi o despedimento de docentes e outros funcionários, com graves encargos financeiros para as Escolas e com a desativação de serviços e equipamentos. Persiste essa coartação, para salvar a afluência às escolas estatais, neutralizando fortemente a possibilidade de escolha por parte dos Pais. A liberdade de Educação existe no papel, porque, na prática, as limitações são muitas.

A revisão curricular e o corte de horas nos cargos indispensáveis a uma boa gestão escolar - direção de turma, coordenação de ciclo, assessorias pedagógicas, apoio a necessidades educativas especiais... - contribuíram também para a necessidade de dispensar mais docentes.

Neste contexto, a APEC - Associação Portuguesa de Escolas Católicas, que congrega 87 das 163 escolas católicas - intensificou o que já vinha fazendo: a promoção da economia de comunhão, na aquisição de bens e serviços.

Por outro lado, manteve e reforçou os esforços de formação de docentes, funcionários e alunos, em ordem a preservar e reforçar a identidade da Escola católica, para que esta se afirme como escola original e de qualidade num quadro plural de ofertas educativas.

3. Os desafios do futuro

Desafios internos

Os desafios que se colocam à EC, em Portugal, começam por nascer no seu interior. Nas escolas congregacionistas em especial, a escassez de vocações, põe em risco a preservação e fomento da originalidade do projeto educativo.

Também o secularismo que invade as sociedades entra nas escolas e nas escolas católicas. Desde os alunos aos docentes, estas já não são

situações de exceção. E, para manter um clima genuíno de matriz evangélica, é necessário redobrar os esforços.

Acresce ainda um terceiro problema, que é o da liderança. A par com a urgência de formação de professores, surge a necessidade de recrutar e formar diretores, capacitados científica, pedagógica e pastoralmente.

Desafios externos

No contexto de crise generalizada em que vive a sociedade portuguesa, a escola católica enfrenta, fundamentalmente, duas situações.

1 - As escolas que estão integradas na rede de serviço público gratuito de educação, com o respetivo funcionamento pago com dinheiros públicos, têm a sua existência futura ameaçada ou, pelo menos, o seu espaço em risco de redução progressiva, como já foi perceptível em afirmações anteriores.

2 - As escolas que vivem das propinas pagas pelos pais encontram-se em risco semelhante. Para esta situação contribuem três fatores que enunciamos de seguida e que, conjugados, permitem antever um futuro difícil para todas estas escolas. Assim:

Em primeiro lugar, e como também já referimos, há o fator resultante da evolução demográfica: a queda continuada da taxa de natalidade em Portugal (que já não permite, num futuro próximo, a manutenção da população atual), a par da emigração dos jovens em início de vida ativa para o estrangeiro, obrigará à redução da dimensão das escolas em geral e à redução do número de alunos das escolas católicas, ou mesmo ao seu encerramento.

Acrescente-se ainda que, hoje, em Portugal, não há condições mínimas que possibilitem aos jovens a estabilidade indispensável para que constituam família e tenham filhos. As condições de precariedade de vida tornam também as relações precárias e apenas provisórias.

Em segundo lugar, e dado que o Estado Português fez investimentos massivos na requalificação e ampliação das escolas que possui, criou-se o contexto adequado para uma redução progressiva do número de turmas nas escolas católicas integradas na rede de serviço público de educação.

A Administração Educativa justifica já, e continuará a fazê-lo no futuro, a redução de turmas nas escolas integradas na rede pública, com base no argumento de que existem capacidades por preencher nas escolas do Estado e invoca-se - em nosso entender, cinicamente - a necessidade de efetuar uma boa gestão de recursos para justificar o corte de turmas nas escolas católicas (e outras) que, sendo de iniciativa particular ou cooperativa, têm integrado a rede de serviço público de educação.

Em terceiro lugar, e por efeito do empobrecimento generalizado da classe média portuguesa, devido ao contexto de crise económica e financeira que vivemos, as escolas católicas que vivem das propinas pagas pelos pais assistem à progressiva transferência de alunos para a rede estatal de escolas, que proporcionam um serviço educativo gratuito.

Assistimos assim e progressivamente ao asfixiar da pouca liberdade educativa existente em Portugal. Por um lado, invoca-se a necessidade de preencher a capacidade existente nas escolas do Estado e por outro, ao retirar-se capacidade financeira à classe média, reduz-se o espaço das escolas católicas (e outras) que vivem das propinas pagas pelos pais.

É esta a tendência de futuro que se desenha já no presente. E a Escola Católica, que quer ser sal e luz no mundo, corre o risco de, a breve prazo, não ter espaço, a não ser nos grandes centros urbanos, onde subsiste uma faixa de população que não é atingida pelos efeitos negativos da crise económica e financeira do país.

A opção preferencial pelos pobres, que constitui uma das razões de fundo da presença da Igreja Católica na educação e na ação social, corre o risco sério, num futuro próximo, de não se poder observar na sociedade portuguesa... e, em vez de católica, a escola da Igreja corre o risco de se tornar num serviço educativo apenas para algumas elites urbanas.

Concluimos assim que o futuro que se pode antecipar para a Escola Católica em Portugal, principalmente para as escolas que se encontram nos meios rurais ou nos pequenos centros urbanos, parece bastante sombrio: redução progressiva do número de alunos ou mesmo a extinção pura e simples. A Igreja Católica corre o risco de ser forçada a abandonar o único lugar onde se pode encontrar com a generalidade dos jovens: a escola.

E, se tivermos em conta que, hoje, a Paróquia é cada vez menos um lugar de encontro e de inculturação da fé para as novas gerações, não parece fácil encontrar outro espaço de encontro entre o conhecimento e a fé e entre a fé e a vida em contexto educativo.

Para uma ética da gestão escolar

A doutrina social da Igreja (*)

ETIENNE VERHACK (**)

INTRODUÇÃO

A que chamamos “a Doutrina Social da Igreja”? Depois de mais um século da “*Rerum Novarum*” (Leão XIII, 1891) à “*Caritas in Veritate*” (Bento XVI) os católicos analisaram os desafios da vida em sociedade para denunciar situações desumanas, para propor princípios fundamentais, desbloquear critérios de opinião e para sugerir orientações concretas ou diretivas de ação. Assim, hoje, esta doutrina não está apenas em evolução, aplica-se igualmente de muitas maneiras: há a relação da pessoa frente a frente às autoridades; as relações económicas, as questões de paz; e, mais recentemente, a relação entre o homem e a natureza.

Em que é que esta doutrina se refere à escola e à educação? Todos os cristãos são chamados a dar a sua própria contribuição à doutrina social e a humanizar a vida social e, portanto, também os educadores, os diretores de estabelecimento e os gestores. Para mais, o ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão de evangelização da Igreja. E nós lemos no preâmbulo da ‘*Gravissimum educationis*’ que a Igreja, para que a educação seja uma missão, “*deve cuidar de toda a vida do homem, mesmo da terrena*”¹

(*) Compendium de la Doctrine Sociale de l’Eglise, Les Editions du Cerf, Paris, 2005, 530pg.

(**) Secretário Geral do Comité Europeu da Escola Católica (CEEC).

¹ CONCÍLIO VATICANO II, *Declaração sobre a Educação Cristã “Gravissimum Educationis”*, Preâmbulo.

PRIMEIRA PARTE

UM HUMANISMO INTEGRAL E SOLIDÁRIO

O título da Introdução do Compendium é todo ele um programa: *“Um humanismo integral e solidário”*; um humanismo que quer exprimir a solidariedade com todos os homens, os *“companheiros de viagem”* da Igreja (nº 3). Note-se que a doutrina social da Igreja tem um ponto de partida teológico: o homem é amado por Deus, é libertado e livre “de” e “para”. Isto terá consequências para a nossa formação. Falarei disso.

Acreditamos *“numa salvação integral”* (nº 3) que se refere já ao mundo atual em que o cristão é chamado a testemunhar Deus. A primeira mensagem de um educador à criança será portanto: *“tu és amado por Deus”*. Podemos dizê-lo em nome de uma comunidade: *“Descobrimo-nos amado por Deus, o homem compreende a sua dignidade transcendente, aprende a não se contentar consigo e a encontrar o outro num tecido de relações sempre mais autenticamente humanas”* (nº 4). É também verdade para todos os que têm uma responsabilidade como gestores das nossas escolas.

É portanto necessário este novo espírito de Cristo para entrar de maneira libertadora nas relações humanas, trazendo a paz, a fraternidade e a justiça (nº 4).

O princípio do *“humanismo integral e solidário”* deverá inspirar as nossas escolas a traduzir esta inspiração numa tomada de responsabilidade proposta num projeto educativo que mobilize a pessoa humana e o conjunto da comunidade educativa.

Quero insistir na importância dos fundamentos desta doutrina. A gestão de um estabelecimento escolar ou de um serviço diocesano numa escola católica não se limita a um ensino puro e duro. Trata-se sobretudo de uma vocação que crie condições de uma excelente educação cristã, as condições do encontro humano. Trata-se sobretudo de fazer a ligação entre os esforços humanos em matéria de educação e Cristo.

SEGUNDA PARTE

OS PRINCÍPIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

Quais são os princípios permanentes que estabelecem a doutrina social católica e que devem presidir à edificação de uma sociedade digna do homem? Há, em primeiro lugar *“o princípio da dignidade da pessoa humana na qual repousam todos os outros princípios e conteúdos da doutrina social, os do bem comum, da subsidiariedade e da solidariedade”* (nº 160).

1. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A. O fundamento de todos os princípios e conteúdos da doutrina é a “intangível dignidade” da pessoa humana. O homem tem esta dignidade porque é imagem de Deus (*imago Dei*)².

Sendo pessoa, o homem não é apenas “*pessoa ativa, capaz de se dar e de entrar em comunhão com outras pessoas*”, mas é também “*sujeito responsável do seu processo de crescimento com a comunidade de que faz parte*” (nº 133). Aplicada à escola, significa que o jovem é responsável pela sua própria formação. A dignidade desafia o homem a criar fazendo uso dos seus talentos. Mas, ao mesmo tempo, implica uma responsabilidade para si mesmo e para os outros.

B. O respeito pela dignidade humana. A dignidade exclui a manipulação do homem a fins estranhos ao seu desenvolvimento que se completa em Deus. Os seus direitos e a sua liberdade devem ser respeitados. E, face à tendência dos Estados – por exemplo da Europa – em submeter o ensino a objetivos económicos, a doutrina social diz: “*A pessoa não pode ser finalizada a projetos de carácter económico, social e político*” (nº 133).

Exemplos:

- (1) reduzir a educação à preparação para o trabalho;
- (2) muita propaganda pelas marcas comerciais.

C. Trata-se da dignidade de todos os homens o que representa o último fundamento da igualdade e da fraternidade.

D. E trata-se da dignidade de todo o homem: portanto, a nossa educação terá com o objetivo a formação do homem integral.

E. O respeito pela dignidade humana implica o respeito dos direitos do homem e um destes é o direito a “*construir o seu futuro dando uma educação apropriada às jovens gerações*” (nº 157). O Conselho da Europa apela a uma educação aos direitos do homem: promover a igual dignidade dos seres humanos, a aprendizagem intercultural, a participação, o reforço dos direitos das minorias e a emancipação dos jovens minoritários. Uma educação pelo conhecimento e a compreen-

² Génesis 1-27.

são, mas também pelas competências, os comportamentos e os valores.

- F. E, finalmente, há a dignidade do trabalhador e do trabalho. Para o ensino, a conceção de trabalho valoriza também a formação: cada pessoa tem o direito de manter as suas competências ou de adquirir novos conhecimentos. (n^{os} 261 a 272).

Este ***princípio da dignidade*** é um dos pilares da escola católica.

Esta dignidade tem o seu lugar em todas as formações que organizamos. Por exemplo, uma formação para diretores de estabelecimento implica:

- 1) Uma reflexão filosófica/antropológica: qual o conceito de pessoa humana?
- 2) A pessoa humana nas suas relações com os outros;
- 3) Na sua responsabilidade pessoal;
- 4) Na sua dignidade;
- 5) A leitura e interpretação do texto da Criação do homem (Génesis) “à imagem de Deus”, cocriador de Deus para se chegar a uma reflexão cristã:
 - a. Cristo salvou o homem.
 - b. Envia o *seu* Espírito *que dá a liberdade e a força criadora*.
 - c. Dá ao homem uma esperança e uma perspectiva infinita.
- 6) Esta formação suscitará igualmente uma reflexão da visão pessoal sobre a educação. Ajudará a formular os principais critérios da educação.
- 7) Suscitará uma reflexão sobre o projeto educativo
- 8) Formar à liderança partilhada. Todo o educador é líder. Portanto, será preciso formar os diretores de estabelecimento a ouvir, a respeitar a liberdade do professor, respeitando, ao mesmo tempo, o seguinte esquema:

NAO	MAS
<p style="text-align: center;">PROJETO EDUCATIVO</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">Diretor de estabelecimento com a sua visão pessoal</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">que deve convencer os educadores a segui-lo e a realizar a sua visão</p>	<p style="text-align: center;">PROJETO EDUCATIVO</p> <p style="text-align: center;">↕</p> <p style="text-align: center;">Educadores + Diretor de estabelecimento, cada um com a sua visão pessoal, comprometendo-se solidariamente a realizar a educação integral da</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p style="text-align: center;">CRIANÇA</p> <p style="text-align: center;">que é central em todos os nossos esforços!</p>

Esta diligência pede uma aproximação muito humana, mas sem artifício.

- 9) Formar os diretores de estabelecimento para tomar decisões difíceis.
- 10) Formar para combinar o domínio de si próprio com a animação da equipa e com a paciência, de tal modo que o educador tenha o sentimento de que é ele que está na origem do seu procedimento educativo.

2. O PRINCÍPIO DO BEM COMUM

- A. O bem comum pode ser compreendido como a dimensão social e comunitária do bem moral.

Por “bem comum” entende-se *“o conjunto de condições sociais que permitem, tanto aos grupos como a cada um dos seus membros, esperar a sua perfeição de uma maneira mais total e mais fácil.* (nº 164). Uma das exigências do bem comum diz respeito à *prestação dos serviços essenciais às pessoas, em que alguns são ao mesmo tempo direitos do homem: alimentação, alojamento, trabalho, educação e acesso à cultura, transportes, saúde, livre circulação das informações e tutela da liberdade religiosa.* (nº 166).

- B. A escolha prioritária dos pobres. Na execução da chave de interpretação e de discernimento que constitui o bem comum, de que falamos aqui, o cristão deve fazer intervir o critério específico de inspiração evangélica:

a escolha prioritária dos pobres (ou “a opção preferencial pelos pobres”). Trata-se da vontade consciente de olhar para a realidade social a partir do ponto de vista particular dos mais fracos.

Mais concretamente:

- 1) O pluralismo religioso e convencional entre professores e alunos deve ser gerido de tal forma que cada um possa atingir a sua perfeição de maneira total e fácil.
- 2) Não exagerar na oferta de iniciativas pagantes. Velar a que se seja fiel à opção preferencial pelos pobres. Ter-se-á previsto um fundo social especial na escola? Ter-se-á refletido em princípios como: “não se organize nada que não seja acessível a **todos**”?
- 3) Horário: faz-se o horário dos cursos para os alunos em função do bem comum ou em função de três ou quatro professores?
- 4) Investimentos: deve velar-se a que haja um equilíbrio entre os investimentos que se fazem em algumas disciplinas e os que se fazem para o serviço de todas as disciplinas. Evidentemente, um laboratório de química fica muito caro, mas um professor de geografia conta também. Que equilíbrio encontrar? Uma comissão de investimentos? Um orçamento por disciplina? Pode fazer-se a mesma reflexão a nível de investimentos diocesanos.

Na perspetiva do bem comum, a formação dos diretores de estabelecimento, implica:

Formar, pesando cuidadosamente os prós e contras com os seus critérios e os dos outros, de acordo com o projeto educativo.

- 1) Apresentar exercícios para aprender a estimar, por um lado, a organização de um leque mais vasto de iniciativas pedagógicas, culturais ou desportivas e, por outro lado, a opção preferencial pelos pobres.
- 2) O princípio “se saímos juntos, entramos juntos”.
- 3) Isto implica que o mesmo princípio de opção preferencial pelos pobres seja apresentada numa formação a gerir as finanças do estabelecimento.

- 4) Formar a não se dobrar perante os desejos de uma minoria (muitas vezes barulhenta) perante uma eventual chantagem. Formar a conhecer a tipologia das pessoas, o seu carácter. Formar a conhecer um mínimo de sociologia de grupo.

3. O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIDADE

Na base deste princípio, o escalão superior deve pôr-se em atitude de ajuda (*de "subsídium"*) o que quer dizer *"de apoio, de promoção, de desenvolvimento"* em relação ao escalão inferior. Em contrapartida, o escalão inferior não deve fazer cair sobre o escalão superior tarefas que é capaz de desempenhar. Há aí o respeito pela liberdade, pela iniciativa original e pela responsabilidade dos corpos sociais intermediários (nº 186).

O critério de discernimento: o bem comum: *"O bem comum deverá continuar o critério de discernimento quanto à aplicação do princípio de subsidiariedade"* (nº 188).

Uma das consequências deste princípio é a participação: todos devem participar de maneira responsável (nº 189). *"Isso comporta que todos sejam informados, ouvidos e implicados"* e que se instaure um *"diálogo aberto, transparente e regular"* (nº 190). Foi assim que se viu emergir na Europa, nos Estados-Unidos e na Austrália, não apenas um líder individual, mas também um **líder partilhado na corresponsabilidade**. E, finalmente, a educação deve contribuir para derrubar barreiras culturais e sociais levantadas contra a participação (nº 191).

Para todos aqueles e aquelas que têm uma responsabilidade, o princípio de subsidiariedade é muito importante. Um diretor de estabelecimento ou um diretor diocesano não pode nem deve fazer tudo sozinho. Portanto, deve tomar muito a sério a liderança partilhada e saber bem quais são os seus critérios.

4. O PRINCÍPIO DE SOLIDARIEDADE

"As novas relações de interdependência entre os homens e os povos devem transformar-se em relações tendendo a uma verdadeira solidariedade ético-social" (nº 193) tendo como perspectiva a vida de Jesus, *"Homem novo, solidário de toda a humanidade até à morte na Cruz"* [Fil 2,8]" (nº 196).

Assim, o diretor de estabelecimento velará a que os professores eduquem os alunos à solidariedade (exemplos alemão³ e espanhol⁴).

O princípio de solidariedade atravessa a gestão em todas as suas facetas:

- Nada de privilégios: as mesmas vantagens para todos e todas.
- Criação de um fundo de solidariedade.
- A nível local e regional: mais solidariedade entre as escolas católicas.

TERCEIRA PARTE

OS VALORES FUNDAMENTAIS DA VIDA SOCIAL:

VERDADE – LIBERDADE – JUSTIÇA – CARIDADE

Vejamos, agora, mais de perto, os valores fundamentais que têm uma relação de reciprocidade com os quatro princípios que acabámos de mencionar. Esses valores devem orientar toda a gestão nas nossas escolas católicas.

Importa uma educação aos valores que pressupõe para a formação:

- 1) Uma reflexão filosófica/ética
- 2) Um breve olhar sobre moralidade da nossa sociedade contemporânea
- 3) Uma reflexão teológica
- 4) Uma visão unificada na fonte interior da caridade.

1. A VERDADE

Em grego *altheia* tem valor restritivo diante da palavra *Lhgh* que significa “esquecimento”: a verdade é “o que não é esquecido”. É preciso um ensinamento, um testemunho para a conhecer.

Que o homem deve viver na verdade diz respeito primeiro à pessoa humana com a sua dignidade e os seus direitos. Mas trata-se igualmente da verdade na coerência entre os compromissos tomados, os discursos e as declarações públicas e a prática real. Trata-se de viver em coerência com os seus discursos. A gestão e a educação deverão promover a procura da verdade (nº 198) *“Cristo irradia - diz Christophe TEOBALD – porque n’Ele, pensamentos,*

³ O projeto “Compaixão” na Alemanha realizou-se durante duas semanas, em cooperação com os professores.

⁴ O projeto espanhol foi realizado pelos alunos e seus pais.

*palavras e atos concordam absolutamente e manifestam a simplicidade e unidade do seu ser*⁵

No Novo Testamento avisa-se para não cair na situação: “eles dizem e não fazem” (Mt 23,3). Em 1Jo 3,18): “*não amemos com palavras nem com a língua, mas por ações e em verdade*”.

2. A LIBERDADE

Ninguém pode sofrer a pressão em matéria de convicções pessoais e cada pessoa deve poder exercer o culto da sua escolha. Essa liberdade responde aos imperativos da dignidade humana. Aliás, faz parte integrante dos valores evangélicos.

“A liberdade é no homem um sinal elevado da imagem divina e, consequentemente, um sinal da dignidade sublime de cada pessoa humana” (nº 199). *“O valor da liberdade é respeitado quando é permitido (a cada pessoa) realizar a sua vocação pessoal (na) responsabilidade”* ou por outras palavras, *dispor de si em vista a um bem autêntico, na perspectiva do bem comum universal”* (nº 200).

Ser diretor diocesano, ser diretor de um estabelecimento, pressupõe que se tenha feito uma reflexão pessoal sobre a liberdade:

- a liberdade está ligada à imagem divina (cf. a dignidade).
- a liberdade exerce-se na perspectiva do bem autêntico, na perspectiva do bem comum universal, na responsabilidade.
- A moral dos cristãos não é apenas feita de interdições (que têm um lugar estruturante), é também e sobretudo um projeto positivo. Tenta, em circunstâncias que são sempre novas, fazer escolhas semelhantes às de Jesus: pôr os pequenos no centro do Reino, reintegrar os excluídos, etc.

Consequências:

É esta a orientação de base, o que no concreto da vida real não é simples. As situações são complexas, confusas e as perguntas que se fazem não são exatamente as do tempo de Jesus ou dos princípios da Igreja. Sabemo-lo bem hoje: muitas vezes não escolhemos entre um “bom” e um “mau” comportamento, mas os nossos atos têm consequências múltiplas e, em

⁵ THEOBALD, Christophe, *Le Christianisme comme Style, Une manière de faire de la théologie en postmodernité*, Cogitatio Fidei, Les éditions du Cerf, Paris, 2008, p. 71. Num outro lugar, THEOBALD fala da « santidade hospitaleira de Jesus » (o.c.p. p. 117)

parte, imprevisíveis. Portanto, a maior parte do tempo, a leitura da Bíblia não dá nenhuma resposta evidente às nossas questões morais.

Então como discernir o melhor caminho? A reflexão será alimentada na fonte do Evangelho, mas também informando-se, o melhor possível, tendo em conta a experiência vivida, individual ou coletiva, confrontando-se com a experiência e a reflexão dos outros. As ciências humanas, especialmente a psicologia, serão, neste caso, preciosíssimas. Em muitos casos, será preciso escolher a via do menor mal. Noutros momentos, os cristãos serão chamados a ultrapassar as exigências da estrita justiça e agir com generosidade.

3. A JUSTIÇA

A justiça consiste na *“vontade de dar a Deus e ao próximo o que lhe é devido (Catecismo da Igreja Católica, 1987), nº 201. Ela “aparece como particularmente importante no contexto atual, em que a pessoa (humana) está ameaçada pela tendência de recorrer exclusivamente aos critérios da utilidade e do ter” (nº 202). “A plena verdade sobre o homem permite abrir à justiça o horizonte da solidariedade e do amor” (nº 203).*

Eis um valor difícil de aplicar, porque se é obrigado a ir em contracorrente da sociedade atual.

Dou um exemplo muito concreto para um diretor de estabelecimento:

- 1) Organizar os horários do estabelecimento. O diretor recebe os seguintes pedidos escritos para ter em conta determinados desejos. Que decisão, equitativa e justa, tomar, e quais serão os critérios?

Uma mulher divorciada com dois filhos a seu cargo, pede uma tarde suplementar.

- Um professor pede para não dar aulas depois das 15h. A razão apontada é que há muito trânsito na estrada.
- Um professor que é responsável pela biblioteca da escola, onde está duas vezes por semana durante uma hora e meia, pede uma compensação no seu horário: por ex.: duas horas mais cedo às sextas-feiras à tarde.
- Um professor que tem uma filha de 4 anos um pouco deficiente e também “criança entregue a juiz” pede para dar as aulas a partir da

2ª hora da manhã e terminar uma hora antes da última para poder levar e buscar pessoalmente a filha à escola.

- Um professor de ginástica pede para terminar mais cedo para poder combinar as suas horas de aulas com um trabalho, a meio-tempo como fisioterapeuta.
- Um professor organiza durante as férias grandes duas semanas de campos de férias, na Áustria para os alunos de 16 e 17 anos. Em compensação pede uma tarde livre suplementar.
- Um professor de matemática do liceu pede para ter as suas aulas de manhã porque “é impossível dar matemática depois das 15h”.

4. A CARIDADE, FONTE E CRITÉRIO ÚNICO DESTES TRÊS VALORES

“Os valores da verdade, da justiça e da liberdade nascem e desenvolvem-se a partir da fonte interior da caridade” (nº 205).

Portanto, a caridade é assim a fonte e o seu único critério.

“A caridade não pode reduzir-se ao setor das relações de proximidade ou limitar-se apenas aos aspetos subjetivos do agir pelo outro. É também social e associada à justiça e à solidariedade. É o critério supremo e universal de toda a ética social.” (nº 204).

Não devemos considerar apenas os aspetos subjetivos ligados à caridade, mas também a realidade social. A caridade está, para mais, ligada à justiça e à solidariedade.

Exemplos de diaconia:

- Visitas a instituições sociais.
- Visitas a pessoas carenciadas (“COMPAIXÃO” na Alemanha).
- 50 horas de serviço social na Hungria: condição para obter o bacharelato.
- Colégio S. Norberto, escola católica de Rosendael na Holanda: 2 horas de aulas de introdução. “Estágios sociais”. Visitas de alunos de 16 e 17 anos a pessoas idosas, com mais de 75 anos, que estão um pouco isoladas. Em colaboração com a paróquia: 30 horas por semestre.
- Mesma iniciativa para idosos “mais jovens”: ajuda à utilização do computador. Encontros entre os alunos, depois dos estágios, onde contam e partilham as suas experiências. Em seguida, 2 encontros entre os alunos e os seniores.

- Exemplo de Sainte-Liduina, uma escola católica holandesa para crianças de aprendizagem difícil:
 - Organizam-se campos para as crianças com adultos voluntários.
 - A comuna de Breda organizou uma obra de arte diante da escola: uma enorme cadeira virada, de 7 metros de alto com ninhos de pássaros presos aos pés como “símbolo do desenvolvimento das crianças desse estabelecimento”.

QUARTA PARTE

DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E AÇÃO ECLESIAL

Esta quarta e última parte associa diferentes temas:

1. A família, a educação e as instituições educativas;
2. A doutrina social como base da formação;
3. A ação social e o compromisso da educação, mais especialmente o testemunho e a espiritualidade do fiel leigo, a prudência na ação;
4. A doutrina social e a experiência associativa;
5. O serviço nos diferentes meios da vida social.

1. A FAMÍLIA

A. Os pais têm o direito de escolher. Têm o direito de criar escolas.

No que se refere às instituições educativas, *“os pais têm o direito de escolher os instrumentos de formação correspondente às suas convicções e de procurar os meios que podem ajudá-los na sua tarefa de educadores, nomeadamente no domínio espiritual e religioso”* (nº 240). Têm o direito de fundar e de apoiar instituições educativas.

B. A doutrina social pronuncia-se sobre a ajuda económica às escolas: *“As autoridades públicas devem fazer de maneira a que os subsídios públicos sejam repartidos de tal maneira que os pais sejam verdadeiramente livres de exercer esse direito sem terem de suportar encargos injustos. Os pais não devem direta ou indiretamente sofrer encargos suplementares que impeçam ou limitem indevidamente o exercício dessa liberdade. É preciso considerar como uma injustiça a recusa de apoio económico público às escolas privadas que dele tiverem necessidade e que prestam serviço à sociedade civil”*. (nº 241).

C. Família e educação integral: *A família tem a responsabilidade de oferecer uma educação integral. A integralidade é assegurada quando as crianças – pelo testemunho de vida e pela palavra – são educados para o diálogo, o encontro, a sociabilidade, a legalidade, a solidariedade e a paz, cultivando nelas as virtudes fundamentais da justiça e da caridade*” (nº 242). Na nossa sociedade, o número de divórcios aumenta de maneira alarmante. Não julguemos. O diretor de estabelecimento deverá todavia velar para que a sua escola seja ainda mais acolhedora para com os pais, apoiando-os e aconselhando-os; e velar em oferecer às crianças e aos pais uma comunidade de acolhimento. Poderão convidar os avós para uma jornada na escola. Christophe THEOBALD fala de uma “hospitalidade aberta”⁶. Esta “abertura a alguém supõe uma atitude desmedida, renúncia de si e inversão do olhar”⁷. Isto quer dizer “pôr-se no lugar do outro”. Deveria igualmente fazer maior apelo à avaliação dos profissionais por alguns pais.

2. A DOCTRINA SOCIAL COMO BASE DA FORMAÇÃO

“A doutrina social é um ponto de referência indispensável para uma formação cristã completa”(nº528), mesmo para a catequese. Esta deve *“esclarecer a ação do homem para a sua libertação integral, na procura de uma sociedade mais solidária e mais fraterna, nos combates pela justiça e a construção da paz”* (nº 529). Toda a formação nas nossas escolas deve ser “integral”, quer dizer, teológica e profissional.

O texto insiste no *“testemunho dado pelo cristianismo vivido”* (nº 530).

“As instituições educativas católicas podem e devem desempenhar um precioso serviço de formação comprometendo-se com uma solicitude particular a favor da inculturação da mensagem cristã, quer dizer, do encontro fecundo entre o Evangelho e os diversos saberes. A doutrina social é um instrumento necessário para educar eficaz e cristamente ao amor, à justiça e à paz, assim como para fazer amadurecer a consciência dos deveres morais e sociais, no contexto das diversas competências culturais e profissionais” (nº 532).

⁶ THEOBALD, C., o.c.,p.105.

⁷ THEOBALD, C., o.c., p.77.

3. A AÇÃO SOCIAL E O COMPROMISSO NA EDUCAÇÃO

Este ponto diz respeito, mais particularmente, ao papel dos leigos. Cada pessoa, cada leigo, é chamado a ser líder!

A. Pelo seu testemunho. O leigo anuncia “o Evangelho por um testemunho de vida exemplar, enraizado em Cristo e vivido nas realidades temporais: família, compromisso na área do trabalho, da cultura, da ciência e da investigação; exercício das responsabilidades sociais, económicas e políticas” (nº 543).

B. Desenvolvendo uma espiritualidade pessoal. Esta “espiritualidade edifica o mundo segundo o Espírito de Jesus: manifesta Cristo pelo testemunho de vida” (nº 545). O leigo cristão é chamado a fazer a síntese entre a sua vida secular e a sua vida espiritual. A este respeito, far-se-á apelo às universidades católicas para ajudar a formar os formadores. Esta caminhada será ritmada pela “referência à Palavra de Deus; a celebração litúrgica do mistério cristão; a oração pessoal; a experiência eclesial autêntica, o acompanhamento espiritual; o exercício das virtudes sociais e o esforço apoiado de formação cultural e profissional” (nº 546). Trata-se de confiar nos leigos, de os formar. Não subestimar a formação ao carisma “gota a gota” nos estabelecimentos escolares: os religiosos e religiosas que partilhem, dia após dia, com os leigos a sua maneira de viver o seu carisma.

C. Tomando as suas decisões e agindo com prudência. É este um critério importante para quem decide!

A prudência é “a virtude que dispõe a discernir o verdadeiro bem e a escolher os meios adequados para o fazer. A prudência comporta três tempos: em primeiro lugar clarifica a situação e fá-la evoluir. Depois, inspira a decisão. Em seguida, impulsiona a ação. O primeiro momento é caracterizado pela reflexão e a consulta para estudar o assunto, valendo-se de conselhos necessários; o segundo é o momento da avaliação, da análise, do julgamento sobre a realidade à luz do projeto de Deus; o terceiro momento é o da decisão e baseia-se nas fases precedentes, que tornam possível o discernimento entre as ações a desempenhar” (nº 547).

“A prudência torna capaz de tomar decisões coerentes, com realismo e sentido de responsabilidade quanto às consequências das suas

ações (...) O exercício da prudência comporta um itinerário de formação para adquirir as qualidades necessárias: a 'memória' como capacidade de reter as experiências passadas de maneira objetiva, sem falsificações; a 'docilizas' (docilidade) que é a capacidade de se deixar instruir e de tirar partido da experiência dos outros na base do amor autêntico pela verdade; a 'sovertia' (a sagacidade) quer dizer, a habilidade em afrontar os imprevistos agindo de modo objetivo, para orientar toda a situação ao serviço do bem, ultrapassando as tentações de intemperança, de injustiça e de covardia. Estas condições de tipo cognitivo permitem desenvolver os pressupostos necessários no momento da decisão.: a 'providencia' (prevenção) que é a capacidade de avaliar a eficácia de um comportamento para se chegar a um fim moral e a 'circumspectio' (circunspeção) para saber a capacidade da avaliação das circunstâncias que concorrem para constituir a situação na qual a ação será efetuada" (nº 548).

D. A doutrina social e a experiência associativa. As associações católicas de um meio profissional ou cultural – como as associações de professores católicos – podem desempenhar um precioso trabalho de maturação cristã e de formação da consciência. (nº 550).

E. O serviço nos diferentes meios da vida social. O serviço, que é “*signal e expressão da caridade*” manifesta-se sob ângulos específicos: o serviço à pessoa humana, o serviço à cultura e à política (nº 551).

1) A nossa religião cristã é uma religião da Encarnação. Deus fez-se Homem neste mundo, no nosso mundo escolar. O serviço à pessoa humana começa pela renovação interior e a renovação da dimensão religiosa (nºs 552 e 553). A fé em Deus encarnado é também a base para todos os esforços de humanização da cultura (literatura, desporto, música, bailado...). Portanto, o diretor de estabelecimento velará para que este ensino não se dobre unilateralmente às exigências de utilidade, ao serviço da economia e do emprego.

2) A laicidade. O leigo comprometer-se-á no campo da cultura e no da política. A doutrina social reconhece a “laicidade”, “*a saber a distinção entre a esfera política e a esfera religiosa*” com a condição de que esta laicidade não seja entendida “*como autonomia em relação à lei moral*” (nº 571).

- 3) Doutrina social e democracia: não há democracia sem promoção das pessoas... A educação tem aí um papel importante formando a um verdadeiro ideal e formando para contribuir para *“estruturas de participação e de corresponsabilidade”* (nº 406).
- 4) Finalmente, a doutrina social sublinha *“o direito das famílias e das pessoas a uma escola livre e aberta”* (nº 557).

CONCLUSÃO

A Igreja não tem uma missão de ordem política, económica ou social. A sua missão é, em primeiro lugar, de ordem religiosa: consiste em testemunhar a força do restabelecimento dos laços interindividuais e sociais suscitada pela caridade.

A doutrina social indica, antes de tudo, que o amor mútuo entre os homens, sob o olhar de Deus, é o instrumento mais poderoso da mudança a nível pessoal e social. De facto, ela ensina um processo crítico em relação às tendências deste mundo nas suas relações ao ter, ao poder e ao saber.

Para além deste aspeto crítico, a doutrina social entende contribuir para a formação de um “etos”, quer dizer de um jogo de referências e de atitudes práticas suscetíveis de orientar a ação dos cristãos. Ela coloca então o homem ou a mulher que estão encarregados da condução da escola, a nível local, diocesano ou nacional, sob o horizonte da promessa divina de um reino de justiça e de paz, lembrando a sua responsabilidade.

A credibilidade da Igreja em matéria social é procurar, pela sua capacidade, fazer surgir iniciativas, instaurar novas práticas, criar instituições inovadoras que manifestem a conceção de homem promovida no seu ensino. Sejamos homens e mulheres de fé, de oração, de paz, que sejam justos e responsáveis e que procurem o Reino de Deus.

Escola Dialogal (*)

ETIENNE VERHACK (**)

Introdução geral

Em numerosos colóquios, fala-se cada vez mais da escola católica como uma escola dialogal. Por vezes, reduz-se o debate à cultura ou com religião diferente da católica. Nesta breve intervenção, queria sublinhar que, depois do Concílio Vaticano II, a visão da educação católica foi sempre apresentada como dialogal, e isso no seu sentido mais lato.

Quem fala de escola católica como de uma escola dialogal deve, em primeiro lugar, situar esta característica na ampla identidade desta escola.

A pessoa humana foi criada à imagem de Deus e traz consigo um projeto original e único. *«Este projeto apenas se pode realizar no contexto da relação e do diálogo com um tu num horizonte de reciprocidade e de abertura a Deus. A reciprocidade assim compreendida está na base do dom de si e da proximidade como abertura solidária face-a-face de cada pessoa. Esta proximidade tem as suas raízes mais autênticas no mistério de Cristo, Verbo incarnado, que quis fazer-se próximo do homem»* (PC 36).

Se partirmos da identidade eclesial da escola católica, verificamos que as nossas escolas participam na missão evangelizadora da Igreja. Elas são *«simultaneamente lugares de evangelização, de educação integral, de inculturação e de aprendizagem do diálogo de vida entre os jovens de religiões e de meios sociais diferentes»* (ECAS 11). Esta foi uma das fórmulas preferidas de João Paulo II para designar a tarefa fundamental da educação integral. Esta expressão encontra-se em outros textos, como, por exemplo, em (PC 31): *«para que a escola se torne um lugar de educação integral, de evangelização e de aprendizagem do diálogo de vida entre pessoas de culturas, de religiões e de meios sociais diferentes»*.

(*) Comunicação apresentada na Assembleia-Geral do Comité Europeu do Ensino Católico (CEEC), em abril de 2013.

(**) Secretário Geral do Comité Europeu da Escola Católica (CEEC).

Este diálogo de vida aprende-se numa comunidade educativa, num meio de vida onde os educadores tentam transmitir valores *«por meio de relações interpessoais autênticas»* (PC 41). Esta comunidade é chamada a crescer numa *«espiritualidade de comunhão num clima enraizado nos valores evangélicos da verdade e da caridade»* (Ibid). E uma das vias que a tal conduzem é precisamente o diálogo *«construtivo e capaz de harmonizar as diversidades»* (Ibid).

Capítulo primeiro: Um diálogo na proximidade e na distância – um papel privilegiado para os professores de religião

1. O aluno é o ator da sua própria educação

Na nossa conceção de educação, o aluno está no centro. Ele é *«verdadeiramente parte decisiva»* (DR 105) do processo educativo. À partida, isto é importante para compreender bem a cooperação entre os educadores e os jovens. Os educadores devem convidar o aluno que já atingiu um nível intelectual suficiente *«a participar na definição do projeto, não certamente para lhe estabelecer as finalidades a perseguir, mas antes para procurar a melhor maneira de o executar»*. Como fazer? Atribuindo responsabilidades, confiando, pedindo conselho e ajuda. E a condição desta participação ativa do jovem na sua educação é que ele se sinta bem acolhido, estimado, amado. Em resumo: que ele encontre um clima sereno, *«uma atmosfera serena e de amizade com docentes e companheiros com quem é bom viver em conjunto»* (DR 106).

2. «A educação é um assunto do coração» (PC 62): Para uma pedagogia da relação

Um segundo aspeto que se deve ter em atenção diz respeito à metodologia a escolher pelo educador católico. *«Dentre diversas conceções pedagógicas, o educador católico deve aspirar, por força da própria conceção cristã do homem, à prática duma pedagogia que atribui uma prioridade especial ao contacto direto e pessoal com o aluno. Este contacto que o educador estabelece, com a convicção do papel ativo fundamental que desempenha o aluno na sua própria educação, deve conduzir a uma relação de diálogo que preparará o caminho para o testemunho de fé que deve constituir a vida pessoal»* (LC 21).

3. Objetivos

Esta colaboração no diálogo tem por fim, sabemo-lo, formar pessoas autónomas e responsáveis, e também comunidades unidas. Mas ela ajudará igualmente os jovens na sua vida, mais tarde, a contribuir, no diálogo, para a construção da sociedade (EC 12). E, mais genericamente ainda, o diálogo quotidiano e o intercâmbio com educadores que testemunham na alegria a sua própria vocação orientarão o jovem a considerar a sua vida como uma vocação (EE 41).

4. A missão, simultaneamente na distância e na proximidade

A relação pedagógica dialogal *«deve ser orientada pelo educador com a convicção de que ela constitui um enriquecimento mútuo»* e exige ao mesmo tempo dele *«a consciência permanente da sua missão»* (LC 33). Esta relação joga-se simultaneamente na distância e na proximidade, na direção e no acompanhamento. *«Na proximidade, porque sem ela a relação pessoal careceria de base; na distância, porque o aluno deve afirmar pouco a pouco a sua personalidade própria e é preciso evitar a inibição no uso responsável da sua liberdade»* (Ibid).

5. O importante papel do professor de religião

«Os resultados do ensino da fé e da ética cristã dependem em grande parte do professor de religião: do que ele é e do que ele faz. Ele é uma pessoa chave (...) na realização efetiva do projeto educativo. A incidência do seu ensino está ligada ao seu testemunho de vida, que traduz de modo eficaz em atos, sob o olhar dos alunos, esse mesmo ensino» (DR 96). Todavia, a sua disponibilidade para o diálogo pessoal e para a escuta é decisiva. *«Espera-se assim que ele seja rico em dons da natureza e da graça, capaz de os testemunhar na sua vida, preparado de modo adequado para o seu ensino, dotado de boas bases culturais e profissionais, pedagógicas e didáticas, aberto ao diálogo»* (Ibid).

Capítulo segundo: Que diálogo?

1. O diálogo com Deus

Se a escola educa os jovens para descobrir a sua verdadeira personalidade, a liberdade e a responsabilidade em união com os outros, ela propõe-lhes igualmente comprometerem-se no serviço de Deus em favor dos outros e em transformar o mundo. Todavia, um dos objetivos mais profundos e mais difícil é ensinar-lhes «*a entrar em diálogo com Deus*» (EC 45).

2. O diálogo com a cultura

Não esqueçamos que a fé se desenvolve sempre no diálogo contínuo e construtivo com a cultura envolvente.

3. O diálogo entre a fé, a cultura e a vida

Se o ensino é numa parte essencial também transmissão crítica da cultura, de verdades e de saberes, isso significa para o educador católico que ele esteja «*continuamente atento à abertura do diálogo correspondente entre a cultura e a fé*» (LC 29) para permitir ao aluno fazer a sua síntese pessoal interior. E, bem entendido, «*uma síntese que o educador deverá ter atingido, ele mesmo, anteriormente*» (Ibid).

4. O diálogo intercultural

A rede mundial de escolas católicas à qual pertencemos com milhões de alunos recorda-nos que todas estas escolas são a expressão de comunidades multiculturais chamadas a entranhar o sentido de comunhão entre os povos e as culturas. A diversidade está, cada vez mais, presente nas nossas próprias escolas europeias. É, então, essencial que os nossos alunos façam nelas «*a experiência do conhecimento, do respeito, da estima, do enriquecimento mútuos*» (PC 65). Uma educação para o diálogo intercultural é, por isso, absolutamente necessária.

Esta «*educação intercultural funda-se essencialmente num modelo relacional que abre à reciprocidade*» (PC 66) valorizando as particularidades de cada cultura, mas sublinhando a importância da compreensão e da comunhão recíproca. Um cristão considera a comunhão como fundada em

Deus. Ela é para ele a expressão da convergência e «*torna-se, então, sinal de riqueza e de promessa de desenvolvimento*» (Ibid).

5. O diálogo com os jovens que não são católicos

Em certos países em que as escolas católicas são subvencionadas e abertas a todos, o número de alunos não católicos atinge percentagens muito elevadas. Chegam a ser mesmo majoritários em numerosas escolas católicas.

Que princípios nos podem guiar nesta situação? Queria propor três:

- 1) O respeito pela liberdade;
- 2) Um respeito que aspire a tornar-se um diálogo construtivo;
- 3) Um estilo de vida cristão.

1 – O respeito pela liberdade

«A fé não admite violência. Por consequência, os educadores católicos (...) terão o maior respeito pela liberdade dos alunos não católicos. Estarão sempre abertos a um diálogo autêntico, convencidos de que a estima afetuosa e sincera para com quem procura honestamente Deus segundo a sua própria consciência representa em tais circunstâncias o testemunho mais oportuno da sua própria fé» (LC 42).

2 – Um respeito que aspire a tornar-se um diálogo construtivo

O educador católico deve agir em coerência com a sua fé. Numa escola pluralista, esta atitude de coerência deve ser acompanhada *«dum respeito assinalável pelas convicções ideológicas e a função dos outros educadores, na condição de que eles não violem os direitos humanos do aluno. Este respeito deve aspirar a alcançar um diálogo construtivo (...) com todos os homens de boa vontade. Mostrar-se-á, assim, com mais clareza que a fé cristã apoia na prática a liberdade religiosa e humana que defende, e que contribui logicamente para um vasto pluralismo na sociedade» (LC 50).*

3 – O estilo de vida cristão

Este estilo cristão de vida que é caracterizado pelo respeito, o acolhimento e a abertura ao diálogo, encontra o seu fundamento no amor

cristão universal. «A verdadeira educação não se limita à comunicação de conhecimentos, mas promove a dignidade e a fraternidade humana e prepara a abertura à Verdade que é Cristo» (LC 55).

Referências das citações utilizadas:

- DEC** – Gravissimum Educationis (Déclaration sur l'Education Chrétienne), 28 outubro 1965;
- EC** – L'Ecole Catholique, 19 março 1977;
- LC** – Le Laïc Catholique: Témoin de la Foi dans l'Ecole, 15 outubro 1982;
- OEAH** - Orientations Educatives sur l'Amour Humain – Traits d'Education Sexuelle, 1 novembro 1983;
- DR** – La Dimension Religieuse de l'Education dans l'Ecole Catholique, 7 abril 1988;
- ECAS** – L'Ecole Catholique au Seuil du Troisième Millénaire, 28 dezembro 1997;
- PC** – Les Personnes Consacrées et leur Mission dans l'Ecole – Réflexions et Orientations, 28 outubro 2002;
- EE** – Eduquer Ensemble dans l'Ecole Catholique, 8 setembro 2007;
- LCER** – Lettre circulaire sur l'Enseignement de la Religion dans l'Ecole, 5 maio 2009.

**«A tua fé te salvou»
Lc 18, 42**

51º ENCONTRO NACIONAL DE CATEQUESE

**Diocese de Lamego,
27 - 30 de março de 2012**

Deus e o Ser Humano na dinâmica da fé cristã

DOMINGOS TERRA, S.J. (*)

Quem vive a fé cristã tem plena consciência da sua estrutura dialógica. Sabe que ela é a experiência duma alteridade introduzida na própria existência. Extrai, aliás, as consequências que daí advêm para a condução desta última. De facto, a fé cristã assume a forma dum itinerário que se desenha no permanente face a face entre Deus que se dá a conhecer e o ser humano que o acolhe. Para compreender esta estrutura dialógica, podem tocar-se, então, três aspetos. Primeiro, está o acontecimento da revelação de Deus. Depois, vem a resposta da fé que lhe deve ser dada. Finalmente, temos as implicações que a articulação desse acontecimento e desta resposta traz para a condução do caminho cristão.

A reflexão, que aqui se efetua, segue essencialmente o pensamento duma grande figura da teologia do século XX: o suíço Hans Urs von Balthasar (1905-1988).

O acontecimento da revelação

A revelação de Deus é um ato da pura iniciativa de Deus. Embora tenha de ser traduzida em linguagem humana, deve ser compreendida de acordo com a lógica própria de Deus. O modo como ela se apresenta explica-se certamente em função daquele que a desencadeia. De facto, aquilo que é dito no acontecimento da dita revelação comporta uma pretensão divina original. Tanto assim é que pode parecer abusiva. A palavra pronunciada no acontecimento da revelação faz sentir, muitas vezes, que não está fundada

(*) Sacerdote da Companhia de Jesus. Teólogo. Docente da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Ensina atualmente Teologia Fundamental e Teologia Espiritual. Integra o Conselho de Direção das revistas *Didaskalia* e *Brotéria*. Conferência proferida no 51º Encontro Nacional da Catequese, Lamego, março de 2012.

na experiência comum da humanidade. Dificilmente se imagina que esta fosse capaz de formulá-la, por si só. Tal palavra dá a entender que aquilo que tem a comunicar não se deve às possibilidades habituais do ser humano. Facilmente sugere que não é dedutível a partir de dados que a pudessem preceder ao nível humano. Mostra que assenta na liberdade total e incondicionada de Deus, que não só decide pronunciá-la, mas também escolhe o modo como a pronuncia. Ora, é precisamente essa palavra, apresentando-se da forma aqui descrita, que antecede e requer a resposta da fé. É nela, assim excessiva, que esta última ousa colocar a sua confiança¹.

O ser humano deve perceber que ele próprio não é a medida de Deus. Não pode querer compreendê-lo com as suas categorias, julgá-lo com os seus critérios, condicioná-lo de acordo com as suas expectativas. É bom que se convença inclusivamente de que nada na resposta que venha a dar a Deus serve de ponto a partir do qual possa aferir a palavra que este lhe dirige. Hans Urs von Balthasar alerta precisamente para o perigo da chamada 'redução antropológica' a este propósito. É o que pode acontecer quando, em teologia, se foca primeiro o «dinamismo subjetivo» da revelação de Deus ao ser humano e só depois «os factos objetivos» da mesma². Não seria legítimo colocar aquilo que provém do lado de Deus na dependência da capacidade de percepção existente do lado humano. Seria inadmissível considerar que o intelecto, em virtude do seu dinamismo, dalguma forma exige Deus com as características que lhe são próprias. Seria inadequado partir daquilo que é a faculdade de abertura, de questionamento e de compreensão do ser humano para chegar ao ser próprio de Deus: ao seu querer, dizer e fazer³. Balthasar sublinha que o espírito humano, que se lança na busca daquilo que o sacia, tem uma medida interna. Teme que esta seja convertida, dalgum modo, em medida do acontecimento da revelação de Deus. Reage, pois, contra os que introduzem demasiada mediação na relação entre Deus e o ser humano. Defende que esta relação deve ser entendida como imediata. O referido teólogo quer, com isso, afirmar a positividade da Palavra de Deus, em todas as suas prerrogativas. Esforça-se por mostrar o esplendor da figura de Cristo, como manifestação do amor absoluto, incondicionado, desmedido do próprio Deus. Sublinha que Cristo, enquanto

¹ Henri BOURGEOIS, «Pratiques et originalité de la foi chrétienne», in Joseph DORÉ (dir.), *Introduction à l'étude de la théologie*, t. II, Paris, Desclée, 1992, p. 23.

² Hans Urs von BALTHASAR, *La gloire et la croix. Les aspects esthétiques de la révélation. I. Apparition*, trad. Robert Givord, Desclée de Brouwer, 1990, p. 125.

³ Hans Urs von BALTHASAR, *Só o amor é digno de fé*, trad. e apres. Artur Morão, Lisboa, Assírio & Alvim, 2008, pp. 45-46.

tradução concreta desse amor absoluto, só pode ter explicação na realidade de Deus. Entende que as condições subjetivas de que o ser humano disponha para o compreender não devem intervir nessa explicação⁴.

É claro que também se pode fazer um reparo a este modo de encarar a revelação de Deus. O teólogo alemão Karl Rahner (1904-1984) alerta para o perigo de se ignorar ou, pelo menos, não ter suficientemente em conta as condições do acolhimento dessa revelação que integram a estrutura do ser humano. Com efeito, é a este que a revelação de Deus se dirige. Ela deve atingi-lo ao nível mais profundo do seu ser. Não se vê, portanto, como possa existir sem um sujeito perante o qual apareça como dom. Tal não impede que essa revelação surja como um ato de amor resultante da inteira liberdade de Deus. Mas convém sublinhar que o lugar onde ela acontece não pode ser encarado de modo abstrato. Deve ter-se em conta que esse lugar é alguém que se compreende de determinada forma e mostra uma certa capacidade de dispor de si próprio. A revelação só surge quando efetivamente se dá a sua audição e o seu acolhimento. Daí que a sua possibilidade assente numa natureza e numa autoconsciência humanas enquanto dados que lhe são prévios⁵.

Hans Urs von Balthasar descreve o acontecimento da revelação de Deus como amor e glória. Parece usar até estas duas palavras como sinónimos neste contexto. Afirma que a característica de glória confirma a transcendência do amor que o ato revelador de Deus testemunha. De facto, a credibilidade deste amor divino não assenta em nada que faça parte do mundo humano. Reside na revelação em si mesma, ou seja, na explicitação do próprio amor que é Deus. Este apresenta-se como incompreensível e indizível. Manifesta-se como absolutamente outro. Daí que seja impossível toda a redução àquilo que o ser humano possa exigir ou esperar dele⁶. O agir divino, ao mostrar-se como uma liberdade sem limite, não pode ser decifrado a partir da natureza criada⁷. Por isso, parece legítimo descrever a revelação também com algum vocabulário usado por S. Paulo: escândalo e loucura⁸. São duas palavras que sugerem o carácter excessivo, ou seja, não razoável da revelação. Indicam que esta se apresenta como verdade e sabedoria inteiramente outras. Trata-

⁴ BALTHASAR, *La gloire et la croix*, pp. 395-396.

⁵ Karl RAHNER, «Filosofía y teología», in *Escritos de Teología*, t. VI, Madrid, Taurus Ediciones, 1969, pp. 93-94.

⁶ BALTHASAR, *Só o amor é digno de fé*, pp. 55-57.

⁷ *Ibidem*, p. 67.

⁸ Cf. *1 Cor* 1, 23: «nós (...) anunciamos Cristo crucificado, que para os judeus é escândalo, para os gentios é loucura».

-se precisamente do 'logos da cruz'. O mistério do amor, que é característica definidora da revelação de Deus à humanidade, manifesta-se no ato de esvaziamento total de Cristo na cruz. As tais palavras de S. Paulo sublinham, pois, que o ser humano não consegue encontrar-se com Deus naquele lugar onde possa estar, porventura, à espera dele. Recordam que a descoberta de Deus deve acontecer de forma imediata e surpreendente diante dos seus olhos⁹.

A resposta da fé

O facto de a revelação de Deus ao ser humano se mostrar como realidade totalmente outra não pode levar a concluir que este não tem que a compreender. É preciso que reaja a ela com sentido de responsabilidade. Ora, para perceber o amor que o ato revelador de Deus comporta é preciso ter uma experiência séria do amor enquanto tal. Como diz Balthasar, só se conhece o amor por meio do amor. Não existe maneira de o entender a não ser no drama do próprio amor¹⁰. O referido autor coloca até em paralelo a relação entre a pessoa e Deus e a relação entre a criança e a mãe. «Assim como nenhuma criança desperta para o amor sem ser amada, assim nenhum coração humano se eleva à compreensão de Deus, sem a livre oferenda da sua graça – na imagem do seu Filho»¹¹. Vê-se, então, que o mundo entregue às práticas mentais a que está acostumado não é capaz de interpretar corretamente a revelação de Deus operada em Jesus Cristo. Não encontra qualquer sentido num ato de dádiva de si mesmo que chega ao ponto da morte na cruz. Nunca consegue encará-lo como fonte e lugar de esperança. Não imagina que dele possa vir aquela esperança imprevisível de que tanto necessita. Muito provavelmente o mundo olha esse ato como resposta desesperante para aquilo que é a sua vontade de viver. Só quem tem experiência de se comprometer no amor sério, generoso, fora de medida, consegue perceber a cruz de Cristo como linguagem do amor de Deus. Tem de se passar por situações e tomar parte em atividades cujo verdadeiro fundamento se situa fora da lógica do mundo: só na cruz de Cristo encontram uma explicação capaz¹².

A percepção do amor que Deus mostra ter pelo ser humano no ato da sua revelação leva este a responder-lhe também sob a forma de amor. Tal resposta

⁹ BALTHASAR, *Só o amor é digno de fé*, pp. 68-69.

¹⁰ *Ibidem*, p. 76.

¹¹ *Ibidem*, p. 72.

¹² *Ibidem*, pp. 117-118.

consiste no acolhimento do Deus que se revela e também de tudo o que ele propõe. Este acolhimento é condição da manifestação do próprio amor divino. Este não seria notado, se não houvesse ninguém que o captasse e lhe respondesse afirmativamente. A revelação divina só é efetiva quando existe um par de pessoas envolvido: não só a que revela, mas também a que percebe essa revelação. É no ato de ser acolhido que o amor divino se faz sentir presente, mostra o que o caracteriza e chega à produção de frutos¹³. Mas este aspeto tem de ser imediatamente complementado por outro, para se compreender bem a relação entre a manifestação do amor divino e o ato humano do seu acolhimento. Deve haver, de facto, precaução para não cair na já referida redução antropológica a respeito da revelação de Deus. Não pode existir qualquer ilusão de configuração desta última a partir do terreno humano em que ela ocorre. Ao afirmar que o acolhimento do amor divino é condição para que este chegue a manifestar-se, não se o considera como causa da referida manifestação. Dizer que o acolhimento humano possibilita a manifestação do amor divino não significa defender que é ele que produz esta. Com efeito, tal acolhimento só acontece se estiver já dado algo que procede de Deus. Ocorre no ambiente da graça divina que o suscita e facilita. Note-se que esse acolhimento não pode consistir numa resposta de amor qualquer. Tem de ser uma de tal ordem que saia da lógica do nosso mundo, por se mostrar adequada à palavra de amor pronunciada pelo próprio Deus¹⁴.

Dar a resposta da fé deve significar nada menos do que deixar, na sua própria pessoa, o caminho livre a Deus. Tem de consistir num verdadeiro *nihil obstat* dado a Deus¹⁵. Convém que este último possa agir sem entraves na criatura. A fé exige, de facto, uma grande liberdade diante de Deus que se dá a conhecer. É assim já no momento do seu começo. Não admira que seja assim depois também na sua vivência continuada. Aliás, com o andar do tempo, quanto mais o amor de Deus penetrar na pessoa que lhe responde afirmativamente, tanto mais a liberdade desta última se tornará capaz de amar de forma incondicional. Não admira que Deus se vá tornando cada vez mais explícito no chamamento a amar desta forma¹⁶. Ele mesmo cria as condições para que tal exigência tenha cabimento. O amor de Deus comporta uma grande força transformadora naquele que o reconhece e acolhe. É um amor que já os discípulos de Jesus tinham percebido como justificante. Eles sentiram-se profundamente amados: «o amor de Deus foi derramado em

¹³ *Ibidem*, p. 72.

¹⁴ *Ibidem*, p. 74.

¹⁵ *Ibidem*, p. 77.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 92-93.

nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado»¹⁷. Ao mesmo tempo, vendo-se objeto dum tal amor que lhes chegava de Deus através de Cristo, perceberam-se a si mesmos como justificados gratuitamente por ele. Descobriram que Deus, ajudando-os a sair de si próprios e despertando-os para a sabedoria que vem dele, era alguém que os libertava e lhes dava efetivamente o ser. Experimentaram como Deus os levava a olhar para si próprios a partir dele, tido precisamente como fonte donde lhes vinha tão grande amor. Compreende-se melhor agora como, ao sentirem-se assim amados, se tornaram, eles também, capazes de amar¹⁸.

A fé constitui, pois, uma iniciação ao amor divino. À medida que ela progride, vai-se compreendendo a dimensão deste. Por sua vez, o conhecimento crescente de tal amor exige que se lhe responda numa forma que ultrapasse expressamente os critérios e as garantias próprios do nosso mundo¹⁹. Esse conhecimento deve levar a que a fé surja cada vez mais como um ato de abandono em Deus, a quem se tem como evidência única e exclusiva. Se a revelação de Deus em Jesus Cristo comporta já o aspeto de escândalo, a resposta da fé que lhe é dada deve apresentá-lo igualmente. Não tem que surpreender que esta última apareça como amor inimaginável segundo a lógica do mundo²⁰. É de esperar que ela se apresente evidente como amor e unicamente como tal. É natural que a fé se mostre como um ato de particular exigência, pelo facto de as capacidades humanas de quem a vive serem finitas. Tanto no seu início como no seu curso posterior, ela terá de ser realizada «na obscuridade da consciência»²¹. A certeza psicológica na fé é problemática. Dum lado, está a condição finita do sujeito da fé. Do outro, situa-se toda a dimensão de mistério que é própria do objeto da mesma. A fé implica precisamente a aposta de pessoa inteira em Deus que não cessa de ser mistério. Daí que nunca possa ser considerada como um dado adquirido, nem como um caminho previsível. A fé, na sua origem e no seu âmago, não pertence à pessoa. Assenta em Deus, em primeiro lugar²².

Vê-se, então, que a relação que fundamenta a fé cristã não é uma em que se desempenhem partes iguais. É claro que o encontro entre Deus que se revela e o ser humano que lhe responde afirmativamente implica o compromisso de ambos. Supõe-se que existe verdadeiro amor nos dois sentidos.

¹⁷ Rom 5, 5.

¹⁸ BOURGEOIS, *op. cit.*, pp. 42-43.

¹⁹ BALTHASAR, *Só o amor é digno de fé*, p. 80.

²⁰ *Ibidem*, p. 90.

²¹ *Ibidem*, p. 75.

²² BALTHASAR, *La gloire et la croix*, pp. 189-190.

Mas dá-se, aqui, uma desproporção. A fé consiste numa resposta, de pessoa inteira e com simplicidade de coração, a Deus que se dá a conhecer ao ser humano por meio dum gesto de entrega. Mas essa resposta chega demasiado tarde, porque Deus antecipou-se na manifestação do seu amor. Quando o ser humano decide acolher Deus, já este se deu a conhecer da forma louca que atinge o ponto da cruz²³. Trata-se dum prova de amor inigualável que surpreende pelo tempo e pelo modo. Contudo, deve sublinhar-se que o facto de a fé só vir depois da revelação divina não lhe atenua a responsabilidade de se apresentar como amor. Espera-se que ela responda de forma decidida ao amor de Deus, que há de afigurar-se-lhe, em grande medida, incompreensível. Esse amor deve ser o único dado para o qual aponta a fé. Daí que esta nada mais possa ser do que amar. Trata-se dum fim que tem de ser visto como incondicional: amar sem reservas. A resposta da fé deve ser empreendida, sem estar à espera de conceitos humanos que a expliquem ou de aspetos da experiência da vida que façam parecê-la razoável²⁴. A figura bíblica de Job pode dar a este propósito grandes ensinamentos. No meio do sofrimento, sacudido pela impressão da ausência de Deus, Job não desiste de depositar neste a sua confiança. Persevera na fé, sabendo que não pode contar com nada do que existe no nosso mundo para a apoiar.

O caminho cristão

É natural que a dinâmica da relação entre Deus que se revela e o ser humano que o acolhe tenha consequências para a condução da existência cristã. Essa relação nunca pode ser vista como um acontecimento isolado. Assume a forma dum itinerário, seja individual, seja coletivo. Importa caracterizar, então, a existência cristã a partir da dinâmica de tal relação. Com efeito, pode ver-se na Sagrada Escritura que Deus toma sempre a iniciativa de vir ao encontro do ser humano, dirigindo-lhe a palavra e mostrando-se disposto a intervir na sua vida. É Deus que, espontânea e inesperadamente, desencadeia a relação entre ambas as partes. Veja-se a vocação de Abraão. Repare-se no encontro suscitado com determinadas figuras que integram a história do povo de Israel, ou, então, com este no seu conjunto. Observe-se a cena da anunciação do anjo a Maria de Nazaré. Note-se a forma como os apóstolos, cada um a seu tempo e a seu modo, fazem a descoberta de

²³ BALTHASAR, *Só o amor é digno de fé*, p. 90.

²⁴ *Ibidem*, pp. 90-91.

Jesus ressuscitado. Não se esqueça, enfim, a iniciativa que constitui a entrada mais arrojada de Deus na história humana: a encarnação do Verbo²⁵.

No Verbo encarnado, Deus exprime-se de forma definitiva. Nesse momento fica claro o que ele faz chegar até nós: «o abismo insondável e absoluto do [seu] amor»²⁶. Tal como nas suas outras intervenções na história humana, Deus manifesta-se dum modo desfasado das expectativas que esta é capaz de gerar por si só. Excede-as claramente. Não admira que aqueles que Deus interpelou tenham experimentado confusão. Não espanta que os que presenciaram os episódios da vida de Jesus se tenham mostrado frequentemente perplexos. Não se trata apenas das pessoas que não conseguiram acreditar nele. Trata-se inclusivamente daquelas que vieram a aderir a ele ou até já lhe tinham respondido afirmativamente. O que Deus opera no acontecimento do Verbo encarnado é, de facto, particularmente transbordante e insondável. Contudo, essa ação de Deus, ao mesmo tempo que é difícil de entender, tem força para alcançar o ser humano. Afeta-o e faz com que algo se mova nele. Deus atinge-o, mesmo sendo mistério e precisamente nessa condição de mistério. Então, é dele, apresentando-se exatamente desta forma, que o ser humano deve fazer a experiência. Nunca é demais sublinhar que, na ordem do ser, primeiro está o mistério de Deus tal como é. Só depois vem a experiência que se faz dele. Isto significa que, na ordem da valorização, esse mistério deve ter a primazia sobre esta experiência. Esta deve ser vista em função dele e não ao contrário. Pouco importa se Deus, no seu caráter incompreensível, choca a sensibilidade humana. O que interessa é que, mesmo assim, ele ocupa o primeiro lugar de importância na existência cristã. Não há dúvida de que Deus, enquanto indizível e incompreensível, se situa no centro da conversão cristã²⁷. É em função dele que esta deve ser verificada e eventualmente até quantificada.

Ora, como na relação entre Deus e o ser humano a iniciativa cabe sempre ao primeiro, importa ver quais são as consequências que daí advêm para o segundo. Se é Deus quem pronuncia a primeira palavra ou dá o primeiro passo, então tudo o que o ser humano diga ou faça vem num segundo momento. Hans Urs von Balthasar enumera três conceitos para traduzir o que deve ser o comportamento humano face a Deus no âmbito da referida relação: resposta, disposição e obediência. É claro que estão intimamente

²⁵ Hans Urs von BALTHASAR, *Puntos centrales de la fe*, Madrid, Biblioteca de autores cristianos, 1985, p. 324.

²⁶ *Ibidem*, p. 331.

²⁷ *Ibidem*, pp. 331-332.

ligados e designam a mesma dinâmica fundamental. Na lógica da existência cristã, ao ser humano compete reagir à «ação eloquente' (...) prévia de Deus»²⁸. Não deve haver da parte dele um empreendimento inteiramente independente do querer deste último. É preciso escutar e acatar a palavra que Deus tomou a iniciativa de pronunciar. Deus é o primeiro a empreender. Isto não significa que retire o espaço de iniciativa ao ser humano. Quere-o também como grande empreendedor. A espontaneidade do ser humano frente a Deus tem todo o seu lugar. Mas não deve reger-se pelos próprios planos. É chamada a deixar-se regular pelo querer de Deus que livremente se manifesta. Convém saber que este pode empreender a todo o momento a sua marcha em direção ao ser humano. Não se deve esquecer que, quando tal acontecer, é preciso que a sua iniciativa atinja efetivamente este último, em vez de o encontrar indiferente e incapaz de o acolher. Percebe-se, assim, que a atitude de disposição que se espera do ser humano consiste em fazer da sua capacidade empreendedora um meio que permita a realização do empreendimento do próprio Deus. Para cultivar tal atitude, dispomos precisamente de Jesus Cristo como modelo. Várias vezes, vemo-lo nos Evangelhos a declarar que veio ao mundo para cumprir a vontade do Pai. Encontram-se neles elementos que mostram que toda a sua existência terrena foi expressão disso mesmo²⁹.

A obediência é outra atitude que se espera do ser humano diante de Deus que se revela. Aliás, o teólogo acima referido contrapõe-na à experiência, como critério de medida da perfeição cristã. Considera que esta última não tem que ver com a quantidade de experiências sentidas da presença de Deus. Defende que tal perfeição se mede pela capacidade de obediência demonstrada a este. Com efeito, a prática da existência cristã mostra que, pela via da obediência, se pode experimentar inclusivamente o abandono de Deus. Mas não se deve confundir, aqui, abandono com separação. Na vivência desse abandono, pode-se estar tão unido a Deus como na experiência sentida da presença dele. É possível até que a ligação a Deus seja mais forte naquela do que nesta. Assim, o critério da perfeição cristã não é a extensão da experiência de consolação proporcionada por Deus. O que mais vale na vida cristã é atravessar o dia a dia, na fé, na esperança e na caridade, independentemente das cores que ele tenha. O ideal da perfeição cristã é, portanto, a disponibilidade para percorrer o caminho que Deus aponta. Esta é que está no topo da escala de valorização daquilo que compõe o caminho cristão. A experiência explícita da presença de Deus situa-se mais abaixo. Trata-se

²⁸ *Ibidem*, p. 324.

²⁹ *Ibidem*, pp. 324-325.

dum ensinamento de particular importância na nossa época em que abunda aquilo a que alguns chamam ‘manias vivencialistas’. Estamos, de facto, num tempo em que se procura sofregamente colecionar experiências suculentas na vida. Julga-se que a felicidade se baseia numa grande dose destas. É uma perspetiva que, ao propagar-se no ambiente cultural em que nos movemos, tende a afetar um bom número dos que se dizem cristãos. Ora, a fé cristã, esclarecida daquilo que a caracteriza, considera tal perspetiva como ilusão³⁰.

Uma vez mais se é chamado a olhar para a figura de Jesus Cristo. Àqueles que trilham o seu caminho, não se prometem experiências explícitas e suculentas de Deus. Não podem esperar, de antemão, uma grande dose de consolações. Devem estar disponíveis para que a vida lhes corra à semelhança do que aconteceu com Jesus a quem decidiram seguir. «O discípulo não está acima do mestre, nem o servo acima do seu senhor. Basta que o discípulo se torne como o mestre e o servo como o seu senhor»³¹. Aqueles que optaram por seguir Jesus deveriam ir inclusivamente mais longe. É-lhes apontado como horizonte da sua vida uma configuração com o mestre crucificado. S. Paulo não hesita em afirmar: «Fui crucificado junto com Cristo. Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim»³². É natural que o caminho cristão tenha as cores concretas daquele que foi percorrido pelo próprio Cristo. Por ele, pode-se chegar às mais diversas formas e aos mais diversos graus da experiência sentida da presença de Deus. Mas – repita-se – esta não é o critério da perfeição cristã³³. O que importa é a disponibilidade para viver o caminho que Deus indica. Trata-se precisamente do Deus que se manifesta sob a forma dum amor excessivo que chega ao ponto de chocar a sensibilidade humana e, ainda por cima, sugere que dêmos um salto de inteira confiança nele.

³⁰ *Ibidem*, pp. 326, 330.

³¹ *Mt* 10, 24-25.

³² *Gal* 2, 19-20.

³³ BALTHASAR, *Puntos centrales de la fe*, p. 331.

A fé em Jesus Cristo, condição de plenitude do ser humano

DIÁC. ACÁCIO JOSÉ PEREIRA LOPES (*)

“Na realidade, o mistério do homem só no mistério do Verbo Encarnado se esclarece verdadeiramente. Adão, o primeiro homem, era efetivamente figura do futuro, isto é, de Cristo Senhor. Cristo, novo Adão, na própria revelação do mistério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime (...). «Imagem do Deus invisível» (Col 1, 15), Ele é o homem perfeito, que restitui aos filhos de Adão semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que, n’Ele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo também em nós foi elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado”.

Concílio Vaticano II, Constituição *Gaudium et Spes*, 22

1 – O homem é um ser pessoal e social

O ser humano é essencialmente um ser pessoal, de relação. Ser pessoa é a substância do ser humano, o seu caráter essencialmente constitutivo, e não uma característica ou qualidade acrescentada a *posteriori* por adjetivação.

Ser pessoa significa ser sujeito, isto é, autónomo, livre, capaz de se conformar a si mesmo de modo criativo.

(*) Diretor do Secretariado Nacional da Educação Cristã. Conferência proferida no 51º Encontro Nacional da Catequese, Lamego, 28 de março de 2012.

Para além da individualidade e da autodeterminação, o ser humano apresenta ainda uma outra dimensão constitutiva: a abertura ao outro, a comunicabilidade. Quer dizer que, no universo humano, o eu e o tu se implicam reciprocamente.

Do ponto de vista teológico, estas características essenciais do ser humano, que podem ser descobertas, tematizadas e refletidas a partir da filosofia e das ciências humanas, adquirem matizes específicas e perspectivas de análise com outros níveis de aprofundamento. Com efeito, o poder, que faz do ser humano uma criatura especial entre todos os outros seres criados, não é algo que ele receba de si mesmo: é o poder de Deus e a força do seu Espírito que confere poder ao homem (*“Deus abençoou-os e disse-lhes: « Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a».” – Gn 1, 28*). Por outro lado, o ser humano apresenta, em si mesmo, na sua constituição, uma dupla dimensão: é alma e corpo; não no sentido de ser um composto de duas partes distintas, mas no sentido de a sua constituição unitária apresentar duas dimensões irreduzíveis, ainda que inseparáveis. Aliás, só a partir da própria unidade antropológica se torna possível perspetivar os dois aspetos da mesma realidade. O homem é corpo, isto é, uma entidade espaço-temporal, cósmica, sujeita à corruptibilidade e à morte; e é também alma, capaz de transcender os condicionamentos espaço-temporais e materiais, capaz de experimentar sentimentos, inteligir a realidade, imaginar e criar perspectivas novas dessa mesma realidade.

Todavia, do ponto de vista da teologia cristã, joga aqui um outro elemento ou dimensão, de natureza supramundana e ontologicamente distinta da realidade psicossomática: o espírito. Esta dimensão espiritual do homem, enquanto realidade ontológica, não tem origem na alma, mas no Espírito de Deus que, ao criar o ser humano, o criou à sua imagem e semelhança e para o diálogo e comunhão com Ele. A possibilidade do diálogo e da comunhão do homem com Deus não resultam da capacidade meramente psíquica do ser humano, transcendente ao mundo material, mas resulta do dom e do apelo de Deus inerente ao seu ato criador.

Contudo, ao criar o ser humano livre, Deus deu ao homem capacidade de aceitar ou recusar a comunicação (divina) que lhe é oferecida, o que determinará desde o início a finalidade e o sentido da sua vida. Desde o começo, o ser humano é «assinalado» pelo dom e pelo apelo do Espírito de Deus e a sua perfeição depende do acolhimento e da resposta a esse mesmo Espírito. Isto quer dizer que, do ponto de vista teológico, as dimensões ontológica e dialogal são coessenciais ao ser humano.

É esta condição espiritual, cuja origem é transcendente, que torna o homem imortal. Todavia, do ponto de vista cristão, a imortalidade concebe-se na perspectiva da ressurreição. Só a partir da ressurreição a imortalidade adquire sentido. Deste modo, não só a alma é imortal; Deus pode ressuscitar o ser humano na plenitude de todas as dimensões do seu ser, transformando ou transfigurando o que, por sua natureza, é mortal e caduco. É assim que, no chamamento de Deus à comunhão com Ele em Cristo, o ser pessoal de cada ser humano alcança a sua plenitude.

O ser pessoal do homem, na unidade estrutural dos seus múltiplos aspetos de natureza ontológica e relacional, abre-o necessariamente, dadas as características desses mesmos aspetos, à sua relação com Deus.

Do ponto de vista cristão, a dimensão social do ser humano encontra a sua plenitude na inserção em Cristo: porque todos (os cristãos) fomos batizados num mesmo Espírito, formamos um só corpo, o do Senhor ressuscitado. Isto quer dizer que a inserção em Cristo e a participação na sua vida é um acontecimento social. A própria vida eterna só pode ser concebida tomando em consideração a dinâmica da comunhão fraterna.

A união entre os seres humanos, projeto de Deus para a humanidade, é o reflexo da unidade das pessoas divinas no seio da Trindade. A vida plural (social) torna-se, por isso, para o homem uma exigência, formal e substancialmente, ética.

2 – O pecado na origem e a origem do pecado

Do ponto de vista da Antropologia Teológica cristã, há três pressupostos fundamentais que estruturam o ser humano, quer a nível individual quer a nível social e na sua dimensão histórica:

- 1) A vocação definitiva e última do homem (de cada homem) é a vocação divina (Deus quer estabelecer uma relação de amor e paternidade com todos os homens em Jesus Cristo, seu Filho, por intermédio do Espírito Santo; ou seja, pela graça de Deus o homem foi chamado à filiação divina).
- 2) A vocação divina do homem e a concessão da graça divina pressupõem, todavia, que o ser humano é uma criatura livre (o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus).
- 3) O homem real e concreto, criado por Deus para a comunhão divina, encontra-se, objetivamente, sob a influência real e dramática do pecado.

Ainda que o relato de *Gn 3* seja de carácter etiológico, não se trata de uma simples parábola da condição humana, com carácter meramente simbólico, mas tem um conteúdo factual e real, já que o pecado (ou situação pecaminosa) aconteceu realmente algures no processo de constituição evolutiva do ser humano estendendo-se à condição humana no desenvolvimento histórico-genético posterior (corresponsabilidade solidária no pecado de Adão). O texto de *Gn 3* reflete, sem dúvida, uma procura da origem daquilo que é facilmente verificável na vida e na história dos homens: a universalidade do pecado. O diagnóstico é verdadeiro: o mal existe e todos os homens, em todos os tempos e lugares, de um modo ou de outro, pecaram e pecam. A experiência do Povo de Israel e a nossa experiência hoje são inquestionáveis: somos sempre precedidos pelo mal, em nós e à nossa volta. Por mais longe que vá o nosso olhar e a nossa análise no tempo e na história é isso que verificamos: o mal, o pecado (em termos religiosos) lá está. Nenhum homem histórico lhe escapou e conclui-se, facilmente, que nenhum lhe escapará. Verifica-se que o mal e o pecado pertencem à condição inicial e originária do ser humano. Esta universalidade é posta, em termos bíblicos, numa figura prototípica do ser humano: Adão (o Homem). Pode-se assim dizer que todo o homem histórico pertence a Adão, é Adão.

Esta história do mal e do pecado começou algures, forçosamente. Não como inerente à criação por parte de Deus (tudo o que Deus fez é bom; no caso do homem, muito bom). O pecado não faz parte da essência do homem, não pertence ao seu estado natural enquanto criação de Deus, nem à sua vocação sobrenatural. Todavia, por mais que se recue no tempo, a origem deste mal, e do pecado que lhe é correlativo, terá de ser situada em relação com o próprio homem, que, algures, renegou a sua autenticidade de criatura à imagem e semelhança de Deus. Não sabemos como aconteceu (as origens escapam-nos), mas aconteceu realmente.

É isto que *Gn 3* nos relata em linguagem poética, considerando o pecado, antes de mais, como separação de Deus, perda da confiança absoluta em Deus, por parte do homem. É mais que uma mera desobediência; é uma tentativa, por parte do homem, de alcançar, sem Deus e unicamente com as suas próprias forças e capacidades, o que está reservado a Deus. O homem destrói-se a si mesmo e entra em rotura com Deus e com os seus semelhantes quando não aceita a sua fragilidade (é feito de barro) e dependência de Deus (cobiça o fruto

proibido). Então, o Paraíso, projeto inicial de Deus sobre o homem e para o homem, torna-se uma miragem (é expulso do Paraíso).

A rotura, segundo o *Génesis*, deve-se à vontade de autossuficiência por parte do homem. É o ser humano a querer-se sem quaisquer limites, sem qualquer tipo de dependência, em rebeldia para com o seu criador, fechado sobre si próprio no seu orgulho, fazendo-se a si o centro da realidade, idolatrando-se a si mesmo; no fundo, idolatrando o mal que, como dirá o Evangelho mais tarde (*Mt 15, 19; Mc 7, 21-22*), tem a sua origem no coração do homem. O pecado original é o pecado do antropocentrismo, do ateísmo, da idolatria.

São estas marcas indeléveis que fazem deste pecado o pecado primeiro. Isto é, não só **original**, porque acontecido na origem da história humana, mas também **originante**, porque origem e matriz de todos os outros pecados de cunho pessoal e social. Neste sentido, podemos considerá-lo um pecado **radical**: atinge o ser humano no mais profundo do seu ser e, por tal motivo, condicionará radicalmente, no âmago da sua essência e na nudez da sua existência, o carácter e o desenvolvimento de todo e qualquer tipo de relação de cada homem com Deus, com os outros homens e com o mundo em geral.

Ao pecado original estamos presos por herança. Desde que nascemos somos herdeiros da condição humana. Esta condição pertence à nossa definição de homem histórico: é a nossa herança prévia. Ainda que cada um de nós não seja pessoalmente responsável pelo pecado de origem, é dele herdeiro e por ele condicionado. Sem responsabilidade pessoal, sem culpa individual, todavia marcados pela origem. O que, aliás, se passa com muitos outros condicionamentos humanos, frutos da filogénese.

3 – A superação do pecado

O tema do pecado original, tal como é metaforicamente enunciado no *Genesis*, revela-nos que o mal é real mas não é absoluto, e que, portanto, em última instância, poderá ser vencido. Adão e Eva, ao contrário de Prometeu (do mito grego) não são condenados nem amaldiçoados (é a serpente que é amaldiçoada), mas apenas castigados, isto é, é-lhes aberta a porta da correção e da recuperação. Na realidade, a Bíblia não afirma, longe disso, a rotura definitiva da relação entre o homem e Deus. A pergunta “*que fizeste?*” dirigida por Deus a Adão não é uma acusação condenatória, mas antes um apelo carinhoso ao reconhecimento da falta

e ao assumir de uma responsabilidade por algo sobre o qual é possível vir a triunfar. Deus não abandona o homem; antes, pelo contrário, inicia, a partir de então, nele e com ele uma história de salvação, que culminará no sacrifício redentor de Jesus Cristo. A permanência de Deus ao lado do homem, depois da falta, (a expulsão do Paraíso é um castigo, não uma condenação) significa que o domínio sobre o mal só poderá ser levado a cabo com Deus. É à serpente que é dito: *“farei reinar a inimidade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e a descendência dela”* (Gn 3, 15). A doutrina da salvação já está implícita na doutrina do pecado original.

O Deus que nos é revelado na Bíblia é exatamente a antítese do deus (ou deuses) das idolatrias pagãs (simbolizadas pela serpente). É um Deus da salvação que nos revela que tudo pode ser recomeçado, que nada está definitivamente perdido. Somos, desde logo, e a partir do *Genesis*, remetidos para a superabundância da graça (S. Paulo). A presença de Deus no «Jardim» após a queda significa a presença da libertação, da possibilidade de salvação. Ao excesso do mal irá corresponder em contraponto o excesso do Bem. O mal não terá a última palavra.

O pecado original é, na verdade, uma separação de Deus, mas a consciência real da situação pecadora originária só se esclarece cabalmente à luz da missão redentora e salvadora de Jesus Cristo. Só à luz de Cristo o homem se pode reconhecer verdadeiramente pecador. Cristo, o obediente até ao fim, é o contraponto de Adão (o Homem), o desobediente por antonomásia. Porque Cristo é a mediação entre Deus e os homens, redime-nos e salva-nos da força e da violência de todo o pecado, que radica, em última análise, no «pecado primeiro».

Em suma: há que abrir o *Genesis* com a chave do *Evangelho* e estabelecer a ligação e articulação profundas entre o Antigo e o Novo Testamentos.

4 – A vocação do homem: a filiação divina

Jesus manifesta-se como Filho ao revelar aos homens o Pai e o seu amor e misericórdia. Nesta revelação, revela também o que é o ser humano, a sua dignidade e qual é a sua vocação. À imagem da própria filiação de Jesus, a vocação do homem é também a da filiação divina.

Em Jesus, Filho unigénito do Pai, mostra-se a humanidade perfeita. Isto é, Adão, o protótipo da humanidade natural e criatural, é figura daquele que havia de vir, no plano salvífico de Deus, como primogénito de muitos

irmãos. É com Jesus, segundo e último Adão, que se torna manifesto o plano de Deus para o homem. É por isso que o mistério do homem só se esclarece verdadeiramente no mistério do Verbo (o Filho) encarnado. Jesus, o homem perfeito, é, assim, o paradigma da humanidade concebida no plano de Deus; nele e por ele ficamos a conhecer o que somos chamados a ser. Crescer em Cristo significa crescer em humanidade. O cristão é o ser humano que, pelo facto de aderir a Cristo, é chamado a realizar em si a plenitude do humano.

Sendo o primogénito dos mortos, Jesus Cristo (Verbo encarnado) é também o primogénito da criação. Deste modo, ele não é somente o **novo Adão**; é também o **Adão novo**, isto é, o paradigma do homem liberto do pecado; já que foi o pecado que alterou radicalmente a condição humana, deformando-lhe a semelhança divina.

O mistério do homem reflete, assim, de algum modo, o próprio mistério de Deus. É que o ser humano «transporta» em si, enquanto criatura, os planos de Deus para a humanidade. É neste sentido que, julgo, podemos interpretar a criação «à imagem e semelhança» de Deus. Cada ser humano foi criado para existir em relação a Deus, para «refletir» Deus (imagem). Todavia, imagem perfeita de Deus é, segundo o Novo Testamento, Jesus. E é precisamente enquanto imagem perfeita do Pai que Jesus revela Deus-Pai. A ideia de imagem não se centra, então e exclusivamente, na criação do homem. O Verbo encarnado, o Cristo morto e ressuscitado, é o Adão definitivo, novo princípio e paradigma de uma humanidade redimida (recriada), que foi e é chamada a partilhar, na intimidade, a vida divina.

Em Jesus, o ser humano pode superar os seus limites naturais e a sua condição de pecador. Revelado, em e por Jesus Cristo, o plano definitivo de Deus para a humanidade, ser autenticamente homem é passar da condição de Adão à condição de Cristo. É essa a condição da recuperação da imagem divina do humano deformada pelo pecado; recuperação imprescindível para que o ser humano se torne semelhante a Deus, isto é, partilhe, comungue e viva a própria vida de Deus, que é Amor e Comunhão.

A salvação trazida por Cristo não é, porém, algo de extrínseco e independente do que o homem é na sua essência de criatura que Deus quis por si mesma. O que o relato da Criação nos mostra é que a realidade de o ser humano ser criado à imagem e semelhança de Deus implica que a vocação divina do homem esteve sempre presente nos planos de Deus desde o seu ato criador. A salvação obtida por Cristo e em Cristo é o culminar e o cumprimento desse plano eterno de Deus.

Que o primeiro Adão seja figura do segundo significa que tudo o que podemos saber de essencial sobre o homem sabemos-lo por meio de Cristo. E que, portanto, a antropologia se deverá fundamentar e receber a sua luz da cristologia: a encarnação de Deus é o ponto culminante da realização da essência humana.

Na verdade, como afirma S. Paulo, a imagem de Deus é Cristo. É na medida em que o homem se assemelha a Cristo que dá conteúdo a essa imagem de Deus. A vocação do homem consiste na conformação à imagem de Cristo, o novo Adão (último e definitivo), já que nele (e não no primeiro Adão) temos a imagem verdadeira e definitiva de Deus. A realização da vocação humana acontecerá mediante a conformação a Cristo ressuscitado.

Jesus é, por excelência, «a imagem visível de Deus invisível». A figura do segundo Adão torna visível Aquele a quem ninguém consegue ver. Cristo comunica o Pai, isto é, estabelece de modo explícito, claro e definitivo a comunhão entre Deus e o homem (Nova Aliança).

Recuperando a perícopa do *Gênesis*, a *Gaudium et Spes* não hesita em afirmar, face às diferentes visões antropológicas do mundo contemporâneo, que a característica específica da concepção cristã do ser humano é a sua condição de imagem de Deus. A condição de imagem de Deus, a grandeza e a dignidade do homem encontram em Cristo a sua fonte, a sua mais elevada expressão e a sua realização última e definitiva, isto é, a sua plenitude. Cristo é o «homem perfeito»; não somente porque assume a natureza humana na sua integridade, mas também porque nele se realiza no mais alto grau o desígnio de Deus sobre a humanidade. Por Cristo e em Cristo, o homem é visto em *Gaudium et Spes* 22 no quadro do desígnio de Deus sobre ele. Esse desígnio é criador e salvador. A existência humana não faz sentido senão em função de uma origem e de um destino, isto é, de uma vocação: origem de criatura e vocação e destino à participação divina.

Por causa do pecado, a salvação terá de ser uma redenção. Com a sua encarnação e a sua vida humana, Cristo assumiu na sua própria pessoa todas as consequências do mal e do pecado, inclusive a morte violenta, para dar, por meio da sua ressurreição, o sinal definitivo da salvação. Essa salvação passa pela «remissão dos pecados», já que a situação em que se encontra a humanidade é fundamentalmente originada pelo pecado.

A gratuidade da criação e da vocação do homem tem o seu fundamento e a sua origem na gratuidade absoluta da encarnação do Filho (Verbo de Deus) e do dom do Espírito. Os seres humanos foram escolhidos em Jesus, desde antes da criação do mundo, com uma única finalidade (que é a sua vocação): a partilha da vida divina, ou seja, do amor trinitário. O processo de criação divina do homem é, deste modo, explicitamente trinitário: o Pai toma a iniciativa da criação do homem à imagem do seu Filho, e o Espírito há de aperfeiçoá-lo a fim de o levar à semelhança divina, condição da sua plena comunhão com Deus.

Concluindo...

Apesar das muitas circunstâncias que parecem contrariar o otimismo cristão, a promessa de Jesus “estarei convosco até ao fim dos tempos” é uma certeza de fé no interior da esperança cristã. Esta convicção, assumida na sua essência e nas inerentes consequências, só pode constituir-se como força transformadora do mundo e da história no palco onde se desenrola o drama da construção do Reino de Deus. Sabemos o final do drama. Sabemos que as «bestas», as apocalípticas e as outras, não triunfarão. Só não sabemos o quando, nem adivinhamos as múltiplas peripécias e tramas que tecem o drama até à sua consumação e apoteose final.

A fé cristã, cheia de razões que, muitas vezes, a razão desconhece, garante-nos que não é utopia, mas esperança salvífica e certeza escatológica, porque o Reino de Deus, ainda que mergulhado na história e trabalhado por mãos humanas, transcende todas as dimensões histórico-sociais ou de natureza simplesmente antropológica. Para além de muitas outras realidades salvíficas, o perdão dos pecados, a ressurreição dos mortos, a comunhão de amor entre Deus e os homens, estão para além de qualquer capacidade ou esforço humanos: são dádiva gratuita do Deus-Amor que, não podendo ser inventado pela imaginação humana, se nos deu a conhecer e a amar em e por meio de seu Filho, o Cristo, encarnado em Jesus de Nazaré.

No aqui e agora joga-se o futuro do homem e a sua contribuição para a construção do Reino. Não se trata, simplesmente, de ter um futuro melhor, humanamente falando. Trata-se de se projetar no único futuro possível: o futuro do homem é Deus.

É esta conversão que é preciso realizar. Esta conversão, realizada no aqui e agora e ao longo do tempo, sempre renovada, antecipa a presença

A fé em Jesus Cristo, condição de plenitude do ser humano

salvífica de Deus entre os homens. Mas, simultaneamente, projeta escatologicamente os homens na vida eterna de Deus. É o Reino de Deus em todo o seu esplendor e glória. E é esta, no meu modesto entender, a mensagem alegre e festiva do Evangelho.

CONSELHO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS
DA EUROPA
CONGRESSO DA CATEQUESE

«A COMUNIDADE CRISTÃ
E O PRIMEIRO ANÚNCIO»

Roma, maio de 2009

O Conselho das Conferências Episcopais da Europa (CCEE) reúne as 33 Conferências Episcopais Europeias atuais, representadas pelos seus Presidentes, os Arcebispos do Luxemburgo e do Principado do Mónaco, o Arcebispo de Chipre dos Maronitas, O Bispo de Chiinãu (República da Moldavia) e o Bispo Eparquial da Hungria. À data do Congresso de 2012: o Presidente é o Cardeal Péter Erdő, Arcebispo d'Esztergom-Budapest, Primaz da Hungria; são Vice-presidentes o Cardeal Angelo Bagnasco, Arcebispo de Gênese, e Mons. József Michalik, Arcebispo de Przemysl, Polónia. O Secretário Geral da CCEE é Mons. Duarte da Cunha. O secretariado está localizado em Saint-Gall (Suíça). www.ccee.ch

O Primeiro Anúncio na Igreja Italiana

Orientações Pastorais

MONS. LUCIO SORAVITO DE FRANCESCHI (*)

Premissa

A nossa sociedade está a viver uma radical transformação cultural, que colocou em crise os valores humanos e religiosos, há um tempo pacificamente compartilhados e vividos. Não se trata de uma mudança ordenada, mas de uma transformação complexa que tem lugar com uma aceleração impressionante. Vivemos na complexidade e na fragilidade. Neste contexto cultural tem crescido progressivamente o secularismo e a indiferença religiosa.

A Igreja, que tem de lidar com a missão de anunciar o Evangelho neste contexto cultural, marcado pela complexidade, a fragilidade, o secularismo, a partir do Concílio Vaticano II, se perguntou como levar a cabo a sua missão hoje e, em particular, como levar o primeiro anúncio do Evangelho ao número crescente de não crentes e de não praticantes.

Já o episcopado italiano, na sequência do Concílio Vaticano II afrontou este problema problema e deu uma primeira resposta, a partir dos anos 70, com as orientações pastorais para o decénio, centradas na evangelização.

Mas o documento que deu início a uma reforma radical na maneira de anunciar o Evangelho foi o Documento Básico “A renovação da catequese” (DB, 1970). Embora ele se concentre em como educar a vida de fé dos crentes, abriu o problema do “primeiro anúncio” a levar aos não-crentes.

“A evangelização, como tal, é a primeira mensagem de salvação para aqueles que, por diversas razões, não conhecem ou ainda não acreditam. Este ministério é essencial para a Igreja de hoje, como nos primeiros séculos da sua história, não só para os povos não-cristãos, mas para os próprios crentes. A experiência pastoral atesta, de facto, que não se pode sempre

¹ Bispo de Adria-Rovigo.

supor a fé em quem escuta. Deve despertar naqueles em que ele está desligada, revigorar aqueles que vivem na indiferença, fazê-la descobrir com empenho pessoal às novas gerações e renová-la continuamente nos que a professam sem convicção suficiente ou a expõem a grave perigo. Mesmo os cristãos fervorosos, de resto, precisam sempre de ouvir o anúncio da verdade e os factos fundamentais da salvação e de conhecer o seu sentido radical, que é a “boa notícia” do amor de Deus.” (RdC 25).

Nos anos seguintes os documentos que chamaram a atenção da Igreja italiana sobre a exigência de levar ao homem de hoje o primeiro anúncio são os seguintes: o «Ritual de Iniciação Cristã dos Adultos» (RICA), publicado em edição italiana em 1978,¹ o “*Direcctório Geral da Catequese*” (1997)² e as duas primeiras Notas sobre a iniciação cristã dos adultos (1997)³ e das crianças e dos jovens (1999).⁴

Mas o problema do primeiro anúncio, como “intervenção institucionalizada” (DGC n. 62) é tratado de uma forma sistemática pela Igreja italiana, especialmente na primeira década de 2000.

1º «**COMUNICAR O EVANGELHO NUM MUNDO QUE MUDA**» (2001)⁵

Os bispos italianos escolheram como objetivo pastoral prioritário para os primeiros 10 anos de 2000, a “comunicação da fé”, isto é, «comunicar o Evangelho aos fiéis, a todos quantos vivem na indiferença e aos não-cristãos, aqui na nossa terra e em terra de missão». «O Evangelho é o maior dom de que dispomos os cristãos. Por isso, devemos compartilhá-lo *com todos os homens e as mulheres* que estão à procura de razões para viver, de uma plenitude de vida». (CV 32; RM 20).

¹ Vejam-se em particular os nn. 9-13 da apresentação da “*Iniciação cristã dos adultos*”, centrada sobre a evangelização entendida como primeiro anúncio.

² Vejam-se em particular os nn. 61 e 62 do “*Primeiro anúncio e catequese*”, onde se lê: «O facto de que a catequese, num primeiro momento, assuma estas tarefas missionárias, não dispensa a Igreja particular de promover uma intervenção institucionalizada de primeiro anúncio, como atuação mais direta do mandato missionário de Jesus». (DGC n. 62).

³ Consiglio Permanente della CEI, *L'iniziazione cristiana. 1. Orientamenti per il catecumenato degli adulti*. Nota pastorale, Roma 1997; vejam-se em particular os nn. 28-29 sobre o “tempo da primeira evangelização”.

⁴ Consiglio Permanente della CEI, *L'iniziazione cristiana. 1. Orientamenti per l'iniziazione dei fanciulli e dei ragazzi dai 7 ai 14 anni*. Nota pastorale, Roma 1999; vejam-se em particular os nn. 31-35 sobre “primeiro anúncio”.

⁵ «COMUNICARE IL VANGELO IN UN MONDO CHE CAMBIA» (2001) (N.T.).

«Nós pensamos que a tarefa absolutamente primária para a Igreja, num mundo em mudança e que procura razões para se alegrar e esperar, é e continua a ser sempre a comunicação da fé, da vida em Cristo, sob a orientação do Espírito, a pérola preciosa do Evangelho» (CV 4).

Este objetivo requer que se leve à prática um **primeiro anúncio do Evangelho**, porque:

- muitos praticantes não demonstram uma adesão genuína e concreta à pessoa de Jesus;
- muitos batizados vivem como se Cristo não existisse;
- aumentar o número de pessoas que devem completar a iniciação cristã;
- cresce o número de pessoas não batizadas.

1. A quem levar o primeiro anúncio?

Antes de mais, à comunidade “Eucarística” (CV 47-50): É absurdo tentar evangelizar [os não crentes], se primeiro não se deseja ser constantemente evangelizado (cf. CV 47).

Aos jovens: para responder com o anúncio da Palavra à sua “sede de sentido” (CV 51).

Às famílias: são as primeiras responsáveis pela “introdução” à experiência cristã (CV 52).

Aos chamados “não-praticantes”, ou seja, «ao grande número de batizados que, embora não tenham formalmente renunciado ao seu batismo, muitas vezes, não experimentam a força da transformação e da esperança e estão nas margens da comunidade eclesial” (CV 57)».

«No centro de nossa preocupação missionária, estão também todos aqueles *homens* e todas aquelas *mulheres* que, apesar de terem recebido o batismo, não vivem laços completos e estáveis de comunhão com as nossas Igrejas locais» (CV 56), como os pais que pedem a iniciação cristã dos filhos, casais adultos que procuram o casamento, as pessoas postas à prova pela doença e o luto... As mesmas *crianças batizadas* precisam ser interpeladas pelo anúncio do Evangelho, no momento em que começam o seu caminho de catequese» (CV 57). Portanto, é urgente uma renovação pastoral: «uma atenção aos batizados que vivem uma frágil relação com a Igreja e um empenho de primeiro anúncio, para a inserção num verdadeiro itinerário de iniciação ou reassunção da sua vida cristã» (CV 57).

2. Quem tem a tarefa de levar o primeiro anúncio?

A comunidade cristã, como um todo, tem esta tarefa. Mas para este trabalho de evangelização é necessário mobilizar todos os crentes.

«Os cristãos mais conscientes de sua fé, juntamente com as suas comunidades, nunca se cansam de pensar sobre *as formas de diálogo e de encontro* com todos aqueles que não estão envolvidos nos caminhos ordinários da pastoral.

Na vida quotidiana, em contato diário no seu local de trabalho e na vida social, criam *ocasiões de testemunho e de comunicação do Evangelho*. Assim se encontram os batizados a despertar a sua fé, mas também numerosos homens e mulheres, jovens e crianças não são batizados, herdeiros de situações de ateísmo ou agnosticismo, seguidores de outras religiões. Torna-se difícil estabelecer os limites entre o compromisso com a *revitalização* da esperança e da fé naqueles que, apesar de batizados, vivem longe da Igreja, e uma verdadeira proclamação do Evangelho. Neste terreno de fronteira deve ser incentivado o trabalho das associações e movimentos que se empenham na evangelização» (CV 58).

3. Como levar a cabo esta missão?

Os bispos italianos, para abrir as nossas Igrejas às várias situações espirituais dos não-crentes, dos indiferentes e de quantos se aproximam ou reabordam o Evangelho, propõem a seguinte oferta pastoral:

- dar a toda a vida diária da Igreja uma clara conotação missionária;
- fundar essa opção num forte compromisso com a qualidade da formação (cf. ChL 57-63);
- favorecer uma mais adequada e eficaz *comunicação do mistério do Deus vivo e verdadeiro, fonte de alegria e de esperança* para toda a humanidade (CV 44);
- configurar a pastoral segundo o *modelo de iniciação cristã*, entrelaçando com o seu testemunho e proclamação, um itinerário catecumenal, apoio permanente da fé mediante a catequese, a vida sacramental, mistagogia e o testemunho da caridade (CV 59).

2º INICIAÇÃO CRISTÃ. ORIENTAÇÕES PARA O DESPERTAR DA FÉ. A CONCLUSÃO DA INICIAÇÃO CRISTÃ EM ADULTOS (2003)⁶

Em 2003, o Conselho Permanente da CEI lançou a terceira nota pastoral sobre a iniciação cristã, dirigida ao «*despertar da fé dos jovens e adultos*», bem como a conclusão da iniciação cristã dos jovens e adultos que não tivesse sido completada. A *Nota* está dividida em quatro capítulos, precedidos de uma introdução.

Introdução - A SEDE DE CRISTO (n.º s 1-4) - A partir do ícone do encontro de Jesus com a mulher samaritana (João 4:1-42), diz-se que o homem busca a felicidade, num anseio profundo de ser amado e de amar. O encontro com Cristo e o seu Evangelho suscita e sacia a sede profunda de Deus que o homem transporta em seu coração. Daí decorre o dever da Igreja de evangelizar e o direito de cada homem a entrar em contacto com o Evangelho da salvação.

Capítulo Um – A ESCUTA (n.º s 5-18) - A comunidade cristã é chamada a escutar e a acolher com amor e atenção as solicitações religiosas de todos os homens, de onde quer que eles venham, embora com uma necessidade de clarificação e de purificação. Por sua parte, os cristãos devem ser capazes de agir como interlocutores credíveis e convincentes perante qualquer pessoa que levante uma questão de fé. As pessoas e as situações de vida em que uma questão de fé pode ser suscitada são diferentes. Toda a Igreja é chamada a oferecer uma resposta e um acompanhamento adequado.

Capítulo Dois – O ANÚNCIO (n.º s 19-28) - O Evangelho é, antes de tudo, uma pessoa: Jesus Cristo, que é proclamado e dado para o encontro. «No centro do *kerigma* de Jesus não está o comportamento do homem, mas Deus e a sua doação. A conversão do homem é, portanto, a condição da proximidade e benévola proximidade de Deus, mas a sua consequência» (IC / 3, n. 29).

O núcleo do primeiro anúncio é composto por três elementos: a reevocação dos eventos relativos a Jesus e, em particular, a sua morte e ressurreição; uma interpretação desses eventos à luz das Escrituras, e um apelo à conversão.

⁶ L'INIZIAZIONE CRISTIANA. ORIENTAMENTI PER IL RISVEGLIO DELLA FEDE. IL COMPLETAMENTO DELL'INIZIAZIONE CRISTIANA IN ETÀ ADULTA (2003) (N.T.).

«Em suma, o anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: nele se realiza a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte, e nele Deus concede a “vida nova”, divina e eterna. É esta a “boa notícia” que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Este anúncio é feito no contexto da vida humana e das pessoas que o recebem» (IC / 3, n. 22, RM 44).

A evangelização consiste nesta primeira mensagem de salvação para aqueles que não acreditam, mas essa ação da Igreja é necessária e insubstituível também para quem precisa de despertar ou de reavivar uma fé desligada ou sufocada pela indiferença e a negligência (cf. RdC 25).

Capítulo Terceiro - O ACOMPANHAMENTO (n.º s 29-40) - A comunidade cristã, em toda a variedade de dons e ministérios, é um sujeito primário de acompanhamento no caminho de iniciação à fé e à vida cristã. As paróquias são convidadas a ser cada vez mais «lugar de acolhimento, de diálogo, de discernimento e de iniciação» (cf. n. 32). Por sua vez, o “*grupo de busca na fé*” não deve voltar-se para si mesmo, mas “alargar-se a um constante contato e a um aberto confronto com outras experiências” da vida cristã (cf. n. 33).

O modo mais comum de seguir um itinerário de fé é o Ano litúrgico: permite uma integração gradual e crescente no mistério de Cristo e de um encontro real com Ele através da oração e da celebração litúrgica (cf. nn. 36-40.).

Capítulo Quarto – OS ITINERÁRIOS (nn. 41-61) – O último capítulo na Nota incide sobre os possíveis itinerários para que, batizados, se coloquem numa jornada de fé para completarem a iniciação ou para remotivarem a sua pertença eclesial.

A Nota propõe o estabelecimento nas comunidades cristãs de lugares de confronto e de acompanhamento que ofereçam espaços de diálogo e de procura para aqueles que, nas circunstâncias particulares da sua vida, procuram respostas para as interrogações e esperanças nas angústias existenciais. O primeiro anúncio será tão mais eficaz quanto as comunidades cristãs souberem como expressar uma hospitalidade desinteressada, respeito, delicadeza, confiança, ausência de julgamento e, especialmente, a alegria de sua fé.

Certamente que, esta Nota, apela às nossas paróquias: «*As comunidades cristãs são capazes de evangelização autêntica e de percursos comunitários para introduzir na fé cristã?*». Alguns estão-no fazendo; é certo, porém, que muitas se movem ainda com dificuldade neste mundo em rápida mudança.

Estão ainda muito ancoradas à pastoral dos sacramentos. As comunidades cristãs existem para oferecer Jesus Cristo e não um ritual. Àqueles que pedem um sacramento devem dar Jesus Cristo.

3º «O ROSTO MISSIONÁRIO DAS PARÓQUIAS NUM MUNDO EM MUDANÇA» (2004)⁷

No seguimento das Orientações pastorais dos 10 primeiros anos de 2000, «*Comunicar o Evangelho num mundo em mudança*», os Bispos italianos quiseram oferecer à Igreja que está em Itália algumas **orientações pastorais** para promover a renovação das paróquias num sentido missionário, num contexto cultural de mudanças rápidas.

Estas orientações resumiram-se na Nota pastoral: “*O rosto missionário das paróquias num mundo em mudança*”, publicada em 2004. Esta Nota está articulada em duas partes.

Na primeira parte destaca-se o papel da paróquia na comunicação do Evangelho. A paróquia é apresentada como uma forma histórica que dá substância à dimensão territorial da Igreja particular. Também as paróquias devem ser envolvidas na renovação missionária que solicitam hoje as dioceses (n. 4). É um compromisso que requer discernimento, valorização do existente, coragem na promoção de algumas escolhas inovadoras (n.º 5).

Na segunda parte a Nota oferece algumas pistas relevantes para a missionação da paróquia. A primeira ação pastoral que a paróquia deve realizar é o **primeiro anúncio** do Evangelho (n. 6). Este primeiro anúncio numa sociedade cada vez mais secularizada, é mais urgente do que nunca.

1. Reconhecer a necessidade do primeiro anúncio

«*Não se pode mais tomar por certo que se saiba quem é Jesus Cristo, que se conheça o Evangelho, que se tenha alguma experiência de Igreja. Tal aplica-se a crianças, adolescentes, jovens e adultos; aplica-se à nossa gente e, obviamente, a muitos imigrantes provenientes de outras culturas e religiões.*

⁷ «IL VOLTO MISSIONARIO DELLE PARROCCHIE IN UN MONDO CHE CAMBIA» (2004) (N.T.).

Precisamos de um renovado primeiro anúncio da fé . É tarefa da Igreja como tal, e recai sobre cada cristão, discípulo e testemunha de Cristo; então, toca especialmente as paróquias. N o primeiro anúncio são inervadas todas as ações pastorais» (n. 6).

2. Vem sugerido o método do primeiro anúncio

- a) É preciso aumentar a dimensão do **acolhimento**. O acolhimento, cordial e gratuito, é a condição primeira de toda a evangelização.
- b) Este deve envolver o **anúncio**, ou a apresentação explícita de Cristo, o Salvador do mundo; deve ser feito com palavras amigáveis, em tempos e de modo apropriado.
- c) Para a evangelização é essencial para a comunicação da fé **de pessoa a pessoa**. É dever primário de cada paróquia preparar cada cristão para esta tarefa, educando para a *escuta* da palavra de Deus, com a assídua leitura da Bíblia na fé da Igreja.
- d) São necessárias **iniciativas orgânicas de proposta da mensagem cristã**, do seu conteúdo, da sua validade e da sua plausibilidade. Devem ser abordadas as questões de fundo que o coração e a inteligência colocam sobre o sentido do religioso, sobre Cristo, sobre a Igreja ...

3. Recomenda-se o diálogo entre a fé e a cultura

«Não devemos esquecer o recurso representado pela *riqueza da arte e da história* preservada em tantas paróquias: edifícios, pinturas, esculturas, arquivos e bibliotecas: terreno de encontro com todos».

Trata-se de continuar a tecer o diálogo entre fé e cultura e a incidir sobre a cultura geral da nossa sociedade, valorizando a herança cristã presente na mesma. Seria um erro dar como certo um destino de marginalização para o catolicismo italiano. Esta presença e esta ação cultural representa um *terreno importante*, para que o primeiro anúncio não caia numa atmosfera estranha ou mesmo hostil.

A atenção ao anúncio vai inserida no contexto do *pluralismo religioso*, que no nosso país está crescendo com a imigração. A oração, bem como o

serviço da caridade, unem a firmeza sobre a verdade do Evangelho de propor a todos, com respeito pelas outras religiões e com o desenvolvimento das “sementes de verdade” que carregam em si.

O “desafio missionário” de propor com coragem a fé cristã e de mostrar que o evento de Cristo abre o espaço para a liberdade religiosa, o diálogo entre as religiões, a sua cooperação para o bem de cada homem e para a paz.

4. Chamamento ao dever da missão “ad gentes”

«Tanto mais a paróquia seja capaz de redefinir a própria missão missionária no seu território, tanto mais saberá projetar-se no horizonte do mundo, sem delegar só em alguns a responsabilidade da *evangelização dos povos*.

Não poucas experiências foram felizmente lançadas com sucesso nos últimos anos: partilha de pessoal apostólico, viagens de cooperação entre as Igrejas, o apoio a projetos de solidariedade e de desenvolvimento, a geminações de esperança nas difíceis fronteiras da paz ... Mais do que compromisso adicional, a missão *ad gentes* é um recurso para apoio pastoral, uma sustentação das comunidades na conversão de objetivos, métodos, organizações, e no responder com confiança ao desejo de esperança que estas confirmam.

4° «ESTA É A NOSSA FÉ»

Nota pastoral sobre o primeiro anúncio do Evangelho (2005)⁸

De acordo com as orientações pastorais da Nota “*O rosto missionário das paróquias*” de 2004, acima referido, a Comissão Episcopal da CEI⁹ para a Doutrina da Fé, o anúncio e a catequese, quiz aprofundar a reflexão sobre o primeiro anúncio e em 2005 publicou a primeira Nota pastoral sobre o *primeiro anúncio* do Evangelho: «Esta é a nossa fé».

Num contexto objetivamente missionário como o nosso – lê-se na nota - ocorre restituir ao centro de cada Igreja diocesana e todas as comunidades paróquiais o primeiro anúncio da fé. «Precisamos de um renovado *primeiro anúncio* da fé. É tarefa da Igreja como tal, e recai sobre cada cristão, discípulo e testemunha de Cristo» (VM 6).

⁸ «QUESTA E' LA NOSTRA FEDE» Nota pastorale sul primo annuncio del Vangelo (2005) (N.T.).

⁹ CEI – Conferência Episcopal Italiana.

Esta é a **meta** da presente Nota pastoral: ajudar a redescobrir o valor, a urgência, as condições de possibilidade e as modalidades concretas para comunicar a todos o primeiro anúncio da boa notícia da salvação (QNF, n. 1). Esta é a articulação do seu **conteúdo**.

Introdução: **Comunicar a todos o anúncio da salvação** (No. 1)

Ainda hoje, como há dois mil anos, homens e mulheres continuam a se perguntar em quem podem colocar suas próprias esperanças. A fé cristã responde com São Paulo: quem se entrega a Jesus de Nazaré nunca será decepcionado (cf. Rm 10:11). Ainda hoje encontramos:

- aqueles que procuram Jesus com sinceridade de coração, para encontrar a luz da vida, como Nicodemos;
- aqueles que procuram Jesus, movidos pela nostalgia ou curiosidade ou desejo intenso, como Zaqueu;
- aqueles que se declaram indiferentes, mas se se encontrarem com Jesus são conquistados, como a Samaritana.

Primeiro Capítulo: **As fontes da evangelização** (n. ^o s 2-6)

Descreve-se as **finalidades**, os **conteúdos**, as **linguagens** do primeiro anúncio do Evangelho, enquadrando-o no vasto horizonte da evangelização. Este deve ser levado às pessoas de hoje, com o estilo de Jesus.

O conteúdo essencial deste anúncio é: «*Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado, é o Senhor e único Salvador do mundo.*» O evento da Páscoa continua a ser o núcleo germinal de todo o processo de transmissão do Evangelho e permanece o núcleo germinal de todo o processo de transmissão do Evangelho e do sucessivo desenvolvimento do dogma.

Este conteúdo é expresso em *diferentes linguagens e gêneros literários*: proclamações de fé, hinos ou cânticos, relatos e testemunhos, mas sempre como “boa notícia”.

”O primeiro anúncio pode ser descrito resumidamente como: tem por *objeto* Cristo crucificado, morto e ressuscitado, em quem se cumpre a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; tem como objetivo a escolha fundamental de aderir a Cristo e à sua Igreja; quanto à modalidade, deve ser proposto com o testemunho de vida e com a palavra e através de

todos os canais expressivos adequados, no contexto da cultura do povo e da vida das pessoas” (QNF n. 6).

Segundo capítulo: Comunicar o Evangelho hoje (N.º s 7-10)

O primeiro anúncio do Evangelho deve ser enraizado no **contexto cultural atual**, marcado pela **secularização**, mas também por uma generalizada, ainda que frágil e ambígua, necessidade religiosa. A comunidade cristã deve expressar a mensagem cristã com as suas características fundamentais: absoluto, salvífico, dimensão histórica, aspeto paradoxal e surpreendente.

Grande atenção deve ser dada ao estilo da comunicação, que deve ser testemunhal e dialógico, testemunho e anúncio explícito.

Terceiro capítulo: Jesus ressuscitado é a nossa salvação (n.º s 11-17)

Este capítulo fornece uma **exemplificação** do primeiro anúncio da fé, traçando a sua estrutura, como acontece na liturgia da Vigília Pascal: a solene *profissão de fé* em Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

O *signal da cruz* é a fórmula base da nossa fé, enquanto expressa os dois mistérios principais: a santa Páscoa do Senhor e a santa unidade e trindade de Deus.

«O primeiro anúncio deve ser capaz de unir corretamente a profissão de fé cristológica: “Jesus é o Senhor”, com a confissão trinitária: “Creio no Pai e no Filho e no Espírito Santo”, «porque existem apenas duas maneiras de expressar a mesma fé cristã. Quem pelo primeiro anúncio se converte a Jesus Cristo e o reconhece como Senhor, inicia um processo... que desemboca necessariamente na confissão explícita da Trindade». Esta fé está contida no *signal da cruz*, o signo distintivo do cristão» (QNF, n. 16).

Quarto capítulo: Nós vo-lo anunciamos (n.º s 18-23)

Propõe *indicações operativas* para a implementação de uma pastoral de primeiro anúncio. Abrange os temas, a pedagogia, os destinatários, as formas ocasionais e a orgânica.

1) Quem anuncia?

«Todos os fiéis têm o dever e o direito desse empenhar para que anúncio divino da salvação se difunda sempre mais entre os homens de todos os tempos e todos os lugares» (CDC can 211). «Para a evangelização permanece sempre indispensável a *comunicação interpessoal* por parte de um crente no confronto com um não-crente ... Mas o anúncio não é um ato exclusivamente individual: toda a Igreja está envolvida” (QNF, n. 18.).

2) Quando se anuncia?

A pastoral dita ocasional permanece a vida comum e a mais habitual para o anúncio do Evangelho. Messo na comunicação pública e coletiva, não se pode prescindir do contato de pessoa para pessoa.

3) Como se anuncia?

- o *testemunho* da caridade, como meio privilegiado para a evangelização;
- o *diálogo* franco e amigável com as pessoas, para fazer imergir os interesses, questões, esperanças;
- a *narração* do evento da Páscoa como a verdadeira, eficaz, “boa notícia” para o homem de hoje;
- a *promessa* do dom do Espírito e da eficiência comprovada da mensagem de Páscoa;
- a *exortação* a aderir à mensagem cristã rendendo-se totalmente a Cristo;
- a *indicação* do caminho a seguir até chegar ao batismo ou à sua redescoberta.

4) Como anuncia a paróquia?

A paróquia executa esta tarefa, intervindo de primeiro anúncio de todas as ações pastorais: a catequese, que deve sempre reconduzir ao coração vital da mensagem cristã; a celebração da Eucaristia, na qual se anuncia a morte do Senhor, se proclama a sua ressurreição, à espera da sua vinda; a homilia; o testemunho da caridade; os eventos extraordinários.

5) Quais são as ocasiões especiais para o primeiro anúncio de jovens e adultos?

- a preparação dos casais para o casamento e a família;
- a expectativa e o nascimento dos filhos e a solicitação para o batismo;
- o pedido da catequese e dos outros sacramentos para os seus filhos;
- as situações de dificuldade das famílias, por doença, luto, divisão ...;
- as migração em Itália de tantas pessoas de outras religiões;
- as ferramentas de Média e da informática, os auxiliares de audiovisual, música, cinema ...
- o património histórico e artístico do nosso país;
- as relações experimentadas por jovens no seu tempo livre (evangelizadores de estrada).

5° CARTA AOS QUE PROCURAM DEUS¹⁰

O anúncio do kerygma pascal é o anúncio do evento de salvação para todos os homens. Mas os homens de hoje sentem a necessidade de ser “salvos”? Por quem e de quê? A que “busca de salvação” responde este anúncio?

A Bíblia usa uma ampla variedade de termos e interpela experiências muito diferentes, para evocar o problema da “salvação do homem”: êxodo / liberdade (Deus libertador), aliança (Deus aliado, Deus esposo: Os 2,26) povo de Deus, a paternidade e maternidade de Deus (Os 11,1-11), o amor de Deus, o reino de Deus, o plano de Deus, a reconciliação com Deus, a vida, a vida eterna, vencer a morte, o perdão dos pecados, e semelhantes.

Quando Jesus anuncia a “salvação” aos hebreus diz: “Cumpriu-se o tempo e o reino de Deus está próximo: arrependei-vos e acreditai no evangelho” (Mc 1, 15); o conceito de “reino de Deus” está vivo no ambiente judaico e muitos esperam a sua vinda.

¹⁰ LETTERA AI CERCATORI DI DIO. Existe uma edição em português, disponibilizada pela Conferência Episcopal Portuguesa (N.T.).

Esta considerável diversidade de imagens, onde a única mensagem cristã é anunciada, convida-nos a atualizar de maneiras diferentes a mensagem de salvação, de acordo com as diferentes origens culturais e experiências de vida vividas pelos nossos interlocutores. Assim se convida a levar o primeiro anúncio, dizendo, primeiro que tudo, o que significa para nós “*ser cristãos*”.

Para levar o primeiro anúncio em termos compreensíveis e significativos para as pessoas hoje e despertar sua conversão, deve reformular-se o *kerygma* apostólico de acordo com as categorias culturais de hoje. Precisa “dizer Deus” com as “metáforas” derivadas da experiência das pessoas, que evocam uma realidade que transcende a nossa palavra: o amor dos dois esposos, o acolhimento da criança pela sua mãe, a experiência de solidariedade para com o pobre, a experiência litúrgica, etc. O importante é encontrar uma “porta” através da qual fazer entrar o homem de hoje no Evangelho. O importante é encontrar o “*ponto de partida*” ou a perspectiva da qual partir para encontrar um modo autêntico e significativo de acesso autêntico e significativo do Evangelho e aceder à integralidade da mensagem evangélica¹¹.

Isso é o que tentou fazer a atual Comissão Episcopal da CEI para a doutrina da fé, o anúncio e a catequese. Esta, em continuidade com as indicações pastorais e a pedagogia sugerida pela Comissão Episcopal precedente com a Nota pastoral “*Esta é a nossa fé*”, desenvolveu um instrumento para o primeiro anúncio, que se intitula “***Carta aos que procuram Deus***” (2009).

Esta “Carta” é um subsídio oferecido a quem quer fazer uma leitura pessoal, bem como um ponto de partida para o diálogo destinado ao primeiro anúncio da fé em Jesus Cristo, no interior de um itinerário que possa introduzir na experiência da vida cristã. O “*sujeito*” que escreve a carta e a propõe aos “*buscadores*” é constituído pelos “*discípulos de Jesus*”: um grupo de crentes, numa cadeia de narradores – dos Atos dos Apóstolos a hoje – que comunicam a sua própria fé, repensando-a no segredo da própria interioridade e sob os desafios de hoje, representadas principalmente pela procura de sentido e a necessidade de esperança.

¹¹ A este respeito oferece-se um exemplo significativo no catecismo dos jovens, I volume, “*Io ho scelto voi*”. Esse guia os adolescentes no encontro com Cristo, a partir de algumas experiências de fundo que eles vivem e que constituem outros tantos “temas geradores”: a necessidade de delinear a própria *identidade*, a experiência da *amizade* e do *amor*, o crescimento do sentido de *responsabilidade*, a exigência da *liberdade*, a procura da própria *vocação*.

1. A quem se destina?

A Carta é endereçada aos “buscadores de Deus”, a todos os que estão à procura da face de Deus:

- 1) São-no os crentes, que crescem no conhecimento da sua fé a partir de questões sempre novas.
- 2) São-no quantos - embora não acreditando - sentem a profundidade das questões sobre Deus e sobre as coisas últimas.
- 3) A carta deseja suscitar a atenção e o interesse até mesmo para aqueles que não se sentem em busca, com pleno respeito pela consciência de cada um, de fé, que a carta gostaria de incentivar e apoiar, exige sempre um “seio eclesial” de referência, que é um pequeno grupo que acolhe pessoas com diferentes níveis de maturidade da fé.

2. Como se estrutura?

A carta está dividida em três partes: cada uma tem a sua lógica distinta:

- parte de algumas questões que parecem comuns na experiência de muitos;
- propõe o anúncio cristão, com a qual queremos “dar razão da esperança que está em nós”;
- oferece uma proposta para aqueles que buscam o caminho de um possível encontro com o Deus de Jesus Cristo.

A preocupação anima a procura e a proposta é a “*significação*”, ou seja, o desejo de restituir à fé a sua função de uma “boa notícia” concreta e compreensível, acolhendo o contributo de todos e ajudando-se reciprocamente a compreender de uma forma autêntica os desafios e as preocupações. Ajudar a formular boas perguntas ... é já um gesto de amor para com todos, e uma contribuição valiosa para redizer a sua fé, partilhando-a com os “buscadores”.

1) A primeira parte: As perguntas que unem

A primeira parte procura rever as *questões fundamentais* que brotam da existência de cada pessoa que pensa, ama a sua vida, ele se sente desafiado

por ela, tenta escavar por dentro para colher as interrogações, vínculos, expectativas e inquietações. Uma escolha precisa anima esta parte: a indicação e para o desenvolvimento das perguntas parte sempre de uma constatação do *positivo* da vida cotidiana e, conseqüentemente, da forte certeza (“teológica”, para quem escreveu a Carta) que *a vida é o primeiro e fundamental recurso para acolher e amar*. As interrogações nascem do limite experimentado em si mesmo e de um olhar de solidariedade sincera. Estas são as questões analisadas:

1. Felicidade e sofrimento

2. Amor e falhas

3. O trabalho e a festa

4. Justiça e Paz

5. O desafio de Deus

Não há respostas e as perguntas são sempre expressas numa atitude de partilha, porque a intenção é repetidamente expressa é a de um profundo e sincero companheirismo na humanidade. É evidente, porém, que aquele que orienta o caminho tem sua inspiração fundamental que não se pode ignorar como se se tratasse unicamente de um jogo literário.

Por esta razão, na escolha dos âmbitos a partir dos quais emergem as perguntas, e numa tentativa inicial de organização e interpretação, ressoa necessariamente o caminho dos cristãos. No interior de todas as perguntas, quase como princípio orientador, há uma busca de sentido e de esperança. As buscas de esperança dizem respeito a todos nós e indicam um horizonte que vai muito além da experiência subjetiva. Os crentes interpretam tudo isso como uma procura de Deus, autêntica, mesmo que implícita e inconsciente.

2) Segunda parte: A esperança que está em nós

A pequena introdução que abre a segunda parte, declara o significado das páginas seguintes e a sua colocação na lógica geral do projeto. A reflexão em torno das questões do significado e da esperança é imaginada como invocando uma atitude de expectativa, como a busca de algo ou alguém que é capaz de dar uma resposta à nossa busca por significado. A estas perguntas é dever do amor “oferecer uma resposta”.

Os crentes reconhecem que eles têm algo a compartilhar, do que foi gradualmente ganhando consciência na Igreja. Por isso eles não podemos renunciar a dizer com amor e respeito: “*esta é a nossa fé*”, pelo menos nas suas linhas fundamentais.

Não se tem a pretensão de dizer tudo com perfeição: não é uma catequese, mas a partilha de um horizonte revelado, que funda e justifica a esperança. Por esta razão, escolheram-se apenas alguns temas e foi privilegiada a modalidade narrativa, para até mesmo colocar os “buscadores de Deus” de hoje numa cadeia de narradores à espera de procura. Com essa perspectiva, foram estes os temas teológicos escolhidos:

6. Jesus

7. O Cristo

8. Deus Pai, Filho e Espírito

9. A Igreja de Deus

10. A vida no Espírito

A escolha é explicitamente mencionada na introdução: “Não temos a pretensão de comunicar tudo o que pode ser dito sobre a fé cristã. Para empreender um possível caminho de fé, a comunidade eclesial tem textos oficiais, bem elaborados e testados, entre os quais o *Catecismo da Igreja Católica* e os *Catecismos* da Conferência Episcopal Italiana. Seria inútil repetir aqui o que se pode encontrar neles. Por isso, quer despertar o interesse ou, pelo menos, a curiosidade, de cada pessoa que está em busca de Deus, para que possa repensar a figura e a mensagem de Jesus e aprofundá-las na escuta dos testemunhos que falam sobre estas.

3) Terceira parte: Um caminho para o encontro com Deus

A terceira parte muda novamente de perspectiva. Na raiz do texto está essa forte pergunta, a que o caminho percorrido poderia dar origem. «Nesta última parte, portanto, tentamos propor um “mapa” de uma existência vivida de acordo com o Espírito de Jesus, para restaurar a confiança na vida cotidiana e lembrar as condições da sua autenticidade. Quem sustenta os nossos esforços? É a partir da experiência dos nossos irmãos e irmãs na fé que aflora a resposta: a oração, a Palavra de Deus, os sacramentos, o serviço, a

expectativa da casa futura, são as experiências concretas em que se pode encontrar o Deus de Jesus Cristo».

Portanto, nesta terceira parte são formulados os seguintes segmentos:

11. Oração

12. A escuta da Palavra de Deus

13. Os “sinais” de que o encontro com Cristo acontece

14. O serviço

15. A vida eterna

No topo estão algumas constatações. As questões da primeira parte surgem da vida quotidiana, quando pretendemos vivê-la seriamente, como um recurso e provocação. O encontro com Jesus restitui à vida diária: dá sentido e esperança para uma qualidade nova de vida. Então perguntamos como viver esta vida, no sentido de novidade do sentido e da esperança de que o Crucificado ressuscitado nos concede.

Ao mesmo tempo, somos encorajados a inventar a qualidade de vida a que somos chamados e preocupamo-nos com as dificuldades de nos mantermos fiéis ao projeto de uma vida nova. Precisamos saber que “equipamento” pode apoiar a nossa fidelidade. A terceira parte sugere o estilo de vida renovada e se propõe a apoiar este projeto ousado, relançando-o pela tradição formativa cristã.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A análise dos documentos pastorais elaborados pelos Bispos italianos nesta década mostra claramente a sua vontade de promover um primeiro anúncio e oferece, por isso, às comunidades eclesiais algumas significativas **orientações pastorais**, para “inquietar” os adultos que removeram de suas vidas a procura religiosa e para interceder a procura religiosa dos adultos que se interrogam sobre o significado de suas vidas.

O Senhor pede às nossas comunidades e acada um de nós que testemunhe o amor de Deus pelo homem e que se prolongue no tempo - como se diz na *Nota pastoral após Verona* - a manifestação do grande “sim” que Deus “disse ao homem, à sua vida, ao amor humano, à nossa liberdade e da

nossa inteligência” (*Nota CEI*, 10). Ele nos chama a testemunhar que está do lado do homem, aliado ao homem.

De facto, nós testemunhamos o amor de Deus, em primeiro lugar, com a **atenção às pessoas**, com as obras do amor e as escolhas da vida em favor da pessoa. Como escrevem os Bispos italianos na Nota Pastoral depois de Verona , “o nosso único interesse é o de nos colocarmos ao serviço do homem, para que o amor de Deus possa manifesta-se em todo o seu esplendor» (*Nota CEI*, n. 19).

Que escolhas pastorais para fazer ressoar o primeiro anúncio e para que as pessoas de hoje o percebam como uma “resposta” às suas expectativas de esperança? Resumiria as principais propostas dos bispos italianos no seguinte “**decálogo da pastoral missionária**”.

1) É necessário, antes de tudo, que as nossas comunidades cristãs e os cristãos, individualmente, ofereçam um testemunho significativo e alegre da fé e que mostrem como a fé cristã torna mais verdadeira, mais justa e mais bela a vida pessoal, familiar e social e renova as relações de amizade, dá sentido às fadigas do trabalho, do compromisso educativo e da ação social.

2) É necessário que nossas comunidades cristãs ofereçam um **testemunho de comunhão** atraente e convincente, na qual os crentes (sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos) vivam e testemunhem relações pacíficas, “frescas”, livres e gratuitas; comunidades que *acolham* as pessoas como são e que lhes permitam viver experiências significativas de fraternidade; comunidades de *participação*, onde os leigos assumam responsabilidades ministeriais precisas.

3) Também é necessário que se tornem **comunidades acolhedoras**, que garantam a adoção espiritual daqueles que batem à sua porta e onde todos se sintam à vontade; comunidades onde os últimos - os deficientes, os velhos, os doentes, os ignorantes, os deserdados – são tidos na maior consideração, porque têm mais necessidade dos outros (cf. 1 Cor 12,15-27).

4) É necessário que as nossas comunidades valorizem o papel profético da **caridade**. A primeira evangelização é aquela que a comunidade faz com o testemunho da caridade, da codivisão e serviço. É necessário que as comunidades eclesiais patenteiem gestos proféticos no campo social e caritativo e que prestem atenção aos últimos.

5) É necessário que as nossas comunidades tenham zelo missionário para projetar sua ação pastoral de acordo com a missão, entendida como “partilhar a salvação”. Só uma comunidade missionária é capaz de lidar com o problema da *primeira evangelização*, dirigida aos não crentes e aos indiferentes; só uma comunidade missionária é capaz de fazer ressoar o Evangelho nos novos areópagos do nosso tempo: no mundo do trabalho, da escola, na nova pobreza (deficiência, doença, solidão, etc.), nos problemas sociais e políticos e nos mass media.

6) A fim de cumprir esta tarefa missionária, é necessário que os pastores e cristãos praticantes saiam do redil e **se façam próximo** ao lado daqueles que não acreditam e não “praticam; devem aventurar-se para fora do templo e ir atender o “distante”; devem encaminhar-se para o território, onde estão as pessoas e, antes de tudo, no meio dos últimos; é necessário que se deixem interpelar pelos problemas da região, em diálogo com os homens, ao seu serviço. Não para conquistar, mas para compartilhar e propor.

7) Por isso, é urgente cuidar da formação de **cristãos adultos na fé**, capazes de se encontrarem com os não-crentes, onde quer que vivam, para estabelecer com eles relações de amizade e de diálogo e comunicar-lhes a sua própria experiência de fé, de “dizer” a sua fé, de colocar perguntas que levam a à procura e à capacidade de interpretar o quotidiano à luz da fé. Hoje, mais do que nunca, é necessário uma abordagem individualizada, capilar, da mensagem cristã.

8) As comunidades eclesiais são chamadas a tornarem-se “**centros de evangelização**” e a dar vida a todas as **iniciativas de evangelização** que servem para levar o Evangelho aos não-crentes e aos indiferentes, a partir da valorização das oportunidades oferecidas pela vida de cada um e, sobretudo, nos momentos “fortes” da existência (nascimento, as escolhas de vida, doença, morte, etc.). Sugere-se também a criar nas paróquias locais de boas-vindas, multiplicando as oportunidades de encontro, a criação de pequenos “centros de escuta”, para fazer da paróquia uma “comunidade de comunidades”¹².

¹² Martini C.M., *Ripartiamo...*cit, p. 27.

9) Devemos favorecer a abertura das pessoas ao Transcendente e que “voltemos a partir” do anúncio de Deus Criador e Pai. Mas o que significa “**recomeçar a partir de Deus**”¹³? «Partir de Deus é voltar para a verdade de nós mesmos, o que nos dá uma medida de tudo, reconhecer que só Ele é a medida da verdade, certo e bom, a âncora que dá uma base, a razão fundamental para viver, amar, morrer. [...] Partir de Deus quer dizer medir-se a partir de Jesus Cristo e, portanto, inspirar-se continuamente pela sua palavra, os seus exemplos, como os apresenta no Evangelho. Quer dizer entrar no coração de Cristo, que chama Deus de “Pai”».

10) Para realizar a missão evangelizadora é necessário que as nossas comunidades eclesiais valorizem melhor a **liturgia**, celebrada “como deve ser”, polo de interrogações e de atração, fonte da catequese. É necessário que tomemos acolhedora a liturgia eucarística e a façamos recuperar aquilo que é: cume da vida cristã, “momento de graça” que edifica a Igreja e dá sentido e fundamento ao ser-se cristão.

¹³ O título é o usado pelo card. C. M. Martini, *Ripartiamo da Dio!* Lettera pastorale per l'anno 1995-1996, Centro Ambrosiano, Milano 1995.

A Nova Evangelização

CARDEAL WALTER KASPER (*)

1. Igreja, para onde vais?

«Igreja, para onde vais?» Esta é a pergunta que tantos fazem hoje em dia. Quase tudo se encontra em rápida transformação. Já há 50 anos, o Concílio Vaticano II afirmou: «Atualmente, a humanidade encontra-se em uma nova época da sua História, em que, progressivamente, profundas e rápidas mudanças se alastram pelo mundo inteiro.» (GS 6). Esta mudança acelerou, entretanto. Contudo, em comparação com os anos 60 do século XX, esta mudança já não suscita expectativas utópicas, mas antes insegurança e medo em relação ao futuro. Faltam perspectivas de futuro.

Não há volta a dar: a Europa tornou-se terra de missão. Bispos e teólogos visionários já haviam reconhecido isso, antes e durante a II Guerra Mundial, tendo falado da Alemanha como país de missão. Como por exemplo, Alfred Delp e Dietrich Bonhoeffer, dois mártires da fé. Em França, fala-se de *France pays de mission* («França, país de missão») A carta pastoral profética do Cardeal E. C. Suhard *Essor ou déclin de l'Église* («Crescimento ou declínio da Igreja») (1947) despertou as almas e preparou o Concílio Vaticano II.

Em uma situação de crise e mudança é sobretudo preciso ter uma visão. Cada comunidade individual e cada povo só consegue sobreviver se for inspirado por uma visão e se tiver um sonho. Isto também se aplica à Igreja.

A Igreja não precisa de descobrir a sua visão; esta foi-lhe apresentada no Evangelho de Jesus, a partir da chegada do Reino de Deus (Mc 1,14 ss.). A

(*) Presidente Emérito do Conselho Pontifício Para a Promoção da Unidade dos Cristãos e da Comissão Pontifícia para as Relações Religiosas com os Judeus. Copresidente da Comissão Internacional para o Diálogo Luterano-Católico. Bispo Emérito de Rottenburg – Stuttgart. Professor Emérito de Teologia, Universidade de Tübingen.

esperança está, por assim dizer, na história fundadora da Igreja, está inscrita no seu coração. Hoje em dia, ela dificilmente consegue traduzir essa esperança numa visão concreta e numa perspectiva pastoral concreta. Assim, João Paulo II definiu claramente a palavra-chave para a pastoral de hoje e de amanhã: Nova Evangelização. Isto significa não mais que anunciar de novo a alegre e libertadora mensagem de Jesus. Por muitos, este programa foi entusiasticamente assimilado, sobretudo por novos movimentos, por outros, foi olhado com desconfiança e cunhado de reacionário. Temem que a Nova Evangelização possa surgir como uma nova endoutrinação. Perguntamo-nos então: «O que é que se quer dizer com Nova Evangelização?»

II. Evangelização e Nova Evangelização

«Evangelho» e «evangelizar» são palavras-chave na Bíblia. Encontram-se já nos profetas do Antigo Testamento e tornam-se centrais em Jesus e Paulo. Jesus definiu o Seu envio de forma breve e concisa nas seguintes palavras *evangelizare pauperibus* («anunciar a Boa-Nova aos pobres») (Lc 4,18). Marcos resume toda mensagem de Jesus numa só frase: «Jesus [...] proclamava o Evangelho de Deus, dizendo: “Completo-se o tempo e o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos e acreditai no Evangelho»» (Mc 1,14 ss.). Paulo auto-intitulasse de «Apóstolo, escolhido para anunciar o Evangelho» (Rm 1,1; cf. 1Cor 1,17).

O Evangelho não é nenhum livro, é uma Palavra viva e atuante. O que diz, concretiza. É assim que o Reino de Deus se torna público ao mundo no Evangelho e que, historicamente, surte efeito na atualidade. O Evangelho é um anúncio da Vida, Justiça, Liberdade e Paz de Deus. A evangelização é uma força impulsionadora que transforma e recria o presente com dinamismo para o futuro. Através dela, abre-se caminho para o Reino de Deus, no meio de sofrimentos e perseguições e, com ela, abre-se caminho para a Vida, Justiça, Liberdade e Paz (*shalom*).

O Evangelho não é nenhum sistema de dogmas e leis morais, de modo algum um programa político ou político-ecclesial, mas sim uma Pessoa: Jesus Cristo, o Verbo encarnado e eterno de Deus. O Evangelho é o Evangelho de Jesus Cristo. Não tem Jesus apenas como conteúdo; Jesus, por ação do Espírito Santo, é o impulsionador e protagonista da evangelização. O objetivo é a comunhão e amizade com Jesus Cristo, o fascínio e compromisso com Ele e com tudo o que Lhe diz respeito, o Reino de Deus.

Era precisamente esse o «programa» do Papa João Paulo II no documento que considero sendo o seu próprio testamento pastoral, publicado em *Novo millennio ineunte* («Para o início do novo milénio» (2001). Dizia que temos de «começar de novo a partir de Jesus Cristo». É também este o objetivo subjacente no livro de Bento XVI, *Jesus de Nazaré*.

Em pouco tempo surgiu um livro a partir do Evangelho. Com isso, sem contar com algumas grandes exceções, perdeu-se o sentido original, vivo e que desperta a vida, do Evangelho.¹ Foi apenas com os movimentos do despertar espiritual que o sentido original da evangelização se tornou vivo novamente. Os movimentos do despertar religioso tratam precisamente de acordar de novo os cristãos «mortos» para aquilo que hoje chamamos de Nova Evangelização. Por parte dos católicos, estes movimentos correspondiam geralmente às missões populares regulares que cada paróquia tinha. Infelizmente, esta prática foi abandonada de forma generalizada; hoje está de novo a ressurgir. Foi recentemente implementada em grande medida em missões urbanas em Lisboa, Paris, Viena e outras grandes cidades. Espero que estes exemplos se tornem escola. Nos católicos, encontram-se novamente os conceitos «evangelizar» e «evangelização», de forma oficial, nos documentos do Concílio Vaticano II (1962-1965). A constituição dogmática *Dei Verbum* torna evidente que evangelização não significa endoutrinação, mas sim testemunho, sob inspiração do Espírito Santo, por palavras e obras, bem como por toda a vida da Igreja (DV 7 ss.). Esta missão foi atribuída aos bispos de forma especial (LG 24 ss.), os leigos devem impregnar o mundo concreto com o espírito do Evangelho (LG 35; AA 2). Neste sentido abrangente, o Concílio pode afirmar: «A Igreja peregrina é, por natureza, missionária» (AG 2). Nunca é demais repetir esta frase, uma vez que «missão» significa partir, atravessar fronteiras e alargar horizontes. Missão é por isso o oposto de autossuficiência e autonomia, o oposto do pensamento *status quo* e de uma atitude pastoral que considera ser suficiente conservar a habitual atividade pastoral. Mas, como sempre, isso hoje já não é suficiente. Este novo entendimento de evangelização introduzido na Carta Apostólica do Papa Paulo VI, *Evangelii nuntiandi - Sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo* (1975), conduziu a uma verdadeira rutura. Esta carta pioneira chega ao ponto de

¹ «Vivo» é o termo que ficou sobretudo de Santo Irineu de Lyon (Adv. haereses III, 4, 2), a partir do qual ele explica uma «história das consequências», que se encontra novamente em São Tomás de Aquino (S.th. I/II q. 106 a. 1 c. a.) e no Concílio de Trento (DS 1501). Encontra-se novamente em um grande percussor dos movimentos de renovação do século XX, Johann Adam Möhler. O Vaticano II conseguiu estabelecer esta ligação (DV 7).

dizer: «Evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar» (EN 14). Esse foi um pontapé de saída e teve o efeito de uma avalanche. Rapidamente, a palavra-chave «evangelização» foi adotada na América Latina, em África e nas Filipinas. Foi introduzida no documento final da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, «Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina» (1979), e encontra-se novamente no mais recente documento da Conferência de Aparecida (2007). Desde Puebla que evangelização se relacionou ao urgente anúncio aos pobres e jovens. Na Alemanha, pelo contrário (há que dizê-lo, infelizmente), deixámos o *Evangelii nuntiandi* dormir tempo por demais.

Este tema desempenhou um importante papel em muitas das mensagens do Papa João Paulo II. Fez isso de forma mais pormenorizada mediante o conceito «missão» na encíclica missionária *Redemptoris missio – Sobre a Validade Permanente do Mandato Missionário* (1990). A encíclica incide sobre o facto de ser possível encarar a missão como tudo, menos como concluída. Encontra-se num novo início. Hoje ela já não se refere apenas a determinadas áreas geograficamente delimitadas, mas a novos mundos sociais, a novas esferas sociais, áreas da cultura, sobretudo aos meios de comunicação que se afastaram do cristianismo.

O Papa distingue, por conseguinte, três situações: 1) a primeira missão (*missio ad gentes*), onde o Evangelho ainda não é conhecido; 2) a atividade pastoral normal, onde a Igreja vive em comunidade e tem sólidas estruturas; 3) a Nova Evangelização em países de antiga tradição cristã, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, já não se reconhecem como membros da Igreja, tendo-se afastado de Cristo e do Evangelho (RM 33).

A palavra-chave «evangelização» é, portanto, a base fundamental do envio da Igreja, a sua identidade e a sua razão de ser. Por isso, «evangelização» não é um conceito específico para determinadas regiões geográficas. É antes o caminho a desbravar para a herança apostólica de hoje e é hoje que ela se concretiza verdadeiramente. Com o «programa» da Nova Evangelização, a Igreja pretende trazer ao mundo contemporâneo e às polémicas atuais a sua mais profunda essência: o anúncio do Reino de Deus, concretizado na pessoa de Jesus Cristo.

III. A Nova Evangelização como resposta a uma nova situação

Se hoje não falamos meramente de evangelização mas de «Nova Evangelização», este novo conceito refere-se ao facto de, atualmente, ser necessário a evangelização ocorrer num novo contexto. Em muitas partes de África e, sobretudo, na Ásia, trata-se da primeira evangelização. Trata-se de procurar que o Evangelho seja escutado e tenha espaço nas culturas locais. Connosco, na Europa, trata-se de outra coisa. Temos uma História cristã extremamente rica, que remonta a muitos séculos. É absolutamente impossível pensar na Europa sem a obra evangelizadora do Apóstolo São Paulo, sem o martírio de São Pedro e São Paulo em Roma, sem grandes Papas como São Leão Magno e São Gregório Magno, sem homens e mulheres como São Martinus de Biberach, São Bento de Núrsia e Santa Escolástica, São Metódio e São Cirilo, São Bonifácio e Santa Valburga, Santo Ulrico de Augsburg, Santo Adalberto, Santo Ansgário de Hamburgo, Santa Brígida da Suécia, Santa Isabel da Hungria e da Turíngia, impensável sem Martinho Lutero e os reformadores, e muitos outros. Sem eles, nunca a Europa teria sido erguida.

Mas a história da Europa não é apenas uma história de santos, mas também uma história de iniquidade. Muitas vezes, traiu a sua herança: nas cruzadas; nas guerras religiosas em que se debateram católicos e luteranos, trazendo a Europa à beira da ruína; na história da colonização, que também foi uma história de exploração; nas duas guerras mundiais, que levaram o mundo inteiro ao infortúnio; nos sistemas totalitários do século XX, que desdenharam tanto de Deus como dos homens; no nazismo e comunismo soviético; por fim, no holocausto (*Shoah*), o assassinato de 6 milhões de judeus no centro da Europa, planeado e levado a cabo pelo regime estatal.

A secularização é uma reação a esta história de iniquidade, é sobretudo uma reação às guerras religiosas. Depois de a Europa ter sido levada à beira da ruína pelas guerras da fé, para que a Europa sobrevivesse, foi necessário banir a religião do domínio público e professá-la na esfera privada. Estabeleceu-se uma paz oficial com base no senso comum, desconsiderando a fé. Isso implicou uma perda de relevância da Igreja; várias áreas da cultura e ciência e várias camadas da sociedade foram afastadas da fé cristã.

Devemos, livremente, salvaguardar-nos de frases feitas simplistas. É demasiado fácil falar apenas de excomunhão, descristianização, declínio religioso e ateísmo. A secularização significa um processo de diferenciação

em que as chamadas áreas seculares se emanciparam da anterior hegemonia da religião, que tudo abrangia e tudo uniformizava, e adquiriram a sua autonomia. O Vaticano II reconheceu a legítima autonomia (GS 36; 41; 56; 76). A «declaração da liberdade religiosa» reconhece que os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana (DH 1).

Nós, cristãos, não somos pessimistas, nas nossas origens, em relação à cultura. Não temos motivo nenhum para olhar para o desenvolvimento apenas pelo lado negativo. A Igreja perdeu de facto o seu poder externo e a sua influência direta, mas recuperou a sua liberdade externa e interna e ganhou autoridade moral. Assim como a Igreja aceitou a Verdade, o Bem e a Beleza nas outras religiões, também pode reconhecer o Bem do desenvolvimento dos novos tempos.

Também não podemos cair no extremo oposto e dizer que mundo moderno é santo. No processo da secularização, os frutos dos novos tempos desprenderam-se das suas raízes e origens cristãs; como frutas caídas da árvore, correm o perigo de se tornarem podres e tóxicas. Isto aconteceu realmente. A liberdade individual tornou-se em individualismo, em que já não existem valores e normas gerais que comprometam. Na ideologia, a secularização é muitas vezes transformada em um secularismo frequentemente intolerante. Hoje, existe outra vez um novo ateísmo e laicismo forte, hostil para com a Igreja,² que também se articula politicamente, rejeitando severamente referências a Deus e às raízes judaico-cristãs da Europa, na Constituição Europeia inicialmente planeada.

Entretanto, reconheceu-se a *Dialética do Iluminismo* (Theodor W. Adorno); o preço que temos de pagar pelo progresso. Tornou-se público que o «drama do humanismo sem Deus» (Henri de Lubac), juntamente com a fé cristã, também põe em causa os ideais positivos do Iluminismo, estando o mundo moderno em perigo de autodestruição. A razão autónoma está em perigo de se tornar em mera razão instrumental, que pode servir-se tanto de boas práticas como de más práticas. Com as técnicas modernas podemos construir tanto hospitais ultramodernos com os melhores equipamentos, como bombas

² Cf. *The God Delusion*, Oxford 2006 (tít. PT: *A Desilusão de Deus*), o último e bastante polémico *bestseller* de Richard Dawkins. *Bestsellers* deste tipo mostram que atualmente não existe apenas um regresso da religião, mas também um novo crescimento de correntes ateístas, anticristãs e anticlericais.

atómicas. Podemos cultivar a natureza ou explorá-la e assim destruir o meio ambiente. A razão pode tornar-se numa «razão prostituta» (Martinho Lutero).

Por fim, o mundo é espoliado do seu sentido último pela radical emancipação. Falta-lhe o elo de ligação. Friedrich Nietzsche descreve precisamente as consequências da morte de Deus: «Que fizemos nós, quando soltámos a corrente que ligava esta terra ao seu sol? Para onde se dirige ela agora? Para onde vamos nós? ...Será que existe um em cima e um em baixo? Não andaremos errantes através de um nada infinito? Não estaremos a sentir o sopro do espaço vazio? Não estará a ser noite para todo o sempre, e cada vez mais noite?»³ O homem não consegue conformar-se com um mundo despojado de sentido como este. Surgiu então uma dialética da secularização.⁴ A previsão de que a religião iria morrer não se concretizou. Não foi a religião, mas a tese da secularização que se revelou como superstição. A busca de sentido e orientação, o anseio explícito ou implícito a dúvida sobre a existência de Deus tornaram-se novamente atuais para muitas pessoas. Até mesmo pensadores que não têm qualquer tradição religiosa, como Joseph Habermas, descobrem que a religião preserva um enorme potencial de modelos linguísticos e interpretativos para dar nome e significado a experiências que, de outro modo, ficariam mudas e sem registo. Fala-se então de um regresso da religião, sim, um regresso de Deus. Deus, por assim dizer, tornou-se novamente socialmente aceitável. Mas é preciso ter cuidado. O regresso da religião é um processo ambivalente. Não leva de modo algum à fé cristã em Deus, assim sem mais nada, e não enche automaticamente os bancos das igrejas que ficaram vazios. Muitas vezes leva a uma religiosidade vaga, difusa, flutuante, a uma religiosidade arbitrária individualista e a uma religiosidade sincrética «feita à mão». Esta religiosidade parcialmente caótica vira-se em parte para o mito, o espiritismo e o ocultismo até ao satanismo; em parte ela é reduzida a um «ateísmo sob forma de religião» (J. B. Metz). Podemos então perguntar: «É realmente Deus que regressa ou trata-se antes de um regresso dos deuses?» Tratar-se-á talvez de uma mera paixão narcisista que procura o divino em nós, mas não Deus acima de nós? Já Nietzsche falava de um *Ragnarök* («destino final dos deuses»).

³ F. Nietzsche, *Die fröhliche Wissenschaft*, in: Werke (ed. Schlechta) Bd. 2, München 1955, p.127. (Tít.PT: *A Gaia Ciência*). NT: Tradução de Maria Helena Rodrigues de Carvalho et al in: *A Gaia Ciência*, col. Obras Escolhidas de Nietzsche, 3º vol, s.l.: Círculo de Leitores, 1996, p. 140.

⁴ J. Habermas, J. Ratzinger, *Dialektik der Säkularisierung. Über Vernunft und Religion*, Freiburg i. Br. 2005. (Trad.livre PT: «Dialética da Secularização - Sobre a Razão e Religião»).

Os sentimentos religiosos podem estar relacionados com as diferentes áreas e levar à idolatria de valores mundanos como estado, arte, desporto, entre outros. Isto pode ir até ao terrorismo disfarçado de religião e a uma perversão ainda pior da religião, pois não se pode pensar nela como instrumento de terror. Por outro lado, existe a tentação de uma religião civil conservadora ou neoconservadora, que aprova a existente ou que justifica a sua implementação agressiva e a expansão bélica.

Portanto, por um lado, temos um mundo secularizado, com alto nível de desenvolvimento técnico, amplamente direcionado para o lucro, bem como interesses pessoais, económicos e políticos. Por outro lado, temos uma religiosidade difusa, cunhada com o cariz de tempos livres e passatempos e como cariz emocional. A patologia da razão corresponde a uma religiosidade patológica. Chegou-se a um cisma entre Deus e o mundo, fé e pensamento. A sua solução representa um desafio vital tanto para o bem da religião como do mundo.⁵

A Nova Evangelização vê-se confrontada com uma situação complexa e confusa. Tendo em conta esta difícil situação, não pode ser um programa a curto prazo, em que se realizam algumas ações com um determinado propósito ou que concorda com a aplicação de alguns conceitos reformadores já bem conhecidos, como a democratização da Igreja, alteração da disciplina do celibato, etc. Isto é pensado apenas de forma pontual. Trata-se de uma tarefa fundamental a cumprir a longo prazo. Trata-se da dúvida sobre Deus e da tarefa principal da missão: o chamamento à conversão dos ídolos ao verdadeiro e único Deus (1Ts 1,9).

Já os Padres da Igreja sabiam que a segunda conversão é mais difícil que a primeira. Diziam eles que a primeira conversão acontece pela água no batismo, a segunda, pelas lágrimas do arrependimento e penitência. Isto também se aplica à Nova Evangelização, ou seja, à segunda. Tem de primeiro «limpar as crostas», o endurecimento e a teimosia do coração, de forma consciente, e curar as feridas, causadas tanto pela Igreja como pelo mundo contemporâneo. A Igreja, por seu lado, tem de ultrapassar uma posição defensiva contra o mundo, de se libertar de um parcial isolamento que criou,

⁵ O Papa João Paulo II já havia abordado este problema na encíclica *Fides et ratio* (1998). O Papa Bento XVI, intrepidamente, desenvolveu este tema na conferência de Regensburg: «fé e razão». Comentário de G. Schwan, A. T. Houry, K. Lehmann, Freiburg i. Br. 2007.

renovar a fé e a alegria na fé e recuperar a sua pujança missionária. Quanto ao mundo contemporâneo, trata-se de desintoxicar aquilo que construiu como reserva, preconceito e inimizade em relação ao cristianismo. Enquanto o primeiro trabalho missionário pôde pressupor a dimensão religiosa e ligar-se a ela, o segundo tem de primeiro expor aberta e conscientemente as questões religiosas, muitas vezes enterradas, e torná-las públicas.

Não devemos criar a ilusão de que, no futuro, haverá uma relação e síntese harmoniosas entre Igreja e mundo, fé e cultura. Isso também não aconteceu no passado e, por princípio, não poderá acontecer. As forças inimigas do Evangelho continuarão a estar presentes no futuro e a opor-se energeticamente ao Evangelho. Assim também a Nova Evangelização se encontra sob o sinal da Cruz e não pode avançar sem conflitos.

Contudo, a Nova Evangelização quer mostrar aos homens de boa vontade uma alternativa à situação anterior e um caminho para a frente. Quer mostrar um caminho para um novo humanismo, para uma nova civilização da vida e do amor. É a partir desta perspectiva geral que surgem prioridades pastorais para o tempo de uma nova evangelização.

IV. Concretizações pastorais

Não se pretende aqui apresentar um programa pastoral completo. Posso apenas destacar alguns dos aspetos que me parecem ser importantes. O que pretendo expor não foi concebido à frente da secretária, mas é fruto da experiência de mais de 50 anos de serviço como sacerdote, incluindo 10 anos de experiência pastoral como bispo de uma grande diocese, muitas viagens ao chamado terceiro mundo, onde conheci muitas situações miseráveis, e a experiência dos últimos 10 anos em Roma, tendo realizado muitas viagens por todo o mundo em que apareci não como diplomata europeu (como muitos pensam), mas como padre do mundo inteiro.

1. Falar de novo de Deus

A mais importante e essencial tarefa da Nova Evangelização é falar de novo de Deus, trazê-lo às nossas conversas. Esta não é uma tarefa nada fácil. Não é uma tarefa que se possa simplesmente iniciar e concluir. «Deus», uma das palavras mais mal-empregues. É uma das palavras com mais peso,

nenhuma outra foi tão conspurcada, tão dilacerada.⁶ Com o nosso esquecimento de Deus, nós, europeus, temos não só a nossa própria história como toda a história da religião e da cultura da humanidade contra nós. Ela conhece o fenómeno do Santo, d'Aquele que é completamente diferente, que transcende infinitamente todas as possibilidades do nosso entendimento e discurso, que é onisciente. Descreve-O como *mysterium tremendum fascinosum*, Alguém que suscita medo e temor e, ao mesmo tempo, que atrai e fascina (Rudolph Otto). Os sábios da Antiguidade, sabiam que o espanto é o princípio do pensamento, tal como na Bíblia se sabe que o temor de Deus é o princípio da sabedoria (Job 28,28; Sl 111,10; Pr 1,17; 9,10).

A Nova Evangelização deve centrar-se neste ponto. O seu primeiro objetivo deve ser aquilo que Karl Rahner designou de mistagogia e que identificou como ideia principal da pastoral. A mistagogia é o acompanhamento na descoberta do mistério já existente, para procurar Deus, primeiro, por assim dizer, a partir de fora e que vem à nossa vida, mas que já existe na nossa vida e, porém, está sempre por vir. Trata-se da introdução a uma introspeção e a uma intuição de «algo» que é maravilhoso, incrível e santo. Em última análise, algo que é intangível e permanece inefável por dentro e «por detrás» de tudo o que se possa exprimir por palavras, ou seja, tudo o que na vida é transcendente. Podemos ter, assim, uma noção daquilo que devemos transmitir quando queremos dizer «Deus».⁷

A grande teologia cristã sempre soube que simplesmente não se consegue apreender o que Deus é. Contudo, referimo-nos a Deus em todos os nossos conceitos por analogia. A diferença é maior que a semelhança (DS 806). Deus encontra-se em tudo o que pensamos poder dizer sobre Ele, sobretudo quanto mais grandioso e mais misterioso isso for. Já São Tomás de Aquino dizia que sabemos mais sobre o que Deus não é, do que o que Ele é (S. th. I q.1 a.7 ad 1; a. 9 ad 3).

O conhecimento das próprias limitações é a verdadeira humanidade dos homens. Ela protege-os da megalomania e gigantomaquia, da desilusão de

⁶ M. Buber, *Begegnung. Autobiographische Fragmente*, Stuttgart 1961, p. 43. (Trad.livre: «O Encontro - Fragmentos autobiográficos»).

⁷ K. Rahner, «Über den Begriff des Geheimnisses in der katholischen Theologie», in: *Schriften IV*, pp. 51-99. (Tit.PT: «O Conceito de Mistério na Teologia Católica», in: *O Dogma Repensado*). Cf. W. Kasper, *Der Gott Jesu Christi*, pp. 216-225. (Trad.livre: «O Deus Jesus Cristo»).

Deus, que representamos como pequenos deuses e, assim, tratamos e oprimimos a natureza como os outros, desrespeitosamente. A ideia de se ser apenas uma pessoa, e não Deus, protege-nos de sobrecarregar e de nos prejudicar. Diz que não conseguimos nem «construir» a nossa vida nem de suportá-la, que não somos capazes de salvar o mundo e que também não podemos exigir isso de ninguém.

Na tradição espiritual, esta atitude chama-se «humildade». Geralmente, esta palavra não soa bem, porque soa a humilhação e submissão. Infelizmente, na realidade, é também mal-empregue com frequência. Mas humildade, na verdade, quer dizer o mesmo que o significado original de «piedade» (*pietas*), nomeadamente, reverência por aquilo que é santo. Onde já não for santo, aí a vida tornar-se-á insuportavelmente maçadora, pois será dura e assustadoramente banal. A humildade, pelo contrário, reconhece a Verdade como magnificência criadora da vida. Teresa d'Ávila denominava esta humildade de «passeio pela verdade».⁸ Temos de interiorizar esta verdade da nossa própria existência e aprendê-la de novo.

Diante do insondável mistério da verdade do mundo e da percepção do mistério de Deus, a pregação e a teologia cristãs não podem permanecer em silêncio. Ao contrário dos deuses mudos (Sl 115,4 ss., entre outros) o Deus da Bíblia é um Deus vivo, que fala (Dt 5,26; Mt 16,16, entre outros). Encontramos aqui a mais profunda diferença em relação à religiosidade oriental, como a que encontramos de forma particular no budismo.

O passo que nos leva a expressar a interiorização silenciosa do mistério da nossa vida é o conhecimento crente e confiante de que existe «Alguém» que me diz «sim», de que eu não sou um produto qualquer do acaso, um capricho do destino, de que sou chamado pelo nome e aceite tal qual como sou. É o conhecimento de que existe um Outro que eu posso chamar e por quem posso gritar e que me ouve chamar e gritar, mesmo quando mais ninguém me ouve. Alguém a quem posso agradecer pela minha existência e pela existência de outros que podem maravilhar-se, louvar e exaltar.

Este entendimento pessoal de Deus atinge o seu auge em Jesus. É central tanto na Sua vida terrena e como no Seu anúncio a Sua relação

⁸ Santa Teresa d'Ávila, «Die Seelenburg», in: Schriften, Bd. 5, München 1981, 191(6. Wohnung 10,7) (Tit. PT *As Moradas*).

pessoal, única e íntima, expressa na forma como chamava Seu Pai (*Abba*) (Mc 14,36). Quando os Seus discípulos O viram a rezar, pediram-Lhe: «Senhor, ensina-nos a orar», e Ele ensinou-lhe a orar «Pai-Nosso» (Mt 6,9; Lc 12,30). Para Jesus a Boa-Nova libertadora é proclamada nesta comunhão pessoal e tratamento por «Tu». Assim, o medo é-nos retirado. Não somos entregues ao anonimato do destino, mas protegidos por Deus, tanto na vida como na morte.

A tarefa principal da Nova Evangelização é, portanto, fazer com que cristãos praticantes primeiro perguntem por Deus e que procurem, conscientemente, escutar o chamamento pessoal de Deus, que consigam responder «*Abba, Pai*» e rezar «Pai-Nosso». É possível que esta resposta seja difícil no início, que só se consiga dizê-la gaguejando mas, aos poucos, encontra-se o caminho para uma relação pessoal com Deus e para uma oração pessoal. Possivelmente, existem mais pessoas do que pensamos que explícita ou implicitamente, nos perguntam e pedem: «ensina-nos a orar!» (Lc 11,1). Por isso, a Nova Evangelização tem de ser, sempre e acima de tudo, escola de oração.

2. Começar de novo a partir de Jesus

O Evangelho não é nenhum programa para melhorar o mundo. É o Evangelho de Jesus Cristo, cujo rosto nos irradia com o rosto humano do Deus Vivo, do Deus que vai até à Cruz e que, nas horas mais tenebrosas, permanece junto de nós e em nós. A Nova Evangelização é, portanto, um caminho que conduz a Jesus e uma iniciação à amizade com Ele. Nova Evangelização significa começar de novo com Jesus, ir de novo com Ele à escola e com Ele aprender de novo sobre Deus e os homens, aprender de novo a conhecê-l'O e amá-l'O melhor e mais profundamente para tomarmos de novo a decisão de O seguirmos. Para cada cristão, este não é jamais um caminho concluído, mas um caminho para toda a vida. O Novo Testamento descreve a vida cristã como um todo, como um caminho, uma nova «Via» (At 9,2; 19,9, entre outros). Este regresso ao fundamento permanente e cerne da fé cristã é também o tema principal do livro do Papa Bento XVI, *Jesus de Nazaré*.

A mensagem de Jesus Cristo não vem aos homens como algo estranho, que lhes é alheio, não pretende simplesmente impor-se a eles. É o *Logos* em que tudo se realiza, a Luz e a Vida em todas as coisas, a Luz que

ilumina todos os homens, que chega a este mundo. Não veio como estrangeiro, mas veio para os seus (Jo 1,1-14). Ele é a Luz do mundo, quem O segue não andará nas trevas, mas terá a Luz da vida (Jo 8,12). Por isso, a mensagem de Jesus deve ser interpretada como sentido da vida, é o significado de Existência, Vida e Mundo.

Isto não é de todo inócuo. O Evangelho segundo São João conhece o incompreensível paradoxo de os homens não receberem esta Luz (Jo 1,5.10 ss.), mas preferirem as trevas à Luz (Jo 3,19). O Evangelho de Jesus Cristo é uma mensagem libertadora, mas sempre uma mensagem de que se duvida. Não pode ser concretizada sem uma preparação para a conversão e mudança de pensamento. Tanto a mensagem dos profetas como a de Jesus dão testemunho disso mesmo. A vida de todos os «grandes» cristãos que chamamos santos foi uma vida de permanente conversão. A Nova Evangelização não pode calar-se diante disto. Ela tem de dizer: «Tens de mudar a tua vida!».

Do que já foi dito, o enfoque cristológico surge como prioridade para a Nova Evangelização. Não faz muito sentido e é contraproducente discutir com pessoas que estão afastadas da fé ou que têm dificuldade em compreender a Imaculada Conceição, o Purgatório, as Indulgências e outros temas semelhantes que lhes são alheios. Não é que estes não façam parte do conteúdo da fé, que têm a sua legitimidade, e que por isso não os podemos ignorar ou abandonar. Estas verdades, porém, só poderão ser compreendidas em termos existenciais quando formos capazes de as ver a partir do fundamento e cerne da fé, ou seja a partir de Jesus Cristo. Não devemos complicar esta questão, mas esclarecer o seu fundamento e ponto central. Por outras palavras, devemos orientar-nos pela «hierarquia das verdades» (UR 11).

A partir do enfoque cristológico, altera-se o paradigma pastoral. No período pós-tridentino, tornou-se prioritário que os sacramentos fossem extensivamente ministrados. Os sacramentos são sacramentos de fé. Pressupõem que haja fé e só devem ser ministrados, caso esteja implícito um mínimo de fé. Atualmente, não se pode pressupor isto em muitos casos. Muitos não conhecem Jesus verdadeiramente. Já ouviram falar d'Ele de algum modo, conhecem ou reconhecem-n'O de ouvir falar, sabem uma coisa ou outra d'Ele, mas nunca tiveram realmente a experiência d'Ele nem da Sua mensagem

pessoalmente. Por isso, devemos interrogar-nos se não concordamos com a denúncia de Dietrich Bonhoeffer quando diz que desperdiçamos os sacramentos e fazemos deles, bênçãos pobres.⁹

Uma vez que as extraordinárias pregações missionárias são realizadas com um fim específico, por norma, o seu efeito extingue-se rapidamente quando não são antecedidas ou precedidas por uma iniciação catequética. O próprio Jesus acolheu os Seus discípulos como os rabis do Seu tempo o faziam na escola. Desde o tempo dos Apóstolos que a catequese é como um compromisso sobretudo dos bispos e, mais tarde, dos padres.¹⁰ Os Padres da Igreja, como Santo Agostinho e teólogos, como São Tomás de Aquino, não têm do que se envergonhar. As igrejas missionárias conservaram a Tradição da Igreja e devem a ela uma boa parte do seu sucesso missionário.

Mas, entre nós, onde é que acontece a iniciação na fé e na vida da fé? Onde é que, entre nós, podemos aprender sobre a fé? Sem dúvida que existem novas iniciativas, louváveis e bem-vindas, para uma transmissão da fé viva e renovada (*cursillo*, movimento neocatecumenal, cursos Alpha, cursos de teologia à distância, etc.). Mas, infelizmente, continuam a decorrer paralelamente às formas oficiais de catequese da paróquia.

A educação religiosa que um dia surgiu com esta iniciativa, não pode continuar esta iniciação nas atuais condições educativas, a não ser que seja acompanhada por uma intensa pastoral educativa. A catequese não pode ser meramente um processo de aprendizagem educativo. É sempre uma iniciação à vida cristã e de Igreja. Tem de ser realista, basear-se na experiência, interpretar essa experiência e transmitir novas experiências. Mais do que professores de ensino, ela exige professores de vida (Mestre Eckehart). Isto só é possível na proximidade espacial e pessoal da Igreja e da comunidade.

⁹ D. Bonhoeffer, «Die teure Gnade», in: Nachfolge, München 1971, 13-27. (Trad.livre: «A bênção rica»).

¹⁰ SC 64; DV 24; AG 13 ss.; CD 14; AA 10, entre outros, Papa João Paulo II, Carta Apostólica *Catechesi tradendae*, «Introdução à Alegria da Fé» (1979). Outra bibliografia para esse tema: J. Ratzinger, *Die Krise der Katechese und ihre Überwindung*, Einsiedeln 1983 (Trad.livre: «Crise da Catequese e a sua Superação»; W. Kasper (Hg.), *Einführung in den katholischen Erwachsenen-katechismus*, Düsseldorf 1985 (Trad.livre: «Introdução ao Catecismo Católico para Adultos»); W. Kasper/A. Biesinger/A. Kothgasser, *Weil Sakramente Zukunft haben. Neue Wege der Initiation in Gemeinden*, Ostfildern 2008. (Trad.livre: «Porque os Sacramentos Têm Futuro – Novos Caminhos de Iniciação em Comunidades»).

Juntamente com educação religiosa, a catequese paroquial foi, com razão, estabelecida como introdução à Primeira Comunhão e ao Crisma. Na maior parte dos casos é familiar, existem poucas ou nenhuma pessoa com formação. Deste modo, com a exceção e poucas exceções louváveis, consegue, na melhor das hipóteses, uma espécie de pré-evangelização. Ou seja, permanece presa a um curso religioso de «degustação». Para a catequese batismal fundamental (na catequese das crianças como catequese dos pais ou da família), regra geral, a formação é a mínima. Do mesmo modo, há também pouca formação para a catequese de adultos, que seria importante para os cristãos batizados, que em idade adulta querem regressar a uma fé viva, ou para os não batizados. Não nos podemos surpreender. Uma subnutrição religiosa deste tipo só pode criar uma fé doente. De facto, hoje, o conhecimento religioso bateu no fundo. Temos de falar de analfabetismo religioso. Mas só podemos amar o que conhecemos e o que amamos queremos conhecer mais e melhor.

É essencial fazer um caminho catequético sistemático holístico, isto é, que não seja apenas cognitivo, mas também emocional e orientado para a prática. Um caminho que leve tanto os mais pequenos como os adultos a Jesus, com coração, corpo e entendimento. Um caminho que os inicie na fé e na vida da Igreja, que os ajude a ser cristãos «falantes», ou seja, cristãos que conseguem abrir a boca para falar e que sejam capacitados para prestar contas da sua fé. A falta de uma catequese deste tipo é um dos mais claros sintomas da carência existente na Igreja na Alemanha. Não é de admirar que muitos que se consideram «falantes» apenas repitam frases feitas conhecidas que assentam nos meios de comunicação ou se tornem vítimas da propaganda dos novos movimentos religiosos. Temos de apender de novo com a Igreja primitiva e com as igrejas missionárias, como também com a prática catequética em muitos outros países ocidentais.

3. Ser um novo tipo de Igreja

Paróquias missionárias. A iniciação à amizade com Jesus e a iniciação à vida em comunidade da Igreja estão interligadas. A Igreja é o Corpo de Cristo. Nela e através dela, Jesus Cristo permanece atual na história e no mundo. Por norma, a Igreja é tangível de forma concreta na comunidade paroquial. As paróquias são igrejas locais, são células vivas da Igreja e devem ser como um biótopo da fé. Por conseguinte, as paróquias são também locais de iniciação à fé. Todos os paroquianos, pelo batismo e crisma, são

responsáveis por essa missão. A renovação das paróquias missionárias está, por isso, na ordem do dia.

Cada um conhece certamente os problemas paroquiais atuais. Surgem devido a vários motivos. A falta de padres é um motivo, mas não o único. Existem também motivos que provêm das alterações sociológicas: a separação da residência, local de trabalho e esfera social; a flexibilidade dos paroquianos, que já quase não existem devido ao antigo estilo das suas paróquias estáveis. Para além disso, contam também os conhecidos motivos demográficos que, no futuro, levarão a um ainda maior envelhecimento das paróquias e a uma maior redução das mesmas. A criação de comunidades e paróquias ou unidades pastorais foi uma medida necessária, mas não realmente satisfatória. Pode apenas ser uma solução provisória. A longo prazo, mantém-se distância do princípio da dispersão, em que a presença das pessoas nas igrejas é, mais ou menos, deixada aos mais velhos, de forma cada vez mais reduzida. Em vez disso, é necessário concentrar os esforços em igrejas centrais. Nelas, aos domingos e feriados, é possível experienciar uma vida de Igreja completa, em vez de reduzida e dispersa.¹¹

Isto corresponde exatamente ao método missionário do Apóstolo do povo, São Paulo. Ele pregava e atuava nas grandes cidades de então, a partir das quais irradiou o cristianismo. Foi também esse o caminho da primeira missão entre nós. Partiu de mosteiros e paróquias. Nas igrejas missionárias, este «sistema» de igrejas centrais ou de estações missionárias continua a ser tido como garantido até aos dias de hoje. Não vejo nenhum outro caminho para a Nova Evangelização. Não podemos deixar esta missão entregue a uma estrutura paroquial que surgiu na Baixa ou Alta Idade Média. Se quisermos realmente ser Igreja missionária, hoje e amanhã, então temos de nos dedicar, a longo prazo, a reformas estruturais drásticas.

Isto não pode implicar que a vida comunitária se concentre em grandes centros e que deixe as periferias abandonadas em termos pastorais e espirituais. A fé vive de contacto humano. Por isso, a paróquia tem de ser uma comunidade de comunidades. Biblicamente falando, atualmente, as igrejas precisam de pequenas comunidades ou de comunidades basilares.

¹¹ W. Kasper, *Diener der Freude. Priesterliche Existenz – priesterlicher Dienst*, Freiburg i. Br. 2007, pp.143-150. (Trad.livre: «Servo da Alegria. Existência Sacerdotal – Serviço Eclesiástico»).

Na América Latina e em África fizeram-se boas experiências com isso. Nestas pequenas comunidades, é possível experienciar e pôr em prática a comunidade de fé. A partir daí; esta pode irradiar a missão pelo meio envolvente. Através delas, as pessoas, na igreja, podem estar em casa ou encontrar nela uma nova casa. Até agora, as mulheres já têm desempenhado aqui um papel importante e, atualmente, esse papel foi reforçado.

Surge um segundo fator. Jesus Cristo, o Senhor, está presente em cada paróquia e comunidade, por isso, nenhuma paróquia ou comunidade pode isolar-se e tornar-se absolutista. Cada paróquia e cada comunidade só é Igreja na medida em que é membro da Igreja una, santa, católica e apostólica. Tem de estar em comunhão com a comunidade maior da Igreja, mais concretamente, em comunhão com o bispo. Um cristianismo comunitário, isolado da perspectiva da Igreja, que por vezes não passa de um mero fanatismo, não é saudável, nem corresponde a uma eclesiologia atual da comunhão. Sobretudo no contexto missionário atual, é necessária uma vida cristã na perspectiva do mundo e no formato do mundo, uma vida paroquial numa dimensão universal da Igreja, ou seja, numa dimensão católica.

O papel missionário com o qual o Evangelho termina (Mc 16,15 ss.; Mt 28,19 ss.; Lc 24,48 ss.; At 1,8), está tudo menos concluído hoje. Encontra-se numa nova fase. Missão já não é um movimento Norte-Sul ou Oeste-Este; é necessário ultrapassar fronteiras também entre nós, a Norte e Oeste. Ela é, portanto, necessária entre nós, tendo em vista áreas e esferas sociais que estão afastadas da fé. Hoje em dia, trata-se de missão em todos os cinco continentes.

A vida cristã e a Igreja são missionárias ou deixarão de existir. Quem não aumenta, diminui. Quem, no meio da crescente população mundial, não crescer também, torna-se minoria. Quem ama a sua fé, deseja dar testemunho dela e continuar a transmiti-la aos outros e estes interessar-se-ão por ela. A ausência de zelo missionário é a ausência de zelo na fé. A fé, por sua vez, torna-se mais forte através da transmissão. A questão que temos de nos colocar é certamente: «Estamos realmente interessados em continuar a transmitir a fé e a conquistar não cristãos para que sigam a fé? A missão é realmente uma preocupação para nós?»

Pergunta: Como encaramos os muçulmanos que vivem entre nós em grande número? Sem dúvida alguma, devemos-lhes respeito diante da sua religião. Eles gozam de liberdade religiosa mesmo quando estão em países

em que não existe uma maioria muçulmana. Procuramos integrá-los. Não queremos impor-lhes a nossa fé. Mas quando, prematuramente, lhes damos uma joelhada, não obtemos respeito mas, justificadamente, desconsideração, porque demonstramos que a nossa fé não é assim tão importante. Penso que, nesta perspetiva, deveríamos também refletir sobre o nosso compromisso com o testemunho cristão.

Conclusão

Só mais uma palavra para concluir. É mais do que um posfácio. Só consegue evangelizar uma Igreja que esteja evangelizada, uma Igreja que se empenhe numa renovação interior e exterior. Só consegue transmitir a fé quem estiver fortemente enraizado nela. «Acreditei e por isso falei», cita São Paulo o Salmo 116,10 (2Cor 4,13). Só quando o nosso coração estiver cheio é que a nossa boca poderá transbordar. Não se trata, portanto, de estabelecer novas organizações e instituições, de estabelecer novas posições e disponibilizar fundos para elas, de convocar comissões e simpósios e organizar ações públicas. Já temos o necessário.

A Grande Comissão fala das testemunhas cheias do Espírito Santo (mártires) (Lc 24,48 ss.; At 1,8). A testemunha, revestida do Espírito Santo, não fala apenas com a boca mas com toda a sua existência, arriscando a própria existência terrena. A Nova Evangelização é, acima de tudo, uma missão e um desafio espirituais. É uma missão de Cristo. Fórmulas liberais são contraproducentes.

A visão de uma Igreja evangelizadora, de onde provimos, deve lançar raízes no nosso coração. Esta nova realidade começou no Pentecostes e o discurso de Pedro introduziu um entendimento sobre todas as fronteiras culturais e linguísticas. Temos de ser novamente inflamados pelo fogo e entusiasmo do Pentecostes. Assim que tivermos sido inflamados pelo fogo, este espalhar-se-á como um incêndio florestal quase imparável. Então, aquilo que São Paulo diz tornar-se-á realidade: «A palavra de Deus avança» (2Ts 3,1). A Nova Evangelização da Europa começa com um novo Pentecostes, começa por nós.

Comunidade Cristã e Primeiro Anúncio

A Formação de uma Comunidade Missionária

GIANI COLZANI (*)

Há já muito tempo que me perguntei, quando delinei este encontro, qual deveria ser o meu ponto de partida. Decidi-me pelo texto dos Atos 8, 26-40, a saber, pelo relato da evangelização e do batismo do eunuco etíope, funcionário da rainha Candace. Uma passagem de Isaías (Is 56, 3-5) enquadra os eunucos na complexa relação de Israel com os estrangeiros, dirigindo-lhe estas palavras de esperança:

«Não diga o estrangeiro que se converteu ao Senhor: «o Senhor me excluirá do seu povo». E não diga o eunuco: «eu sou apenas um lenho seco». Eis, com efeito, o que diz o Senhor: «aos eunucos que guardaram os meus sábados, que escolheram o que me é agradável, e se afeioaram à minha aliança, dar-lhes-ei o meu templo e dentro das minhas muralhas um monumento e um nome mais valioso que filhos e filhas, dar-lhes-ei um nome eterno que não perecerá».

Esta mensagem retira a restrição que encontramos no Dt 23,3, que proíbe o seu ingresso na comunidade do Senhor, pondo agora como condição que observe o sábado, procure a vontade de Deus e se mantenha firme na sua aliança. Em síntese: o eunuco é um personagem que, pela sua conotação étnica, social e religiosa, devia ser excluído do povo de Deus e da daqueles aos quais normalmente era destinado. Com efeito, apesar de Isaías e Lucas deles falarem como personagens estrangeiros cultos e ricos, e se terem aproximado do povo de Deus, este funcionário estatal não compreende o que lê, permanecendo obscura a palavra de Deus.

Os exegetas observaram que este relato segue o modelo que Lucas havia já apresentado no seu evangelho com a descrição da aparição do

(*) Presbítero da diocese de Milão, docente da Pontificia Università Urbaniana, na Faculdade de Ciências da Missão. Também leciona na Pontificia Facoltà Teologica Marianum e no Istituto Superiore di Catechesi e Spiritualità Missionaria Redemptoris Missio.

Ressuscitado aos dois discípulos de Emaús (Lc 24, 13-35); aqui como naquela situação, a narração é constituída por um encontro, um diálogo catequético, na forma de evangelização e de um gesto sacramental conclusivo. A diferença reside no facto de que o gesto conclusivo, naquele relato, não seja repartir o pão mas administrar o batismo. A vantagem deste paralelismo está no facto de o conjunto dos dois relatos mostrarem como a evangelização não contempla apenas o “estrangeiro” ou “o afastado” mas também o discípulo de Cristo. Como o estrangeiro também o discípulo tem momentos de crise e de incompreensão por que passam os evangelizados.

1. A evangelização em contextos modificados: uma difícil obediência

O relato começa com uma ordem de Deus, a qual, apesar da sua origem, permanece pelo menos estranha: “O Anjo do Senhor falou a Filipe e disse-lhe: «põe-te a caminho e dirige-te para sul, pela estrada que desce de Jerusalém para Gaza, a qual se encontra deserta». Ele pôs-se a caminho e foi para lá” (vv 26-27).

Com esta ordem se indica a Filipe uma meta ou um objetivo, mas temos apenas uma ordem – caminha - acrescentando-se uma indicação desconcertante: está deserta. O que Filipe deve fazer numa estrada deserta não foi indicado. Se compararmos esta passagem com a precedente e com a seguinte, a nossa admiração aumenta ainda mais. O caminho deserto está enquadrado entre duas ocorrências apostólicas de um certo relevo: a evangelização da Samaria, antes de mais, e a de Azoto e de Cesareia. No meio de ambas está uma estrada deserta. Esta situação, que pode ser imaginada, acompanhada por uma compreensível interrogação acerca do que está a acontecer, parece-me particularmente adequada para indicar quer a atual mudança que as comunidades cristãs estão a encontrar na Europa quer o modo como a vivem. Passámos de um clima de cristandade, em que a linguagem religiosa e alguns valores cristãos tinham um pacífico enraizamento cultural e social, para uma sociedade pós-moderna assinalada pela complexidade e pela pluralidade das linguagens e das expressões culturais. A situação de cansaço e de desânimo das nossas comunidades é muito semelhante ao caminho de Filipe por uma estrada deserta. De certeza que fica para trás um certo modelo de Cristianismo, encontrando-nos atualmente no limiar de um milénio que a alma profética de João Paulo II via como uma nova primavera da Igreja e da sua missão, mas que, não há dúvida, nos coloca uma série de problemas

Este desânimo explica nostalgias, medos, necessidade de segurança, procura de identidades fortes, que voltem a florescer no interior das comunidades cristãs. É altura de nos interrogarmos sobre se estas atitudes de temor e de defesa perante uma situação complexa e problemática serão verdadeiramente corretas, se são as respostas que o Ressuscitado espera de nós. Seguir por uma estrada deserta equivale ao fim de um mundo sagrado, dominado pelas atitudes e linguagens próprias daquilo que Jerusalém era – talvez – a imagem plástica. Seguir uma estrada deserta é sair do templo para estarmos onde as pessoas vivem e amadurecem as suas convicções, não propriamente religiosas, onde se discutem os problemas que “elas” consideram importantes para a própria vida. Seguir uma estrada deserta é um colocar-se da Igreja “noutro sítio”. É aceitar estarmos onde os centros de interesse são diferentes dos ambientes protegidos das nossas instituições. É aceitar estarmos onde a procura religiosa se esconde sob outros interesses; é suportar um sentido de aniquilamento e do provisório num clima de confronto, num leque plural de soluções, muitas vezes propostas de modo mais cativante ou mais agressivamente, do que nós fazemos.

Se sairmos da metáfora e transformarmos o caminho de Filipe numa estrada deserta, como a dos tristes e resignados discípulos de Emaús, então deparamos com um Cristianismo “de rosto triste”, incapaz de lhe renunciar, e que, quando fala de Jesus, não quer correr o risco de se entusiasmar.

Enquanto conversavam e discutiam, aproximou-se deles o próprio Jesus e pôs-se com eles a caminho; os seus olhos, porém, estavam impedidos de o reconhecer. Disse-lhes Ele: «Que palavras são essas que trocáis entre vós, enquanto caminhais? Pararam, de rosto triste. E um deles, chamado Cléofas, respondeu: «Tu és o único forasteiro em Jerusalém a ignorar o que lá se passou nestes dias!» Perguntou-lhes Ele: «Que foi?». Responderam-lhe: «O que se refere a Jesus de Nazaré, profeta poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo; como os sumos sacerdotes e os nossos chefes o entregaram, para ser condenado à morte e crucificado. Nós esperávamos que fosse Ele o que viria redimir Israel

Estamos perante um seguimento cansado e resignado, um modelo de vida cristã que renunciou a anunciar o Evangelho. Temos aqui um modelo de vida cristã e comunitária marcado por um “bloqueio da evangelização”. Classifico com este termo a conceção da fé em que um crente cumpre as suas obrigações, mas não assume a responsabilidade do Evangelho relativamente à sociedade em que vive. Vem-me à mente uma estranha interpretação da vida eclesial: as celebrações esgotam-se numa praxis cultural-litúrgica muito longe daquele cume e fonte de que falava o Concílio, enquanto

o dever da vida se limita a uma concepção do «dever cumprido», de carácter minimalista, que se contenta com evitar os pecados mortais. Apesar de ser já muita a seriedade em evitar os pecados mortais, isto coloca o centro da vida cristã na «amartiologia», a doutrina do pecado e não na alegria do Reino. Este género de testemunho cristão não é missionário e, sobretudo, não entusiasma e não comunica o que deveria ser vivido.

Há que dizer que este «bloqueio da evangelização» não se impôs de um momento para o outro, mas cresceu pouco a pouco, com base numa transformação e com a crise do tipo da dos tradicionais cristãos. Vamos à família cristã, antes de mais. Sobre a família pesava o dever de representar uma espécie de catecumenato minucioso: era a família que introduzia os adolescentes na oração assim como na vida moral, enquanto à paróquia, por meio do catecismo paroquial, dizia respeito verificar e completar esta sementeira. Atualmente, este modelo de comunicação da vida cristã dissolveu-se quase por completo; a maioria das famílias não representam uma escola de fé, e a catequese escolar ou paroquial tornaram-se inadequadas e insuficientes para uma sociedade profundamente transformada. Neste contexto pode e deve apostar-se nas famílias envolvendo melhor os pais; pode e deve trabalhar-se na reparação dos desgastes e das fragilidades retomando o batismo dos adultos e a problemática dos «reiniciados». Talvez tenha chegado o momento de nos interrogarmos se atualmente não se tornam necessários caminhos catecumenais.

Estas questões dizem respeito a toda a Igreja e não apenas a alguns dos seus membros com uma preponderância especial na pastoral do primeiro anúncio. A propósito, e com toda a razão, a teologia da iniciação cristã recorda que a fé é um dom e que a introdução ao mistério pascal se baseia na graça e não na psicologia. Igualmente, ao dizermos que a fé é o mistério insondável do encontro entre Deus e uma pessoa, diz respeito à Igreja criar um contexto de transparência e de sinceridade do qual sejam removidas formas de temor ou de uma apriorística recusa do transcendente dando-se lugar a uma escolha livre e verdadeira. Por outras palavras: ainda que o dom da fé diga respeito a Deus, também diz respeito à Igreja construir uma linha teológica e uma praxis pastoral de forma a integrarem a comunicação do Evangelho com a maturidade das pessoas e os problemas da sua identidade, enfim, capaz de as acompanhar na sua caminhada.

A comunicação autoritária do Evangelho, como verdade indiscutível, e a insistência no aspeto decisivo dos valores nem sempre é adequada a este nosso tempo, quer porque não valoriza as experiências das pessoas, não tendo em consideração tudo o que estas construíram, quer porque não aceita

a possibilidade de estar próxima da forma com que esta sociedade manipula as pessoas e seus consensos. De facto, a complexidade dos processos de identidade pessoal e a multiplicidade das experiências, tantas vezes negativas, trazem para primeiro plano uma sede não satisfeita, e uma necessidade de sentido não satisfeito; estes, apesar da sua problemática, são considerados legítimos pontos de partida. Este elo entre comunicação da fé e questão antropológica faz com que a comunicação da fé não possa dispensar a crítica quanto ao caráter fragmentário e consumista da vida de hoje: esta a condição indispensável para podermos abri-la a experiências significativas.

A antropologia pós-moderna provoca atualmente um profundo desânimo nas pessoas, o sentimento de vazio interior, de solidão e de falta de autenticidade que a sociedade se esforça por compensar de vários modos. A denúncia eclesial destas situações não equivale a um encaminhar para o desânimo para o qual não houvesse outra saída do que esta, a de um apoio de uma solução de autoridade. Equivale, antes, quer a assinalar os dramas antropológicos que remetem para a experiência da «pessoa dividida», iludida por uma liberdade apresentada como «fácil onipotência», como uma vida tranquila num quadro social de «dilacerações e contraposições», quer a trabalhar na busca de uma solução efetiva.

Esta dramática cisão entre racionalidade calculista e vida emotiva incide na liberdade, a qual, desta forma, se separa da verdade sendo encaminhada para formas de arbítrio: aí estão um centrismo do eu em que a felicidade – muitas vezes felicidade de consumo – é procurada e seguida como se fosse uma instância ética que tudo justifica.

Áreas até há pouco consideradas, como o corpo e o sexo, os sentimentos e a violação dos limites da psique, a mobilidade e multiplicidade de experiências transformaram os indivíduos não apenas em consumidores mas também em exploradores de novas sensações e de novas emoções. Semelhante antropologia não excluiu diretamente a fé, mas esteve perto disso.

Estes considerandos levam-nos a uma primeira e elementar conclusão. Há um estreito laço entre comunidade da fé e questão antropológica: assim, o cuidado pela vida está no centro de toda a comunicação da fé. Quer a figura do eunuco, com a sua inevitável exclusão para uma existência empobrecida e incapaz de gerar, quer também os discípulos cansados e resignados, não aparecem à altura deste cuidado pela vida, tendo, assim, necessidade do Evangelho. O ministério do primeiro anúncio não pode passar por cima desta preliminar atenção humana, de tal modo que os preâmbulos da fé, atualmente, acabam por identificar-se mais com verdades racionais

indispensáveis para o ato de fé – com aquelas elementares escolhas de vida que remetem para uma ética de promoção da própria dignidade e da dos outros. Ora, a respeito da questão antropológica, este tempo narcisista e consumista oferece, apesar de tudo, sinais consoladores de empenhamento civil e social, de atenção pelos últimos e de procuras religiosas; necessitamos de olhos que captem «semina Verbi» (sementes do Verbo) e para cairmos na conta do renascimento da esperança.

2. O coração do anúncio

No relato da evangelização do eunuco, o centro da passagem está no Atos 8, 35, onde se diz que Filipe, tomando como ponto de partida a passagem de Isaías, que o etíope estava a ler, «euçggelísato autô ton Içsún», isto é, «evangelizou-lhe Jesus». Em sentido literal, esta passagem de Lucas tem o mérito de precisar que o anúncio não é uma doutrina, mas uma pessoa e uma pessoa que nos incute uma surpreendente certeza: «Estarei convosco, todos os dias, até ao fim do mundo» (Mt 28,20). Esta pregação de Jesus deveria ser familiar a Filipe, dado que também a encontramos em Atos 8,5 em que se sintetiza a sua pregação na Samaria. Na verdade, a síntese da pregação de Filipe na Samaria diz que Filipe pregava «Cristo» na medida em que o relato dos Atos fala de Jesus.

Mesmo não prestando toda a atenção à missão de Jesus na Samaria (Jo 4,4-42) pode levantar-se a hipótese – e muitos fizeram-no – de que os samaritanos, distinguindo-se do etíope, já conheciam os principais episódios da vida de Jesus. Porém sou de opinião que, por legítima que seja esta suposição, há que levantar a hipótese quanto a duas fases da missão. Se a categoria «Cristo» remete para uma primeira elaboração teológica da fé, o termo «Jesus» introduz, por sua vez, uma história pessoal; trata-se de uma história que atribui à pessoa de Jesus e à sua atividade um significado escatológico: a sua vida revela a vinda do Reino e refere-se à luta contra as forças do mal, na prática do perdão como imperativo da graça e na cura das doenças, os sinais da presença do Reino. O aspeto decisivo da escatologia da figura histórica de Jesus é basilar; sem pegarmos na questão da relação entre o Jesus histórico e o Cristo da fé, é evidente que a história de Jesus – cuja fé é compreensão – é inseparável do Reino, com a sua ressurreição. Sem este ancoramento histórico-escatológico, a apresentação de Jesus como o centro da evangelização seria completamente discutível. Nesta base podem instaurar-se as diversas teologias que vão, da primitiva, do Cristo, à paulina da justiça de Deus, à joânica do Verbo. Estas determinações teológicas vêm

depois, mas devem poder exigir o significado decisivo, insuperável e definitivo – numa palavra, escatológico – da pessoa de Jesus.

O coração do primeiro anúncio é, pois, a relação entre o evento-Jesus e a sua perene atualidade, que a teologia funde na validação escatológica da sua pessoa; entendido na sua plenitude, o evento-Jesus surge interpretado como o daquela fé e daquele testemunho, que as comunidades cristãs servem. Para continuarmos necessitamos do nexos entre o evento-Jesus e a proclamação eclesial: de facto, afirmar que o evento-Jesus é escatológico, isto é, pleno de sentido, não equivale a garantir que seja também a proclamação da Igreja. Para esclarecer este nexos vou referir-me à teologia e à terminologia de Balthasar, o autor que, talvez, mais do que outro, baseou nisto a sua atenção. Apresenta o nosso tema estabelecendo um nexos entre o evento salvífico e a «forma» eclesial em que surge pensado, expresso e testemunhado. Esta relação é aquela pela qual a Igreja, que o proclama na sua verdade, vem, ao mesmo tempo, ser estritamente determinada por ele; a fé eclesial guiada pelo Espírito é a «forma» em que o evento-Jesus, que abrange o sentido e o valor da aventura humana, acaba por expressar-se em plenitude. Sob este ponto de vista, a unicidade irrepetível e singular de Jesus implica também a comunidade crente que se vê, assim, a ser determinada como acolhedora do seu mistério salvífico, «antes» ainda da sua disponibilidade para refletir e aderir ao mistério de Jesus. Na sua estrutura objetiva, a Igreja é, por graça, acolhimento e participação no mistério salvífico de Jesus, e a tal ponto que é devido a isto mesmo que está chamada a partilhar as suas orientações vitais.

Por outras palavras, a fé em Cristo comporta, por sua própria estrutura cristológica, a sua comunicação a toda a humanidade de tal forma que a natureza da Igreja é estruturalmente missionária. É o mistério salvífico da pessoa de Jesus que torna a Igreja missionária e não apenas a boa vontade dos crentes. Devido à sua estrutura cristológica, por um lado, a fé da comunidade remonta às pessoas divinas que, em Jesus feito homem, se comunica a toda a humanidade e, por outro, esta mesma fé, determinada pelo amor trinitário e pascal, compreende a comunicação como sua irrenunciável componente. Deste modo, o nexos entre o evento-Jesus e a problemática antropológica é completado com o nexos e seus nexos com a fé e fidelidade eclesial: nexos constitutivo é o que liga a Igreja a Cristo, como nexos apostólicos e missionários são os que a ligam à humanidade. Compreende-se, assim, como «no Verbo encarnado encontra verdadeira luz o mistério do homem» e como «a fé se reforça dando-a». Esta reivindicação do carácter cristológico da antropologia comporta necessariamente uma

crítica a todas as antropologias construídas sobre noções filosóficas: para quem acredita em Jesus é impossível ler a pessoa humana fora deste evento sem o depurar – por isto mesmo – da constituição do próprio projeto antropológico.

Apesar deste esforço, preocupado em afirmar a natureza de comunhão e missionária da fé da Igreja, nem sempre se atingiu uma prática coerente. Como anteriormente afirmei, as razões podem ser múltiplas, mas o resultado de uma longa e esforçada evolução são comunidades que a teologia descreve na sua beleza teológica, cristológica e pneumatológica, solenes e majestosas, mas que – na realidade – surgem assinaladas por um cansaço da fé, por uma silenciosa apostasia relativamente às orientações do magistério sobre muitas questões éticas e por um débil empenho missionário. São comunidades assinaladas por uma objetiva debilidade e por uma complexa e difícil situação histórica. Sem dúvida que esta fragilidade não nos leva a diminuir o horizonte apostólico para redesenhá-lo à sua medida; pelo contrário, serão estas comunidades a viverem, provavelmente, no futuro, o desafio que se joga aqui na Europa, no encontro com uma comunidade orgulhosa dos seus resultados e do seu caminho e que fez da pessoa humana o seu fundamental e, muitas vezes, único horizonte. Numérica e culturalmente em minoria estas pequenas comunidades reivindicam o horizonte totalizador e universal da sua fé.

Centradas em Cristo, o Verbo da verdade e do amor na concretude da sua carne, elas têm com este Filho divino uma apostólica comunhão decisiva. De tudo isto são chamadas a extrair uma forte consciência das suas tarefas ministeriais: a sua identidade consiste em estar ao serviço do Senhor para que a unidade do mistério salvífico, com a forma histórica que o revela, se torne presente no caminho ministerial da Igreja. Com toda a sua fé, estas comunidades podem não dispor dos conteúdos e das dinâmicas do ágape pascal ao seu dispor. Por esta razão, devem ser vigilantes no sentido de evitarem qualquer pretensão e todos os equívocos, todo e qualquer laxismo e todo e qualquer orgulho. Com certa surpresa devíamos registar o facto de que este ministério pareça, na atualidade, funcionar melhor nos pequenos grupos, os quais, indo diretamente à Sagrada Escritura e à liturgia dela fazem fundamento de um compromisso concreto quer eclesial quer social e não nas figuras clássicas do ministério ordenado e da instituição eclesial.

Estará aqui uma palavra, um aviso que Cristo nos queira dirigir? Não sei. Porém vejo que, enquanto a Igreja se ocupa de uma ténue situação social empenhando-se em redefinir os limites e o sentido de uma presença sua, estes grupos apostam melhor em cortar com o cansaço e dureza dos

problemas de identidade pessoal. Não se pode deixar de observar que é a inspiração cristã de uma presença sociocultural o ponto crítico da proposta cristã. Resta compreender se estas pequenas comunidades e a sua significativa ação no campo da investigação e da recuperação da identidade pessoal é uma ação profética que antecipa o futuro da Igreja ou é simplesmente o terreno natural de pequenos grupos estruturalmente inadaptados face a uma ação diferente. Seja como for, lembrarei que Cristo não garantiu o triunfo terreno do Evangelho exigindo que se trabalhe para fazer do amor e do serviço o fundamento de uma base social autenticamente humana: «que entre vós não seja assim; quem quiser ser grande que seja vosso servo; quem quiser ser o primeiro que seja o último de todos» (Mt 10, 43,44).

Em todo o caso, quem trabalha com os adultos para reintroduzi-los na fé, acompanha pessoas à procura e vive o ministério do primeiro anúncio, fica automaticamente próximo destes pequenos grupos e do respetivo tipo de trabalho. Não se preocupa em traçar projetos pastorais brilhantes e definitivos, mas simplesmente se empenha em testemunhar o amor recebido no acolhimento e no acompanhar os irmãos. Creio que neste serviço se encontra também um valor profético para a Igreja, uma luminosa antecipação: precisamente porque participação no caminho apostólico da Igreja, aquele sentir com a Igreja, vivendo o primeiro anúncio, expressa um testemunho dos caracteres profético-sacerdotais do povo de Deus, que virá, e abrem o coração à confiança no futuro. Nesta nossa Europa o prestígio terreno de uma representação eclesial dos homens e das mulheres da atualidade talvez se tenha perdido não só para o mundo da cultura e do trabalho, mas também para a juventude e as famílias. Neste contexto conserva toda a sua importância este reencontrado amor pela Igreja. Como recordam os Atos 1, 8, aos discípulos não é dado saber se, como e quando virá o Reino de Deus, mas é-lhes exigido acolherem a força que vem do Espírito e de levar por toda a parte o testemunho que dele brota. É com esta Igreja que sonho.

Parece-me que, apesar de tudo, se podia tirar uma breve conclusão: aquela que, no seguimento do ministério apostólico, rejeita qualquer separação entre vida ativa e vida contemplativa. Apesar deste tema ser teologicamente pacífico, não o é, de facto, no que respeita ao aspeto educativo e pastoral. Chegou a altura de se afirmar a unidade da vida cristã antes das suas distinções carismáticas; para tomar isto a sério, quanto ao ministério apostólico de toda a Igreja, significa reconsiderar a vida contemplativa também em termos apostólicos: enquanto a vida cristã vive a diferença numa diferença de horários, de ambiente, de trabalho e de relações, a vida contemplativa deve interrogar-nos sobre o que fazemos deste testemunho da diferença,

entre uma vida evangélica e um princípio de acompanhamento e de apoio para pessoas hesitantes, cansadas, ansiosas e assim por diante. A oração para a Igreja não basta. É necessário que os conventos voltem a ser escolas de vida cristã. No entanto, é necessário que a vida apostólica saiba dar testemunho de que a sua atividade deriva da oração e da comunhão com o Senhor. A união com Cristo, centro de todas as experiências eclesiais, é sempre apostólica; faz desse grupo ou desta comunidade a cidade sobre o monte ou a luz que ilumina todos os que estão em casa como se escreve em Mt 5, 14-16. O relativo embaciamento da santidade, que hoje vivemos, coloca em questão todo o testemunho da Igreja e afeta a seriedade do nosso seguimento.

Neste itinerário, o mistério do primeiro anúncio está seguramente implicado. A conceção liberal de um intimismo cristão, de uma privatização da fé, essencialmente encarnatória, não é aceitável: antes ainda do que com a teologia política de Metz chocaria com o caráter cristológico de uma fé essencialmente encarnatória e escatológica: «a salvação para a qual tende a fé cristã na esperança, não é, de facto, uma salvação privada. A proclamação desta salvação arrastou Jesus para um conflito mortal com os poderes públicos do seu tempo. A sua cruz vem a levantar-se não no «privatissimum» do espaço individual; nem sequer no «sanctissimum» do espaço unicamente religioso. Mas, para além das barreiras protetoras do privado ou fora do recinto religioso puro, ela levanta-se «fora», segundo a fórmula da Carta aos Hebreus. O véu do templo rasgou-se para sempre». O primeiro anúncio exige completar-se numa Igreja à altura dos desafios do nosso tempo.

É nisto que reside o caráter profético do primeiro anúncio: na medida em que remete para uma comunidade atenta aos caminhos das pessoas e disposta a acompanhá-las com palavras de misericórdia e com o Evangelho da esperança, exige-a enquanto a constrói. A dimensão eclesial do primeiro anúncio não pode contentar-se com uma comunidade serena e tranquila, com o «trabalho feito», mas procura incutir-lhe movimento ao longo do caminho, que vai da interioridade da comunhão com Cristo aos valores do Reino. Este sentir com o Evangelho dá origem a um sentir «cum Ecclesia». De certa forma, é dela uma primeira germinação. Emanação da plenitude de Cristo, o primeiro anúncio institui uma tal circularidade entre Cristo e a Igreja que esta reside sempre mais em Cristo se, como Cristo, é sempre mais sinal do Reino para toda a humanidade. Por este motivo, o ministério do primeiro anúncio não terá terminado de cumprir-se quando tiver acompanhado todas as pessoas até à fé, mas quando tiver dado apaixonadamente o seu contributo com vista a uma Igreja à altura dos tempos atuais.

3. A atenção às condições do anúncio

O texto dos Atos 8,29-34 surge finalmente assinalado por uma fina pedagogia, modelada pela já utilizada pelo Ressuscitado com os discípulos de Emaús (Lc 24,15-24). Esta consiste na disponibilidade para acompanhar a investigação do eunuco, respeitando os tempos, não impondo nada forçado. De facto, Filipe chega ao eunuco, mas senta-se no carro a seu lado, quando é convidado, fornecendo explicações apenas quando lhe são pedidas. Porém, esta respeitosa pedagogia está atenta quanto a fazer progredir a investigação com perguntas com este teor: «compreendi o que li?». É desta forma que Lucas dá relevo à inadequação entre um caminho individual e isolado e a necessidade de um guia autorizado: «como poderei compreender se ninguém me orienta?» São indicações cheias de sugestões que a narração dos discípulos de Emaús enriquece com ulteriores anotações psicopedagógicas como a passagem da tristeza do rosto (v. 17) ao ardor do coração (v. 32), sob o impulso da Palavra (v. 27).

Num contexto pós-moderno, o acompanhamento requer a capacidade de nos colocarmos, com respeito, ao lado de quem anda a interrogar-se; os modos e os tempos desta interrogação não são fixados rigidamente e impostos de propósito por aquele que acompanha a caminhada, mas são ditados a quem procura e ao seu acompanhante de caminhada interior, que também procura, e ao progressivo abrir do seu coração. Servidor da ação do Espírito e respeitador da liberdade do outro, o evangelizador não tem poder sobre a fé do outro, mas acompanha-o com paciência, disponibilidade e inteligência. Esta pedagogia não-diretiva, dialógica e respeitadora da condição adulta do outro é particularmente significativa para o nosso tempo.

Num clima que sufoca a investigação e quer certezas imediatas e simplificadoras compete ao evangelizador manter em aberto as questões que derivam da existência ou da história e orientá-las com suave firmeza. Isto implica um discernimento dos factos e uma verificação da vida de quem vem acompanhado: removendo a subtil violência das aparências e, apelando para Deus, como último segredo da vida, trata-se de clarificar a diferença entre tudo o que é provisório e tudo o que é definitivo até ao ponto de demonstrar como Deus é servido com gestos e escolhas concretas. Não é uma tarefa fácil, nem sequer sempre e apenas progressiva. É preciso fazer surgir as perguntas e os desejos profundos e ocultos, a pretexto de muitas investigações, para experimentar reformulá-los em diálogo, pelo caminho da verdade e da liberdade do indivíduo.

Na Sagrada Escritura, um coração reto e dócil é sempre fruto da Sabedoria e dom do Espírito. Por outras palavras: é o próprio Deus que nos introduz na compreensão da vontade divina e do caminho que a serve. O verdadeiro guia de qualquer caminho espiritual é sempre o Deus que abre os corações à conversão e à escuta da Palavra. Somos apenas colaboradores e somo-lo quando e porque vivemos daquela interioridade e docilidade que só o Espírito suscita. Neste caminho nenhuma procura pode esquecer a prioridade de Deus. Como recorda 1Jo 4,19, foi Deus quem nos amou primeiro. Por isso, a nossa procura deve reconhecer que somos nós os procurados e que o nosso caminho é sempre só acolhimento da sua presença. Por isso, a procura espiritual implica sempre uma conversão ou mudança dos próprios critérios, o ir para além das aparências.

Isto não equivale a uma rutura com todo o humanismo, mas em reassumilo sob o signo de Cristo: «concluindo, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é nobre, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é respeitável, tudo que possa ser virtude e mereça louvor, tende isso em mente» (Fil 4,8). Porém, devemos lembrar que o caminho espiritual das pessoas é uma história aberta, continuamente modificável, para a qual se leva connosco toda a vida, com seus limites e suas fragilidades, a voltamos a percorrer e a transformar baseando-nos na força daquele Espírito que é para todos motivo de esperança e de confiança.

Colaborador do Espírito, o evangelizador é um guia a quem se pede uma competência que nasça quer do estudo quer da experiência, uma preparação capaz de redizer a fé noutra contexto cultural e em relação com o vida vivida pelas pessoas. A relação que se instaura entre quem procura Deus e quem anuncia o Evangelho não pode ser uma relação de dependência, mas terá que respeitar e favorecer o caminho de quem anda à procura. Deste modo não pode apoiar-se numa falta de autonomia ou a pretexto da necessidade de segurança; terá em vista deixar de lado toda e qualquer pretensão de autossuficiência para ajudar a apoiar a sua própria vida em Cristo, reconhecendo que tudo vem dele e a Ele conduz. Por conseguinte recusa o orgulho e o entusiasmo infantil, de que se fala em 1Cor 13,11

Estas indicações têm a sua força, mas completam-se com as que dizem respeito à comunidade. Um exercício do primeiro anúncio que não fosse apoiado por uma comunidade de acordo com as atitudes, que animam este ministério, viria, inevitavelmente, a ser desmentido. Por isso é necessário completar a pedagogia do primeiro anúncio com alguma anotação sobre as comunidades que praticam este tipo de anúncio, sobre o que lhes é exigido. Devemos dizer que, nesta Europa, as comunidades não têm pela frente

simplesmente – como é costume dizer-se – o mundo, mas mais precisamente um mundo que se separou da fé cristã e que, por isso mesmo, é atravessado por uma ferida que o torna suspeito se for de Cristo. O que me parece importante sublinhar é que esta fratura é a manifestação histórica de um problema que se inicia no interior da própria Igreja e que, também hoje, interpela aquela Igreja que não é imune a nenhuma mentalidade e a nenhuma cultura na qual esteja objetivamente inserida.

Uma comunidade que aceite repensar-se como comunidade de anúncio deve deixar plasmar-se pela força evangélica e eucarística do seu Senhor. Como lembrava Paulo VI, só uma comunidade evangélica pode tornar-se evangelizadora (*Evangelii Nuntiandi* 15). Por isso, uma comunidade suporta a evangelização e o primeiro anúncio colocando no centro da sua vida aquelas dinâmicas «espirituais» – a Palavra, a Eucaristia, o Espírito – que só por si formam os crentes para o seguimento e a liberdade de discípulos. É desta forma que vive aquele nexos, de que falámos, entre comunicação e cristologia.

Quanto ao nexos que reconhecemos entre comunicação da fé e questão antropológica, fica claro que a sua aplicação leva a considerar a comunidade do primeiro anúncio e o ministério, daqueles que o exercem, como um serviço situado na fronteira entre a fé e o humano. Problemático sempre, este é particularmente difícil na Europa onde prevalece uma interpretação da vida ligada ao bem-estar consumista, fechado ao sobrenatural, mas com algum sobressalto de solidariedade sob o impulso emotivo de alguns eventos. Numa situação de minoria numérica, a problemática da fé, não é algo fácil; numa sociedade em que Deus não é evidente, a fé é uma escolha que só pode chegar a uma conclusão no fim de um complexo itinerário. O desânimo e a angústia, presentes talvez sobretudo nesta sociedade orgulhosa dos seus êxitos, não são automaticamente «necessidade de Cristo» ainda que possam conduzir a Ele. Simplesmente, não passam do testemunho de uma profunda mudança que, tendo eliminado no pós-modernismo toda e qualquer ideologia totalizadora, descobre a perda de qualquer ponto de referência, assim como o risco do vazio.

Viver evangelicamente numa sociedade semelhante, ou no mundo, não é fácil; menos ainda é aprender a considerar os problemas com espírito missionário, isto é, discernindo-os e interpretando-os com vista a dar testemunho. Se é cansativo pôr em questão os dinamismos concretos da vida de uma comunidade que deveria situar-se na história e crescer através da mesma, continua a ser esta a grande tentação, em vez de gerirmos o presente, em vez de olharmos, com confiança e criatividade, o futuro e o novo. Sem renunciar à comunicação da verdade e dos valores evangélicos,

há que prestar atenção às pessoas – crentes e comunidades – convidando-as e orientando-as para projetos apostólicos. A convicção de que, com o tempo, cedo ou tarde, a verdade acabará por impor-se não se reflete suficientemente sobre a atual manipulação do consenso, correndo o risco de permanecer prisioneira de um quadro platônico de escolhas pedagógicas.

Na prática, o nexó entre comunicação da fé e questão antropológica revela-se concretamente como anúncio do Evangelho numa situação de «conflito de antropologias» que não corresponde ao tradicional ambiente catequético. Neste contexto, a formação do discípulo deve contemplar a formação de uma consciência pessoal adulta. Numa situação cultural em que as condições subjetivas da autoconsciência moderna foram introduzidas para determinar a decisão ética e, por conseguinte, o bem e o mal, diz respeito a quem exerce o ministério do primeiro anúncio evidenciar que o processo de autoconsciência seja aumentado até que a sua abertura intencional última coincida com «a verdade». Diz respeito ao educador cristão apresentar a verdade não como um conjunto de noções, mas como uma pessoa – Jesus – ao ponto de instaurar e acompanhar o caminho da liberdade, estimulando-a e não a oprimindo. Impõe-se um acompanhamento pessoal que, juntamente, com uma consciência reta tenha como objetivo formar uma consciência «verdadeira». Introduzir na fé não é defender certezas dogmáticas ou fazer a apologia de escolhas éticas, mas é ser semente do Evangelho de Jesus acompanhada da atitude confiante do semeador de Mt 13,3-9. Na verdade, resta, como recorda Jo 4, 37-38, que nem sempre o cansaço da semente coincide com a alegria da ceifa.

Aprofundar bem fundo estas indicações implicaria, de alguma forma, o retomar da mistagogia. Não foi por acaso que na época patrística se desenvolveu a formação dos catecúmenos com a catequese; mas estes, uma vez neófitos, pelo renascimento batismal, completavam-na com a mistagogia. Apesar de se apontar para esta segunda fase, o primeiro anúncio não deveria terminar com o batismo. Que me seja permitido citar, a propósito, o episcopado italiano, que exige uma «conversão pastoral» que estabeleça uma relação entre a comunidade batismal e a eucarística, atualmente demasiado separadas. Seria este o momento mistagógico de ir ao encontro de fermentos religiosos do nosso tempo e inseri-los na caminhada da fé das pessoas. Oxalá que isto possa transformar-se na credibilidade da Igreja e no seu testemunho.

Uma série tão grande de tarefas não poderia imaginar-se sem uma multiplicidade de vocações e de papéis eclesiais. Estas maneiras diferentes e complementares de nos referirmos ao Evangelho e de participar na eucaristia

são valorizadas e pretexto de colaboração através de um projeto organizado da pastoral. Deste modo não se terá apenas um apoio carismático de «fiéis a Cristo» e a uma Igreja empobrecida de sacerdotes, mas ficaria valorizado melhor o povo sacerdotal, profético, carismático e católico, de que fala a *Lumen Gentium 10-13*. Esta Igreja, sem inúteis lamentações sobre as dificuldades do nosso tempo, é aquela que – na minha opinião – o Espírito Santo chama atualmente a realizar-se.

**CONSELHO DAS CONFERÊNCIAS EPISCOPAIS
DA EUROPA
CONGRESSO DA CATEQUESE**

**«A INICIAÇÃO CRISTÃ NA PERSPETIVA
DA NOVA EVANGELIZAÇÃO»**

Roma, maio de 2012

«A iniciação cristã na perspectiva da nova evangelização»

(cf. *Lineamenta* n° 18 e *Instrumentum laboris* do Sínodo)

MONS. PIERRE-MARIE CARRÉ (*)

I – O Sínodo dos Bispos para a Nova Evangelização

Na preparação de um Sínodo dos Bispos, a primeira etapa consiste na publicação dos *Lineamenta*. O seu objetivo consiste em fazer uma primeira apresentação do tema escolhido pelo Santo Padre a fim de que o conjunto da Igreja Católica, Conferências Episcopais, Dicastérios romanos, superiores gerais das Congregações, movimentos de leigos, possam transmitir as suas experiências, as suas observações, as suas questões. Os *Lineamenta*, abordando «A Nova Evangelização para a transmissão da fé Cristã», têm a data de 2 fevereiro de 2011. Precisava-se que as respostas deveriam ser sintetizadas e enviadas à Secretaria geral do Sínodo até 1 de novembro de 2011.

A partir destas respostas elaborou-se o *Instrumentum laboris* do Sínodo que deve ser publicado ao longo deste mês de maio. O tema escolhido para esta 13ª Assembleia geral ordinária do Sínodo dos Bispos é apaixonante. Já suscita muitas esperanças e expectativas. É também um tema vasto, pois, na vida da Igreja, haverá alguma coisa que não tenha a ver com a Evangelização? Um risco surge quase de imediato: o da insignificância, pois a nova evangelização deve abarcar dados específicos para não se tornar um simples slogan na moda.

(*) Arcebispo de Montpellier. Secretário Especial da XIII Assembleia Geral Ordinária dos Bispos (7-28 de outubro de 2012) “*Nova evangelizatio ad christianam fidem tradendam – A Nova Evangelização para a Transmissão da Fé Cristã*”.

Os *Lineamenta* consagram um longo parágrafo (n. 18) ao tema intitulado «a iniciação cristã, processo evangelizador». Este desenvolvimento vem no início do terceiro e último capítulo intitulado « Iniciar à experiência cristã».

Antes de irmos mais longe, lembremos que o tema do próximo Sínodo não é a catequese enquanto tal, e não se limita aos sacramentos de iniciação. A sua perspectiva é mais vasta. Englobará os seus elementos, muito importantes, numa perspectiva mais alargada, dando-lhes o seu verdadeiro sentido.

Quais são as insistências deste parágrafo 18 dos *Lineamenta*?

- Evoca, antes de mais, todos os esforços levados a cabo para rever os percursos de introdução à fé e do acesso aos sacramentos. À imitação das jovens Igrejas, as Igrejas da antiga evangelização têm em conta os percursos específicos de iniciação na fé dos adultos e não, apenas, os das crianças.

Assim se vai ao encontro das propostas do Diretório Geral da Catequese quanto ao que significa uma preparação séria, no tempo, com o objetivo de permitir uma verdadeira inserção dos batizados na comunidade cristã. Visa, por isso, os percursos de preparação para o batismo para os pais que pedem o batismo para os seus filhos, mas também realizações de tipo mistagógico.

- Uma outra insistência deste parágrafo diz respeito aos sacramentos da confirmação e sobre o seu lugar no seio dos sacramentos de iniciação. É conveniente rever cuidadosamente a solidez dos argumentos apresentados para retardar a sua celebração até à metade da adolescência. A esse respeito, reenvia-se à prática das Igrejas do Oriente.

Certamente, os redatores dos *Lineamenta* estão conscientes de que tais mudanças não são de ordem periférica. Eles afirmam que «será pelo modo como a Igreja no Ocidente souber gerir esta revisão das suas práticas batismais que dependerá a face futura do cristianismo no mundo e a capacidade da fé cristã de falar à sua cultura». Citam diversos desafios que se colocam à Igreja:

- Encontrar um lugar mais adequado para o sacramento da confirmação.
- Reatribuir conteúdo e energia à dimensão mistagógica dos percursos de iniciação.
- Não delegar a percursos escolares de educação cristã a tarefa que pertence à Igreja de anunciar o Evangelho e de engendrar a fé.

Em tudo isto, requer-se operar o discernimento que é conveniente e, depois, adotar os estilos de ações pastorais apropriados.

Elementos fornecidos pelas respostas aos *Lineamenta*

Uma síntese foi realizada a partir das respostas enviadas ao Secretariado geral do Sínodo, pela *Festum omnium sanctorum*. Gostaria de apresentar alguns elementos para se perceber se as respostas fizeram um bom eco do texto e questões dos *Lineamenta*.

A síntese anota, com satisfação, que as Igrejas locais receberam como um dom que permite descobrir o sentido profundo do batismo, a presença de um número significativo de adultos que pediram para receber o batismo. A preparação, o apelo decisivo, a celebração dos escrutínios e do batismo alimentam a fé da comunidade cristã.

Do mesmo modo, a catequese das crianças e os seus percursos sacramentais são encarados não sob o ângulo familiar e puramente privado, mas sob o aspeto eclesial. Tornam-se um testemunho.

O que falta fazer para permitir uma transformação!

Muitos esforços são levados a cabo para preparar itinerários de iniciação cristã, procurando unir os sacramentos da iniciação cristã, implicando sobretudo as comunidades paroquiais e, particularmente, os pais, assim como os padrinhos e as madrinhas. As respostas que dizem respeito à confirmação apresentam uma grande diversidade, se bem que parece difícil que se queira unificar as práticas. Não correríamos o risco de perder uma real riqueza? O essencial é que o sacramento da confirmação encontre o seu lugar no itinerário da iniciação cristã.

O *Instrumentum laboris*

Está quase pronto. Este texto, recordemo-lo, não está destinado a ser discutido enquanto tal no seio da Assembleia sinodal. Tem por objetivo balizar a reflexão dos padres sinodais propondo uma ordem lógica para as intervenções da primeira parte do Sínodo. Para isso, o documento comporta, para além da introdução e da conclusão, quatro partes:

- Jesus Cristo, Evangelho de Deus para o homem.
- O tempo da nova evangelização.
- Transmitir a fé.
- Reavivar a ação pastoral.

A iniciação cristã vem no topo deste último capítulo. Ela é chamada de «processo evangelizador». Antes de mais, é declarado que as Igrejas locais apreenderam esta questão, mas esse trabalho evangelizador está longe de ser alcançado.

Três certezas são enunciadas:

- O batismo das crianças pequenas é a prática mais habitual; é o fruto de uma fé realmente aculturada e não o resultado de um simples hábito. Os que atrasam o batismo fazem-no sob pretexto de uma escolha livre na idade adulta. Vê-se aí um sinal de secularismo.
- Surgem bastante numerosos pedidos de batismo respeitando os adultos e os adolescentes. Estes pedidos são interpretados como um dom do céu. Permitem às comunidades cristãs descobrir o sentido profundo do batismo.
- A estrutura do catecumenado, tal como se apresenta no Ritual (RICA) é largamente utilizada. Muitos percursos catequéticos são, de facto, algum tipo de “catecumenado pos-batismal”, para retomar a expressão do Catecismo da Igreja Católica (n.1231). Procuram ultrapassar a rutura entre liturgia e vida e revelar o sentido do percurso vital dos sacramentos.

Num tal quadro, que contributo dá a nova evangelização? Ela impulsiona a consolidação dos esforços já realizados e as reformas em curso no sentido

de que encontrem o seu lugar num verdadeiro percurso de iniciação cristã capaz de tornar a fé mais forte, tanto para os catecúmenos como para o conjunto da comunidade cristã.

A pastoral batismal, no sentido amplo do termo, é um dos espaços prioritários da nova evangelização. Quanto à confirmação, o *Instrumentum laboris* toma nota das ideias fornecidas. E espanta-se porque a prática das Igrejas católicas orientais ainda não foi recebida, pelo menos, como uma questão.

Finalmente, este desenvolvimento termina com a indicação dos temas que o Sínodo poderia estudar com fruto e anota uma frase de *Sacramentum Caritatis* (n. 18) «as Conferências Episcopais verifiquem a eficácia dos percursos de iniciação atuais, para que o cristão seja ajudado, pela ação educativa das nossas comunidades, a maturar cada vez mais até chegar a assumir na sua vida uma orientação autenticamente eucarística, de tal modo que seja capaz de dar razão da própria esperança de maneira adequada ao nosso tempo (1 Pd 3, 15)».

O Sínodo apoiar-se-á sobre as práticas seculares da Igreja, que não cessa de acolher novos filhos desde as origens, para que sejam conformados com Cristo. Desde sempre, como o recordava o Beato João Paulo II na carta *Novo Millennio Ineunte*, ela não cessa de pôr em ação o mesmo programa que «já existe: é o mesmo de sempre, expresso no Evangelho e na Tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar, imitar, para n'Ele viver a vida trinitária e com Ele transformar a história até à sua plenitude na Jerusalém celeste. É um programa que não muda com a variação dos tempos e das culturas, embora se tenha em conta o tempo e a cultura para um diálogo verdadeiro e uma comunicação eficaz. Este programa de sempre é o nosso programa para o terceiro milénio. Mas, é necessário traduzi-lo em *orientações pastorais ajustadas às condições de cada comunidade.*» (n. 29).

Como será o Sínodo? Quais serão os seus frutos? É impossível dizê-lo por antecipação! De entre as tentativas formuladas, uma das mais importantes consiste em que seja capaz de perceber qual é a situação atual para se anunciar o Evangelho de modo adaptado. Um trabalho de discernimento espiritual é, pois, necessário.

Antes de examinarem todas as formas de anúncio, por veneráveis ou pertinentes que sejam, os documentos preparatórios do Sínodo pretendem ter uma perspectiva global, para escapar ao risco de se limitarem a receitas pastorais, sem medir o contexto. Convém, pois, sensibilizar as nossas dioceses, paróquias, catequistas, movimentos, para que percebam o que é a força do Evangelho e o que ele oferece: a possibilidade de um encontro pessoal com Cristo Jesus, encontro que conduz a uma mudança de vida, a uma verdadeira conversão. É deixando-se evangelizar que nos tornamos evangelizadores.

O *Instrumentum laboris* escreve no n. 42: «o anúncio do evangelho é uma questão espiritual». De facto, ela toca a capacidade da nossa igreja e das nossas comunidades de serem comunidades verdadeiramente fraternais, onde os seus membros se apoiam nos seus caminhos para a santidade.

Certamente, não se deve idealizar as comunidades cristãs. O Diretório Geral da Catequese nota que é necessário, como ponto de referência sólido para a catequese paroquial, um núcleo comunitário formado por cristãos maduros, já iniciados na fé, para os quais se reservará uma atenção pastoral adaptada e diferenciada. Este objetivo será alcançado mais facilmente pela promoção de pequenas comunidades eclesiais (n. 256). Isso não exclui a família, onde se realiza:

- Um testemunho silencioso na vida quotidiana.
- O acompanhamento na procura de sentido quando se dão acontecimentos particulares ou de festa.
- O retomar, ou a interiorização da catequese mais metódica, que as crianças recebem na comunidade cristã (cf. n. 255).

O Diretório apela para isto: «despertar religioso da criança no seio da família», ou ainda, «primeira iniciação», «iniciação à vida cristã», «despertar para o sentido de Deus», «primeiros passos na oração».

II - A Iniciação Cristã

O que implica a noção de iniciação cristã?

Certamente o Sínodo não se limita às crianças e aos jovens de 7 a 16 anos. Os textos que tenho vindo a resumir, ou a citar, dizem respeito a todas as idades da vida e desejam que todos sejam implicados.

- A especificidade da iniciação cristã é a da sua perspectiva global. Ela pretende unir o que é, frequentemente, separado. Assim, a mensagem da fé cristã, a sua pedagogia, a entrada na comunidade crente, a aprendizagem da oração e da liturgia, o agir cristão, não são realidades justapostas, mas orgânicas. Tal exige um esforço real, pois é muito mais fácil, tanto na prática como na reflexão, analisar os dados separadamente.
- A iniciação cristã pede etapas, necessita mesmo de passagens e de limiares. Parece-me que não é da ordem do longo rio tranquilo!
 - As etapas do catecumenato de adultos são uma ilustração destes ritmos e exigências.
- A iniciação cristã necessita de meios e de pessoas.
 - É preciso permitir a cada um o acolhimento de Deus que o chama.
 - É indispensável que estejam presentes as testemunhas da fé.
 - Precisamos de encontrar formas de primeiro anúncio.

Pode-se pensar que sabemos catequizar e formar pessoas que já creem, mas sentimo-nos embaraçados quando se trata de proclamar o Kerigma numa situação socialmente inédita.

- As comunidades cristãs estão preparadas para o que as espera? Espírito comunitário, vida cristã autêntica, enraizamento em Cristo, acolhimento da Palavra de Deus...

Porquê falar de iniciação Cristã?

Não convém considerar demasiado rapidamente que a iniciação cristã é um fenómeno que caminha por si. Sem dúvida a nova evangelização terá de aprofundar estes dados de modo a não se arriscar a afundar na simples repetição de alguns slogans. Se hoje retomamos amplamente este tema é porque nos tornámos conscientes de vários fatores:

1. A fé cristã não é uma realidade que se recebe com o nascimento, de modo quase automático. Retomemos o que escrevia já São Justo: «o nascimento faz-nos filhos da necessidade e da ignorância» e o batismo torna-nos «filhos da eleição e do conhecimento» (1ª Apologia, n. 61) e Tertuliano escrevia de modo mais lapidar: «não se nasce cristão, tornamo-nos cristãos».

Hoje, isso é evidente aos nossos olhos. Basta pensar no sofrimento de pais e de avós perante o facto dos seus filhos ou netos não seguirem o caminho da fé cristã em que eles os educaram.

2. Tornar-se cristão não é um itinerário puramente pessoal. O caminho para a fé é balizado nas suas grandes linhas. A fé é uma passagem para a integração na comunidade daqueles que creem em Cristo Jesus. Podemos, pois, apresentar uma série de etapas a percorrer inteiramente, sem que a ordem seja necessariamente imperativa, pois as portas de entrada na fé são múltiplas.
3. Nos evangelhos, Jesus apela a que se O siga, tornando-se seu discípulo. Ele propõe uma entrada no mistério. De algum modo, trata-se de colocar a existência sob o olhar de Deus e da sua ação. De facto, Jesus não abriu nem uma escola nem uma academia. Ele forma os discípulos no reconhecimento das circunstâncias e dos encontros, pelo testemunho dos seus atos e pela sua maneira de viver tanto quanto pelas suas palavras. Será necessária a sua morte e a sua ressurreição, assim como o dom do Espírito Santo, para que o conjunto tome corpo e os discípulos possam verdadeiramente crer nele e tornar-se suas testemunhas.

Crer não é, pois, somente saber. A fé implica múltiplos domínios da existência: corporais, simbólicos, sociais. A iniciação cristã tocará, então, a sensibilidade, a memória, a vontade, a inteligência e o coração.

4. A iniciação pede também um certo tempo para poder desabrochar, tocar as diferentes esferas da existência e permitir uma maturação progressiva. O tempo, por si só, também não é suficiente. É preciso ter acompanhadores iluminados que percebam bem tudo o que implica um itinerário espiritual do crente e que sejam capazes de ajudar à progressão, sabendo bem que ela não é linear.

No nosso mundo, com a comunicação cada vez mais virtual e eletrónica, é a imediatez que domina. Aprender o sentido da duração não acontece sem ajuda!

5. A iniciação exige também que se descubra a Igreja. Iniciando novos crentes, a Igreja rediz-se a si mesma quem ela é: a comunidade daqueles que procuram seguir o Cristo, que procuram deixar-se formar por Ele. Esta é uma parte significativa da identidade da Igreja. Esta descoberta da Igreja e do que ela mesma deve viver, é preciso sublinhar, num contexto onde a sua imagem, tal como ela é frequentemente apresentada, é má e marcada por escândalos.

Qual é o itinerário a percorrer ?

Este itinerário está apresentado em diversos documentos da Igreja. Limito-me a citar alguns extratos.

- *Ad Gentes* n.s.13-14, no quadro da pregação do Evangelho e da incorporação do Povo de Deus, fornece uma exposição densa. O que é pedido ao novo convertido é «um itinerário espiritual pelo qual, comungando já pela fé no mistério da morte e da ressurreição, passe do homem velho ao homem novo». Esta passagem, acrescenta o Concílio, «que traz consigo uma mudança progressiva de mentalidade e de costumes, deve manifestar-se e desenvolver-se, com as suas consequências sociais, durante o tempo do catecumenado». O n.14 precisa que «o catecumenado não é mera exposição de dogmas e preceitos, mas uma formação e uma aprendizagem de toda a vida cristã; já prolongada de modo conveniente, por cujo meio os discípulos se unem com Cristo seu mestre. Por conseguinte, sejam os catecúmenos convenientemente iniciados no mistério da salvação, na prática dos costumes evangélicos, e com ritos sagrados, a celebrar em tempo sucessivos (18), sejam introduzidos na vida da fé, da liturgia e da caridade do Povo de Deus.
- O Diretório Geral da Catequese (1997) retoma e desenvolve largamente esta questão. Revelarei somente o que diz sobre o tema do ministério da Palavra de Deus na evangelização (n.s 50-52) apresentando as suas funções principais: a convocação e apelo à fé, isto é, o primeiro anúncio, o despertar da fé; a iniciação que compreende a catequese a celebração dos sacramentos; a educação permanente da fé; a liturgia; a teologia.

O n.58 precisa que «Em muitos países de tradição cristã e, às vezes também nas Igrejas mais jovens, existe uma «situação intermédia», onde «grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé». «Esta situação requer uma «nova evangelização». A ação missionária exige como prioritário o primeiro anúncio e uma catequese de base. O primeiro anúncio corresponde à primeira pregação de Jesus: «Completo-se o tempo e o Reino de Deus está próximo: arrependei-vos e acreditai no Evangelho.» (Mc 1, 14-15). É necessário, de seguida, que a catequese estabeleça os fundamentos do primeiro anúncio.

No quadro das reflexões que hoje se fazem sobre a aprendizagem ao longo da vida, que conduziram mesmo ao conceito de «sociedade educativa» ou de «comunidade educativa», é importante refletir o modo como a Igreja, que se quer comprometer claramente na perspectiva da nova evangelização, vai conceber a iniciação cristã.

Cada um se apercebe que a situação atual, que perdura demasiado, não é satisfatória, pois ela continua a utilizar etapas do que era o percurso coerente de formação cristã elaborado num contexto de civilização cristã, mas essas etapas estão desarticuladas de um itinerário global.

Sabemos que família, escola, paróquia, encarregadas da transmissão, encontram enormes dificuldades e estão imersas em relações a que falta coerência. Esta coerência deve ser encontrada. O Ritual de iniciação cristã dos adultos fornece um quadro estruturante.

É preciso procurar como é que pode ser adaptado às situações das crianças de 7 a 16 anos, batizadas aquando do seu nascimento. Tentaram-se experiências em numerosos sítios, mas ignoro a avaliação que foi feita. Em todo o caso, as experiências levadas a cabo procuram unir a experiência litúrgica, catequese dos pais e das crianças, laços com a comunidade cristã, aprendizagem da oração. É igualmente manifesto que se procura sair de tudo o que se parece a um quadro escolar.

É sem dúvida com estas condições que se poderá fazer da Igreja uma comunidade educativa. É importante considerar, também, o lugar dos catequistas e a sua responsabilidade. Eles não são apenas objetos, também são sujeitos. Os que são batizados, e têm ainda muito a descobrir, receberam, enquanto batizados, a capacidade de crer e o dom do Espírito Santo. Como ponto de partida, é necessário acolher os que chegam, com

os seus desejos, intensões e motivos. Encontramos aqui a primeira pergunta de Jesus: «Que procurais?» (Jo 1, 38). Também é o que procurava propor o Papa João Paulo II no final da Jornada Mundial da Juventude, em Roma (2000) quando caracterizava as condições da experiência crente tomando a expressão «laboratórios da fé». Certamente tal se dirige aos jovens adultos que estavam convidados a colocar em ação a sua razão para melhor descobrirem as perspectivas da fé. Mas tal também é verdade para aqueles a que sou chamado a confirmar. Eles têm habitualmente entre 14 e 16 anos. Em França, é-lhes pedido que façam por escrito o seu pedido para a confirmação, numa carta pessoal dirigida ao Bispo. Já reli algumas centenas e fui sensível a três grandes questões que retornam frequentemente, questões sobre as quais, certamente, já alertei os catequistas:

- As relações ciências e fé. Aí encontra-se habitualmente a questão da evolução ensinada na escola quando os jovens retiveram da catequese uma noção da criação sob uma forma fixista.
- A questão do mal. Ela coloca-se perante a morte ou os acidentes graves sofridos pelos próximos, mas também perante as graves catástrofes largamente mediatizadas. Os jovens perguntam-se, então: «que faz Deus»; «Ele interessa-se por nós?»; «ele é verdadeiramente bom?».
- A questão de Deus, finalmente. Muitas vezes, eles perguntam-me se tenho dúvidas. Não penso que eles se preocupem muito com o estado da minha fé, mas é uma maneira indireta de colocar a questão. Eles têm dúvidas e eles não sabem se é normal e o que convém fazer numa tal circunstância.

Também colocam questões sobre a relação com os crentes de outras religiões, sobretudo os muçulmanos.

Eucaristia e iniciação cristã

Dizemos que a Eucaristia é o termo da iniciação cristã. A receção da Eucaristia conclui normalmente o processo de iniciação, de acolhimento da revelação e de acolhimento na Igreja.

O termo «iniciação» é continuamente explicitado. É preciso recordar que se o latim diz que se é «iniciado pelos mistérios», as línguas modernas dizem que se é «iniciado aos mistérios». A perspectiva não é a mesma. É a

catequese batismal ou o sacramento que abre os olhos do coração e da fé? Penso que a iniciação cristã nunca está plenamente conseguida. Se recebemos apenas uma vez o batismo e a confirmação, sacramentos pelos quais as coisas são mais fáceis de perceber, pois são inscritos no tempo, a Eucaristia, pelo contrário, é o sacramento mais frequentemente reiterado. Ela conduz a iniciação à sua perfeição; ao mesmo tempo, podemos dizer que ela renova a graça recebida no percurso de iniciação e que ela inscreve no interior da vida cristã ordinária.

Na medida em que a Eucaristia é a fonte e o cume da fé cristã, como o afirma várias vezes o Vaticano II (LG n.11), podemos pensar que se ela é o termo da iniciação sacramental, ela está também ligada ao privilégio de toda a revitalização da fé e da graça recebida de Deus.

A vida cristã é chamada a ser uma comunhão cada vez mais íntima com o mistério de Cristo morto e ressuscitado. É o que dá a Eucaristia que permite aos sacramentos de iniciação atingirem o seu pleno desenvolvimento, o que permite realizar a plenitude do que vem escrito no Catecismo da Igreja Católica: «são o fundamento da vocação comum de todos os discípulos de Cristo – vocação à santidade e à missão de evangelizar o mundo» (n. 1533).

Depois destas observações, ainda haverá alguma coisa a juntar no que diz respeito aos sacramentos de iniciação? Por certo, na lógica teológica, e mesmo espiritual, não se deveria aceder à Eucaristia se não depois de se ser confirmado. Uma mudança na ordem destes sacramentos pede que se seja particularmente atento ao contributo especial que a Eucaristia pode receber da confirmação; pede, pois, o desenvolvimento mais sério do lugar da Eucaristia na vida cristã. A confirmação dada depois da Eucaristia, dá um sabor diferente ao sacramento da Eucaristia, que se encontra orientada para a plenitude desejada em que Deus será tudo em todos.

CONCLUSÃO

Hoje, é difícil crer em Deus. Verdadeiramente, parece que poderíamos dizer o mesmo da confiança no outro e, mesmo, da confiança em si próprio.

A postura natural do sujeito empurra-o para colocar em primeiro plano um profundo desejo de liberdade, que implica independência e autarcia. No entanto, o ato de crer e de ter confiança é fundamental para o ser humano.

Muitas razões podem ser apontadas. Os documentos preparatórios do Sínodo enumeram uma série de cenários e o *Instrumentum laboris* desenha, a partir das respostas recebidas, o facto de cada um dos cenários ser um obstáculo à fé mas que dissimula, sob outros aspetos, fontes de expectativa. Também mostra, em diversos pontos, a fadiga que pesa sobre nós, pois o ato de fé é difícil, exigente e, por vezes, mesmo arriscado.

Os jovens sentem, sem dúvida mais fortemente, ainda, este contexto, mesmo se eles podem analisá-lo menos. A dinâmica da nova evangelização consiste, depois de se ter levado a cabo um discernimento da situação e de se procurar acolher em si mesmo, mais profundamente, o Cristo Jesus, Palavra eterna do Pai, a viver com ele, a ousar empreender uma maneira nova de anunciar o Evangelho.

Parece-me que muitos, hoje, são sensíveis ao que é da ordem da experiência, do que se pode fazer, na qual nos encontramos acompanhados, mas na qual permanecemos livres. Neste ponto, vamos ao encontro da pedagogia da iniciação cristã. S. Agostinho, no seguimento de S. João, não diz que nos faz falta deixarmo-nos ensinar pelo Mestre interior?

Esta experiência deve conduzir, pouco a pouco, à descoberta interior da Palavra de Deus, começando por certos relatos de encontros de Jesus e por certos salmos. Ela também pede uma aprendizagem do silêncio interior que permite realizar a oração cristã. Ela conduz à descoberta da presença das Pessoas divinas na alma do crente. Bem entendido, ela exige que se saiba ter em conta a obscuridade da fé e os degraus do crescimento espiritual.

Neste conjunto, a liturgia e os sacramentos têm um lugar central de modo que não se fique por uma experiência individual; convirá, no entanto, que se desenvolva realmente uma dimensão mistagógica dos sacramentos. Pouco a pouco, a pedagogia da fé atingirá uma apresentação mais completa, referindo-nos em particular ao Youcat, adaptação para os jovens do Catecismo da Igreja Católica.

Estas poucas linhas esboçam um projeto que é preciso desenvolver.

«A pluralidade da iniciação cristã como impulso pastoral para os jovens de hoje».

A importância dos jovens para a Igreja, o Povo de Deus

MONS. ALOIS SCHWARZ (*)

I. Iniciação: dos ritos de passagem aos sacramentos cristãos

Desde os estudos etnológicos basilares de Arnold van Gennep [1873 – 1957] sobre os «ritos de passagem» (*Ritos de Passagem*, 1978) e das subsequentes reflexões, neles inspiradas, que ficamos também a saber o significado especial da iniciação para o desenvolvimento ao longo da vida de uma pessoa, pela distinção ou afastamento (ritos de separação), passagem/ultrapassagem da liminaridade e transição (liminaridade, ritos liminares) e a consequente integração (ritos de agregação).

Em relação a esta perspetiva antropológico-cultural, estamos já habituados a falar dos sacramentos cristãos da Igreja – por vezes de forma demasiado evidente e desatenta – os chamados sacramentos de iniciação (Batismo, Confirmação, Eucaristia) como «sacramentos de integração na Igreja».

Contudo, na maior parte das vezes, ignora-se que **todos** os sete sacramentos da Igreja são de «iniciação», eles acompanham, formam e aperfeiçoam o caminho da fé cristã ao longo de toda a vida.

Em primeiro lugar, este pensamento comum dos sacramentos de iniciação como «sacramentos de integração na Igreja» deve ser encarado como uma visão eclesialístico-social muito restrita (reduzida), que tem ainda muito pouco em consideração que em cada sacramento somos e tornamo-nos aceites pelo mistério da vida de Jesus Cristo.

(*) Bispo da Diocese de Gurk-Klagenfurt e Delegado Episcopal para a Catequese – Áustria.

«A pluralidade da iniciação cristã como impulso pastoral... jovens de hoje»

Mais do que todas as teorias e conceitos antropológico-culturais, mais importante que todos iniciadores, iniciativas, iniciantes,... é necessário que na iniciação cristã também exista um modelo de orientação INICIAL claro, um LOGOS, por exemplo: *Et verbum caro factum est* (Jo 1,14a).

A iniciação precisa de sinais claros, sacramentos, claros, símbolos criativos, caminhos, métodos transparentes e perceptíveis, cf.:

Gn 1,1: «No princípio Deus criou os céus e a terra»

Mc 1,1: «Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus»

Jo 1,1: «No princípio existia o Verbo»

É nisto que se dá, e fundamenta, o contexto interior e exterior da iniciação cristã e da (nova) evangelização.

Nos sete sacramentos da Igreja é também proposto e oferecido uma «pluralidade» substancial de diferentes modos de vida, pessoais e comunitários, neste mistério de Jesus Cristo. Com a mesma diversidade, cada sacramento da Igreja tem também uma forma de iniciação específica:

- Batismo:** Iniciação no alicerce (1Cor 3,11) do mistério da morte e ressurreição de Jesus Cristo (Rm 6).
- Confirmação:** Iniciação no envio da Igreja como novo Povo de Deus, anunciado pelo Espírito da Verdade que Jesus envia (cf. Jo 16,13).
- Eucaristia:** (não apenas sob a forma de Primeira Comunhão) Iniciação na participação do banquete pascal do Povo de Deus com Jesus Cristo (Cf. Catecismo da Igreja Católica – CIC - 1322)
- Reconciliação:** Iniciação na conversão (Mc 1,13ss.) para a nova vida em Jesus Cristo, como filho de Deus, com a comunidade de fé (Igreja, Povo de Deus), com ela e com o outro, consigo mesmo.
- Unção dos Doentes:** Iniciação no mistério da morte como aperfeiçoamento da **vida** com e em Jesus Cristo.
- Ordem (Ordo):** Iniciação na participação no ministério tripartido (*tria munera*) de Jesus Cristo ao serviço da Igreja como Povo de Deus: magistério/anúncio, exercício pastoral/direção e orientação, sacerdócio/santificação).

Matrimónio: Iniciação no mistério atual de Jesus Cristo do amor e fidelidade indissolúvel de Deus para com os homens.

II. Tomemos dois exemplos bíblicos diferentes que espelham a relação entre a iniciação cristã e a evangelização

a) Exemplo bíblico I: Jo 9,1-41

- 1 Ao passar, Jesus viu um homem cego de nascença.
- 2 Os seus discípulos perguntaram-lhe, então: «Rabi, quem foi que pecou para este homem ter nascido cego. Ele, ou os seus pais?»
- 3 Jesus respondeu: «Nem pecou ele, nem os seus pais, mas isto aconteceu para nele se manifestarem as obras de Deus.
- 4 Temos de realizar as obras d'Aquele que me enviou enquanto é dia. Vem aí a noite em que ninguém pode atuar.
- 5 Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo.»
- 6 Dito isto, cuspiu no chão, fez lama com a saliva, ungiu-lhe os olhos com a lama
- 7 e disse-lhe: «Vai, lava-te na piscina de Siloé» - que quer dizer Enviado. Ele foi, lavou-se e regressou a ver.
- 8 Então, os vizinhos e os que costumavam vê-lo antes a mendigar perguntavam: «Não é este o que estava por aí sentado a pedir esmola?»
- 9 Uns diziam: «E ele mesmo!» Outros afirmavam: «De modo nenhum. É outro parecido com ele.» Ele, porém, respondia: «Sou eu mesmo!»
- 10 Então, perguntaram-lhe: «Como foi que os teus olhos se abriram?»
- 11 Ele respondeu: «**Esse homem que se chama Jesus**, fez lama, ungiu-me os olhos e disse-me: 'Vai à piscina de Siloé e lava-te.' Então eu fui, lavei-me e comecei a ver!»
- 12 Perguntaram-lhe: «Onde está Ele?» Respondeu: «Não sei.»
- 13 Levaram aos fariseus o que fora cego.

- 14 O dia em que Jesus tinha feito lama e lhe abrisse os olhos era sábado.
- 15 Os fariseus perguntaram-lhe, de novo, como tinha começado a ver. *Ele* respondeu-lhes: «Pôs-me lama nos olhos, lavei-me e fiquei a ver.»
- 16 Diziam então alguns dos fariseus: Esse homem não vem de Deus, pois não guarda o sábado. Outros, porém, replicavam: «Como pode um homem pecador realizar semelhantes sinais miraculosos?» Havia, pois, divisão entre eles.
- 17 Perguntaram, então, novamente ao cego: «E tu que dizes dele, por te ter aberto os olhos?» *Ele* respondeu: «**É um profeta!**»
- 18 Ora os judeus não acreditaram que aquele homem tivesse sido cego e agora visse, até que chamaram os pais dele.
- 19 E perguntaram-lhes: «É este o vosso filho, que vós dizeis ter nascido cego? Então como é que agora vê?»
- 20 Os pais responderam: «Sabemos que este é o nosso filho e que nasceu cego;
- 21 mas não sabemos como é que agora vê, nem quem foi que o pôs a ver. Perguntai-lhe a ele. Já tem idade para falar de si.»
- 22 Os pais responderam assim por terem receio dos judeus, pois estes já tinham combinado expulsar da sinagoga quem confessasse que Jesus era o Messias.
- 23 Por isso é que os pais disseram: 'Já tem idade, perguntai-lhe a ele'.
- 24 Chamaram, então, novamente o que fora cego, e disseram-lhe: «Dá glória a Deus! Quanto a nós, o que sabemos é que esse homem é um pecador!».
- 25 Ele, porém, respondeu: «Se é um pecador, não sei. Só sei uma coisa: que eu era cego e agora vejo.»
- 26 Eles insistiram: «O que é que Ele te fez? Como é que te pôs a ver?»
- 27 Respondeu-lhes: «Eu já vo-lo disse, e não me destes ouvidos. Porque desejas ouvi-lo outra vez? Será que também quereis fazer-vos seus discípulos?»

- 28 Então, injuriaram-no, dizendo-lhe: «Discípulo *dele* és tu! Nós somos discípulos de Moisés!
- 29 Sabemos que Deus falou a Moisés; mas, quanto a esse, não sabemos donde é!»
- 30 Replicou-lhes o *homem*: «Ora isso é que é de espantar: que vós não saibais donde Ele é, e me tenha dado a vista!
- 31 Sabemos que Deus não atende os pecadores, mas se alguém honrar a Deus e cumprir a sua vontade, Ele o atende.
- 32 Jamais se ouviu dizer que alguém tenha dado a vista a um cego de nascença.
- 33 Se *este* não viesse de Deus, não teria podido fazer nada.»
- 34 Responderam-lhe: «Tu nasceste coberto de pecados e dás-nos lições? E puseram-no fora.
- 35 Jesus ouviu dizer que o tinham expulsado e, quando o encontrou, disse-lhe: «Tu crês no **Filho do Homem?**»
- 36 *Ele* respondeu: «E quem é, **Senhor**, para eu crer n'Ele?»
- 37 Disse-lhe Jesus: «Já O viste. É Aquele que está a falar contigo.».
- 38 Então, exclamou: «Eu creio, **Senhor!**» E prostrou-se diante d'Ele.
- 39 Jesus declarou: «Eu vim a este mundo para proceder a um juízo: de modo que os que não veem vejam, e os que veem fiquem cegos.»
- 40 Alguns fariseus que estavam com Ele ouviram isto e perguntaram-lhe: «Porventura nós também somos cegos?»
- 41 Jesus respondeu-lhes: «Se fôsseis cegos, não estaríeis em pecado; mas, como dizeis que vedes, o vosso pecado permanece.»»

Analisando as cinco etapas de iniciação, e experiências de iniciação, encontramos:

- Jo 9,11 Esse homem que se chama Jesus
- Jo 9,17 **É um profeta!**
- Jo 9,33 «de Deus»
- Jo 9,35 Filho do Homem
- Jo 9,36.38 SENHOR

A descrição das cinco etapas de iniciação e experiências de iniciação mostra-nos que:

1. No *primeiro* encontro, com Jesus, **reconhecer o homem** e ser o próprio homem (que deixa de ser um «cego»): Jo 9,11.
2. Pela *observação*, **reconhecer «um profeta»** em Jesus e **professá-l'O**: Jo 9,17.
3. No *confronto* com os outros, **comprovar, reconhecer e professar** que Jesus é «**de Deus**»: Jo 9,33.
4. Num *novo e repetido encontro* com Jesus, **ter a experiência/percepção do Filho do Homem**: Jo 9,35.
5. Na *revelação* de Jesus, reconhecê-l'O como «**o Senhor**» (**Kyrios**), **professá-l'O na fé e adorá-l'O**: Jo 9,36.38.

b) Exemplo bíblico II: Act 18,24-28

24Entretanto, chegara a Éfeso um judeu chamado Apolo, natural de Alexandria, homem eloquente e **muito versado nas Escrituras**.

25 Fora **instruído na «Via» do Senhor** e, com o espírito cheio de fervor, pregava e **ensinava com precisão o que dizia respeito a Jesus**, embora só conhecesse o batismo de João.

26 Começou a falar desassombadamente na sinagoga. Priscila e Áquila, que o tinham ouvido, **tomaram-no consigo e expuseram-lhe, com mais precisão, a «Via» do Senhor**.

27 Como ele queria partir para a Acaia, os irmãos encorajaram-no e escreveram aos discípulos, para que o recebessem amigavelmente. Quando lá chegou, pela graça de Deus, **prestou grande auxílio aos fiéis**;

28 pois refutava *energicamente* os judeus, em público, demonstrando **pelas Escrituras que Jesus era o Messias.**”

A descrição das cinco etapas de iniciação e experiências de iniciação mostra-nos alguém:

1. «**Muito versado**» **nas Escrituras** (*dynatós*)

2. **Instruído** [*katáchâmenos = part. perf. pass*] **na Via do Senhor, conhecendo o «batismo de João»**, ou seja, um catecumenado é um pré-requisito para a iniciação, mas não é idêntico a ela!
3. O *encontro* com o casal gentio (?), judaico-cristão, Priscila e Áquila. Eles «ouviram» na sinagoga, «**tomaram-no consigo**» e «**expuseram-lhe, com mais precisão, a Via do Senhor**» [*akribésteron*]
4. «Com as melhores recomendações», ele voltou para Acaia e aí «**prestou grande auxílio aos fiéis**»
5. Tornou-se capaz de *anunciar com convicção*, **demonstrando pelas Escrituras, «que Jesus é o Messias»**.

Assim, sinopticamente temos que:

- Jo 9,1-41 e Act 18,24-28: ambos situam-se no contexto judaico-cristão, Jo 9, 1-41 mais no espaço de Jerusalém, Act 18,24-28, na diáspora (Éfeso).
- Em Jo 9,1-41 é retratado o sacramento do Batismo, em Act 18,24-28 trata-se da proclamação cristã da Palavra de Deus.
- Em ambos exemplos bíblicos a iniciação decorre consoante a situação, por etapas e de forma individualizada.
- Estas perspetivas também são significantes e úteis para a iniciação em e de outros contextos religiosos.
- Na sinopse dos dois exemplos bíblicos acima mencionados, é também possível reconhecer e perceber uma exemplar *pluralidade a nível de conteúdos e métodos* da iniciação cristã.

Podemos, pois, dizer que os exemplos bíblicos (Jo 9,1-41 e Act 18,24-38) demonstram *como a iniciação é capaz de gerar confiança e de ser bem-sucedida* (basilar, sobretudo em provações conflituosas), dependendo de *um reconhecimento e uma aceitação favoráveis*, que estabelecem uma *relação de confiança entre as pessoas envolvidas*.

«A pluralidade da iniciação cristã como impulso pastoral... jovens de hoje»

III. Do testemunho de vida ao anúncio do Evangelho

A atualidade do programa de evangelização

1. Papa Paulo VI

Em 1975, em *Evangelii Nuntiandi*, o Papa Paulo VI escreve que cada forma de iniciação pressupõe essa etapa da evangelização. Ele afirma:

«E esta Boa-Nova há de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho». E continua, dizendo que isto ocorre quando «um cristão ou grupo de cristãos, no seio da comunidade humana em que vive, manifesta a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino para com os outros, a sua solidariedade reunindo os esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom» (21)¹.

Além disso, diz também que isto acontece quando «eles irradiam, de um modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que não se vê e que não se seria capaz sequer de imaginar. Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem despertar no coração daqueles que veem a sua vida, perguntas indeclináveis: Por que são eles assim? Por que vivem dessa forma? O quê ou quem os inspira? Por que estão connosco? De facto, um semelhante testemunho constitui já uma proclamação silenciosa, mas muito valiosa e eficaz da Boa Nova» (21)².

Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas [...] que muitos não-cristãos se colocam, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de batizados não-praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas que visam procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome». (21)³

Colocarão ainda outras perguntas, com sentido mais profundo. Assim este testemunho terá despertado atenção e expressado a «presença,

¹ http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html

² *Ibid.*

³ *Ibid.*

participação e solidariedade» que são elementos fundamentais, geralmente os primeiros na evangelização⁴.

2. Papa João Paulo II

O Papa João Paulo II assumiu esta abordagem da evangelização em *Redemptoris Missio*⁵ (42) com as seguintes palavras:

«O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos factos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão. Cristo, cujas missões nós continuamos, é a «testemunha» por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que Ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15, 26-27). A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de estar.»

A iniciação e evangelização dos jovens exige modelos e testemunhas, pessoas que pelo seu modo de viver suscitem perguntas e despertem a sede por uma vida preenchida.

O Papa Paulo VI, no seu programa de evangelização⁶, não considera que o testemunho deve permanecer sem palavras, mas afirma que este testemunho a longo prazo manifesta ser ineficaz, se não for esclarecido e justificado. Temos de ser nós a fazer o que nos é dito em 1Pe 3,15, nomeadamente, dar a razão da nossa esperança e através de um anúncio claro e inequívoco de Jesus Cristo, Senhor (22). A Boa-Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Deste modo, é proclamado o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus.

3. A adesão às verdades reveladas

O anúncio expressivo da mensagem da obra e mistério de Jesus Cristo acontece quando é aceite e as pessoas assumem uma «adesão do coração»

⁴ *Ibid.*

⁵ *In:* http://www.vatican.va/edocs/POR0071/___P7.HTM

⁶ http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html

«A pluralidade da iniciação cristã como impulso pastoral... jovens de hoje»

a esta mensagem. Adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida, vida doravante transformada, que Ele propõe; adesão. Numa palavra, adesão ao Reino, o que é o mesmo que dizer, ao «mundo novo», ao novo estado das coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura (23)⁷.

4. A adesão do coração

Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis. Aqueles cuja vida se transformou procuram uma comunidade e constituem um sinal de conversão, um sinal da nova vida, aderindo à Igreja e participando nos sacramentos que lhes são concedidos ao entrarem na Igreja. Trata-se da «adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos» que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem (23)⁸.

5. As características distintivas

Quando alguém segue este caminho da evangelização, adota a Boa-Nova e torna-se numa pessoa que proclama o Evangelho de forma autêntica. O Papa Paulo VI vê com clareza que a evangelização é um acontecimento complexo composto por vários elementos. Enumera as seguintes características - talvez hoje falássemos de «critérios» (características distintivas): «renovação da *humanidade* (*renovatio humanitatis*), testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado» (24)⁹.

Estes elementos completam-se e enriquecem-se mutuamente. Por isso, temos de os ver sempre na sua função de integração uns aos outros e de os relacionar uns com os outros. Portanto, quem percorre o caminho da evangelização entra no apostolado e precisa de ajuda para isso. Por isso, um dos objetivos estratégicos principais no nosso processo de formação diocesano também significa:

Empenhamo-nos numa formação espiritual da pessoa e proporcionamos a Escola da Vida (qualidade humana no ministério pastoral, qualidade relacional) e a Escola do Apostolado (qualidade de envio).

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

IV. Os jovens são um dom para a Igreja, o Povo de Deus

O que a *Evangelii Nuntiandi* descreve é, da perspectiva atual, possivelmente um ideal-típico. Observamos que, em relação a muitos jovens, não passamos de um primeiro anúncio, que continuamos a fazer repetidamente de diferentes formas – e, por isso, as pessoas já não querem dar o passo seguinte.

Temos, portanto, um problema duplo. Por um lado, ficamos impacientes e consideramos que temos mais um passo a dar (talvez perto da preparação para o Crisma – Confirmação – pois a data já está determinada). Depois, o passo é dado exteriormente, mas interiormente não. Essa característica revela-se mais tarde, quando em algum momento, as nossas propostas deixam de ser aceites.

Por outro lado, aceitamos continuamente que temos de nos centrar na situação específica de cada um, até nos esquecermos de propor o passo seguinte. Uma postura como essa encontra-se, vê-se, em muitos responsáveis e operadores pastorais. As pessoas têm tanta experiência na posição que ocupam a um determinado nível da vida da Igreja que já nem pensam que, a qualquer momento, alguém poderá querer ir mais longe.

Compreensão, o que é? – Acreditar no crescimento

Temos de encontrar o meio-termo. Temos de compreender a situação tal como é mas acreditar na possibilidade do desenvolvimento, do crescimento. É o convite que enfatiza, de modo especial, o nosso relativamente novo discurso sobre a evangelização. A procura de pontos de ligação entre o anúncio da Boa-Nova, em palavras e ações; o ir ao encontro das situações específicas das pessoas que encontramos; um conhecimento contextual das realidades e desenvolvimentos sociais e – isto talvez volte a ser novo para a nossa consciência – conseguir um estilo adequado. Entenda-se por isso um estilo do nosso comportamento, do anúncio e da nossa humanidade, mas também uma estética, que é para os jovens mais importante do que possamos pensar.

Na pastoral da juventude o interesse na estética resulta bem, com muita frequência: a estética atraente na preparação de eventos, encontros e liturgia. Fora destas áreas de ação pastoral, como nas paróquias, é mais difícil de conseguir. Mas também aqui se aplicam as palavras do Santo Dom Bosco: também temos de amar o estilo que os jovens amam... Assim estarão, pelo menos, mais disponíveis para amarem o que nós amamos. Apenas no que

diz respeito ao estilo, ficarão firmes quando permanece aquilo que lhes é importante. A estética é mais importante que o conteúdo – é o que dizem os mais recentes estudos sobre os jovens. Quando os jovens rejeitam algo, não tem que ser necessariamente a coisa em si, o conteúdo, a crença, mas rejeitam a forma como isso lhes é imposto.

Quando falamos de estilo, não queremos com isso falar da frivolidade de uma aparência exterior, mas de uma atualização do «belo». Sabemos muito bem que Deus é verdadeiro e bom. A beleza na nossa vida de Igreja está um pouco em segundo plano, e por vezes, reduzida a uma questão de gosto.

Para os jovens é, por exemplo, mais importante a *forma como* festejamos a liturgia *do que* sermos nós a celebrá-la. Quando a vivenciamos e sentimos de forma «parola», eles não «precisam» dela. Talvez procurem uma referência à fé noutro lado, mas de modo algum procurarão onde a liturgia for aborrecida e incompreensível.

Temos de levar a sério – e não olhar com desconfiança – os jovens que expressam esta experiência de forma coerente, o que possivelmente muitos crentes adultos fazem às escondidas: rejeitar uma liturgia mal concebida, cujo significado como festa do mistério de Deus simplesmente não corresponde à sua forma de expressão. Podemos redescobrir o lado «belo» de Deus e talvez os jovens nos ajudem a isso.

A Igreja precisa dos jovens

Nós – nós a Igreja – reconhecemos: precisamos dos jovens. Eles não são apenas o nosso futuro, são já o nosso presente. Não precisamos deles como colaboradores e jovens anunciadores, mas, em primeiro lugar, precisamos deles como alguém que se nos opõe, a quem devemos mostrar o nosso amor, de quem nós – agora – precisamos. É precisamente este o nosso envio: amar as pessoas, amar os jovens.

Naturalmente que precisamos dos jovens para que também possam dar a conhecer o Evangelho às gerações futuras. Porque a fé é um dom, temos de olhar para os jovens abertos à fé como um dom de Deus para a Igreja. Como um dom, não como jovens atletas olímpicos (embora estes jovens responsáveis também sejam um dom).

Precisamos dos jovens para não envelhecermos, mais no sentido espiritual do que biológico. Os jovens estão mais perto do amanhã do que nós, pois para eles o amanhã é ainda mais decisivo do que ainda podemos imaginar. Para que nós, como comunidade eclesial, não nos tornemos no ontem,

precisamos dos jovens que atualizam a fé e mostram que é «moderna». Não é apenas uma pergunta sobre a imagem da Igreja: «Parecemos velhos? Ou como podem as pessoas ver que a Igreja é 'jovem'?', como focou o Papa João XXIII.

O povo peregrino de Deus que somos tem de, em cada época, desenvolver a compreensão do peregrino de forma adequada. A época presente não renova esta atualização devido a uma tendência de mobilização e globalização a nível mundial. Os jovens, com frequência, vivem já com esta mobilidade entre locais de formação, habitação e trabalho. Muitas vezes, movimentam-se de forma radical, como se numa espécie de peregrinação, como se agissem de forma consciente. Mas isso, em alguns aspetos, pode ter consequências para a nossa compreensão eclesial como povo peregrino de Deus. Penso que podemos aqui aprender mais qualquer coisa com os jovens, na sociedade e, acima de tudo, na Igreja.

A Igreja procura os eleitos de Deus nos jovens

Possivelmente cada um de nós conhece jovens que já tiveram uma experiência de Deus, uma experiência do chamamento de Deus. Não tem necessariamente de ser um chamamento a uma vocação clerical, pode também ser uma vocação para o matrimónio e família ou para uma missão especial no Reino de Deus. Os jovens maravilham-nos sempre com a sua forma nova de ver e de fazer as coisas.

Tudo isso aponta para o seguinte: às crianças e aos jovens deve-se-lhes não só amor e bem-estar, mas também atenção, respeito e reconhecimento.

IV. O YOUCAT como modelo e proposta pastoral para a iniciação dos jovens de hoje

Sob o patronato do cardeal Christoph Schönborn, de Viena, e em cooperação com os jovens, do grande Catecismo da Igreja Católica (CIC), surgiu um livro de vida e aprendizagem da fé: o YOUCAT¹⁰. O Catecismo Jovem, concebido com os jovens e publicado pela Conferência Episcopal da Áustria, surgiu em simultâneo em 13 línguas por todo o mundo e foi um elemento que cunhou as Jornadas Mundiais da Juventude em Madrid.

¹⁰ YOUCAT PORTUGUÊS – Catecismo Jovem da Igreja Católica.

«A pluralidade da iniciação cristã como impulso pastoral... jovens de hoje»

O Papa Bento XVI, no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude 2011, em Madrid, em palavras e obras, anunciou aos jovens presentes, a toda a Igreja e ao mundo inteiro um amor vital e uma solidariedade que promove a vida: Deus é Amor – Esperança – amor solidário.

O Papa Bento XVI voltou-se para os jovens sem ignorar ou negar o risco e o perigo de os jovens se perderem em mundos alternativos quase religiosos, como, por exemplo, os vícios (drogas, álcool, jogo), as práticas esotéricas e as práticas ocultas, o culto do sexo, as subculturas musicais, os radicalismos político, mundano, religioso, ou a resignação (perca de sentido por antecipação) e desespero. No prefácio aos jovens de todo o mundo, desafiou-os¹¹:

«Deveis conhecer aquilo em que credes; deveis conhecer a vossa fé com a mesma exatidão com que um perito de informática conhece o sistema operativo de um computador; deveis conhecê-la como um músico conhece a sua peça; sim, deveis ser muito mais profundamente radicados na fé do que a geração dos vossos pais, para poder resistir com força e decisão aos desafios e às tentações deste tempo. Tendes necessidade da ajuda divina, se a vossa fé não quiser esgotar-se como uma gota de orvalho ao sol, se não quiserdes ceder às tentações do consumismo, se não quiserdes que o vosso amor se afogue na pornografia, se não quiserdes trair os fracos e as vítimas de abusos e violência.

Se vos dedicardes com paixão ao estudo do catecismo, gostaria de vos dar ainda um último conselho: sabeis todos de que modo a comunidade dos fiéis recentemente foi ferida por ataques do mal, pela penetração do pecado no seu interior, aliás, no coração da Igreja. Não tomeis isto como pretexto para fugir da presença de Deus; vós próprios sois o corpo de Cristo, a Igreja! Levai o fogo intacto do vosso amor a esta Igreja todas as vezes que os homens obscurecerem o seu rosto. “Sede diligentes, sem fraqueza, fervorosos de espírito, dedicados ao serviço do Senhor” (Rm 12,11).»

¹¹ Prefácio Do Papa Bento XVI ao «Youcat,» Subsídio ao Catecismo da Igreja Católica destinado aos Jovens na perspetiva das JMJ 2011, em Madrid [16-21 de agosto].

E diz ainda o Papa Bento XVI:

«Por isso, convido-vos: estudai o catecismo!

Estes são os meus votos de coração.

Este subsídio ao catecismo não vos adula; não oferece fáceis soluções; exige uma nova vida da vossa parte; apresenta-vos a mensagem do Evangelho como a ‘pérola de grande valor’ (Mt 13, 45) pela qual é preciso dar tudo. Portanto, peço-vos: estudai o catecismo com paixão e perseverança! Sacrificai o vosso tempo por ele! Estudai-o no silêncio do vosso quarto, lede-o em dois, se sois amigos, formai grupos e redes de estudo, trocai ideias na internet. Permanecei de qualquer modo em diálogo sobre a vossa fé!»

Finalmente, deixo-vos a proposta do Papa Bento XVI:

«Porquê tudo isto?

Desde a redação do *CIC*, tivemos que constatar que não só os continentes e as culturas das suas populações são diferentes, mas também no âmbito de cada sociedade existem diversos ‘continentes’: o trabalhador tem uma mentalidade diferente do camponês; um físico de um filólogo; um empresário de um jornalista, um jovem de um idoso. Por este motivo, na linguagem e no pensamento, tivemos que nos colocar acima de todas estas diferenças e, por assim dizer, buscar um espaço comum entre os diferentes universos mentais; com isto tornamo-nos cada vez mais conscientes do modo como o texto exigia algumas ‘traduções’ nos diversos mundos, para poder alcançar as pessoas com as suas mentalidades diferentes e várias problemáticas. Desde então, nas Jornadas Mundiais da Juventude (Roma, Toronto, Colónia, Sydney) reuniram-se jovens de todo o mundo que querem acreditar, que estão em busca de Deus, que amam Cristo e desejam caminhos comuns. Neste contexto perguntámo-nos se não deveríamos traduzir o Catecismo da Igreja Católica na língua dos jovens e fazer penetrar as suas palavras no seu mundo. Naturalmente, também entre os jovens de hoje existem muitas diferenças [...]»

Reflexões catequéticas sobre o processo de iniciação dos jovens

MONS. GYÖRGY UDVARDY (*)

EXPERIÊNCIAS NA HUNGRIA E NA EUROPA CENTRAL

I. INTRODUÇÃO

No início desta reflexão parece-me razoável referir-me às particularidades da Igreja nesta parte da Europa, de modo particular às que podem motivar os jovens na introdução à fé. Mas estas especificidades na catequese dos jovens são, simultaneamente, muito pouco visíveis, precisamente porque a cultura quotidiana dos jovens está secularizada. Podemos pensar nas práticas catequéticas das escolas, nos efeitos das tradições religiosas, na experiência dos jovens relativamente à Igreja e à comunidade, a alguns elementos da socialização religiosa. Estas especificidades encontram-se, quase sempre, como efeitos positivos e negativos dos métodos usados na catequese dos jovens. Há que acrescentar que também esta parte da Europa não se pode considerar um único bloco, já que existem muitas diferenças nas práticas das Igrejas. A minha experiência quanto a práticas de iniciação baseia-se sobretudo nos contactos pessoais e profissionais com os responsáveis da catequese de diferentes países.

Também nas diferentes práticas das diversas dioceses existem diferenças delas derivadas. Na minha reflexão farei referência aos programas de algumas delas.

A primeira palavra oficial, que a Igreja dirige ao batizando, após ter pronunciado o seu nome, é esta: “Que pedes à Igreja?”. A resposta do candidato:¹ “A fé!”. “Que esperas da fé?”. Resposta do candidato: “A vida eterna”.

(*) Bispo de Pécs, Hungria, Delegado Episcopal para a catequese.

¹ Cf. OICA 75.

O objetivo do catecismo da Igreja é transmitir o Evangelho, a fé e o Credo da Igreja de tal forma que a pessoa participante na iniciação encontre a salvação. O catecismo deriva da confissão da fé da Igreja que, por sua vez, leva à confissão da fé dos catecúmenos.²

A preparação dos jovens para receberem os sacramentos deveria ser fiel aos documentos do Concílio e do Catecismo, acompanhando, além disso, o aspeto catecumenal.³

A boa nova de Jesus Cristo Salvador e o serviço da sua Igreja, que abençoa o mundo, é uma dádiva destinada a qualquer homem ou mulher, seja em que época for. A Igreja, mesmo em circunstâncias diversas, tem capacidade para comunicar, eficazmente, a fé e a alegria da salvação às novas gerações. Por isso mesmo também podemos considerar o nosso tempo como o tempo do dom (cf. 2Cor 6,2) porque temos processos de repensar o conteúdo da nossa fé, da nossa prática catequética, do nosso modo de comunicar a fé.

“Não penseis mais no passado, pois vou realizar algo de novo, que já está a aparecer; não o notais? Vou abrir um caminho no deserto, e fazer correr rios na estepe” (Is 43,19). Parece, pois, necessário analisar: as dificuldades na transmissão da fé, na sua estrutura interna e externa; os elementos fundamentais do processo de iniciação; a relação entre fé e Credo; as características da catequese baseada na iniciação e seus elementos didáticos. Em tudo isto não há que descurar os resultados de uma análise preparatória.

Os aspetos sublinhados têm fundamento nos documentos do Concílio Vaticano II, no Catecismo da Igreja Católica, nos seus livros e, antes de mais, no Diretório Geral para a Catequese. Estudando os documentos da nossa Igreja, analisando os resultados da análise preparatória, desenvolverei as minhas reflexões sobre o referido tema.

II. DIFICULDADES E QUESTÕES DA COMUNICAÇÃO DA FÉ

1. A transmissão da fé – garantir a possibilidade de receber a fé

Quando falamos de transmissão da fé, decididamente não se trata apenas de memorizar um texto ou uma fórmula, nem de métodos e condições da transmissão. O catecismo prevê a transmissão de todo um cenário conceptual, conteúdos, modos de pensar e agir, em síntese, a perspetiva existencial fundamental de um crente. A vida cristã é uma vida que deriva do conhecimento. Por isso, transmitir a fé da Igreja quer dizer transmitir a vida.⁴

² Cf. DGC 105.

³ Cf. DGC 59.

⁴ Cf. CCC 177; DGC 54.

Não podemos deixar de estar conscientes de que, no catecismo, a fé é, sempre e para todos, um dom de Deus. Não somos capazes de nos outorgarmos a nós próprios esta fé, não obstante os métodos mais eficazes e os serviços mais humildes. Podemos ajudar a preparar as possibilidades de receber a fé. Sabemos que a pessoa é livre de aceitá-la ou de recusá-la. Porém, que fique claro: as mudanças sociais e culturais mudaram as possibilidades de receber a fé. Mudaram, fundamentalmente, as possibilidades de uma decisão pessoal a favor da fé.

2. As mudanças circunstanciais da transmissão da fé

A fé foi transmitida, através dos séculos, numa comunidade relativamente fechada, mas baseada nos mesmos valores. Neste ambiente as comunidades responsáveis pela transmissão da fé, como a família, a escola, a Igreja, com a sua presença diária na sociedade, as associações, as sociedades, as congregações, todas as pessoas que ajudaram as crianças a investir o seu tempo utilmente, tiveram o seu papel fundamental na transmissão da fé. Por consequência, a introdução à vida da Igreja, à sua liturgia, à sua vida sacramental aconteceu de forma espontânea. Iguamente espontâneo foi o processo de socialização religiosa, a introdução às práticas, às tradições, aos apelos da Igreja aos jovens, e, por fim, a possibilidade de viver as ditas experiências nestes ambientes.

Toda a comunidade cristã, assim como toda a sociedade, sentiu-se responsável pela educação das crianças e dos jovens quanto aos valores religiosos.

O ambiente onde se desenvolveu este tipo de educação mudou, mas nem sempre a sua estrutura. Como consequência de tudo isto e confirmado por estatísticas, algumas coisas influenciaram a nossa prática de catequese:

- 1) A Catequese ficou confinada ao âmbito da escola – o catecismo é uma de muitas matérias escolares;
- 2) Ainda que transmita o conhecimento dos conteúdos da fé, a catequese já não tem tanta capacidade para promover a experiência da mesma fé.
- 3) O maior número dos participantes na catequese é o das crianças;
- 4) A participação na liturgia ou na missa é uma espécie de obrigação social;
- 5) Não se prova que esta seja responsável pela transmissão da fé. Estas mudanças fundamentais, com o objetivo da transmissão da fé da Igreja,

impõem a necessidade de renovar a prática da catequese⁵, de que existem tantas experiências promissoras.

3. O lugar e as circunstâncias da catequese

O lugar e as circunstâncias da catequese têm um papel fundamental na transmissão da fé da Igreja. O Diretório Geral para a Catequese identifica como primeiro o lugar que tem a catequese na comunidade da paróquia.⁶ A catequese na paróquia e o catecismo na escola completam-se, com objetivos e instrumentos diferentes. Se a explicação do catecismo tem lugar apenas no ambiente escolar e não se completa com outras etapas comunitárias, na paróquia vai centrar-se, de preferência, na transmissão do conhecimento da fé. “A catequese corre o risco de se tornar inútil se a comunidade de fé e de vida cristã não acolherem o catecúmeno numa determinada fase da sua catequese”.⁷

É necessário que o jovem, conhecedor teórico do ensino da fé, do Credo da Igreja, se comprometa a inserir estes ensinamentos na sua vida diária e tenha a possibilidade de a confrontar com as suas interrogações pessoais e existenciais, de fazer esta experiência e de viver esta fé.

O ambiente mais adequado para que tudo aconteça é a comunidade dos da sua idade.

4. A capacidade pessoal do recetor da fé

Na transmissão do conteúdo da fé e na forma de a transmitir há que prestar toda a atenção ao recetor da fé, ao qual se destina a catequese. A falta desta atenção pode tornar-se um enorme obstáculo ao encontro dos jovens que querem lidar de perto com a fé. Estes obstáculos podem ser:

1. As especificidades da idade.

- 1) O jovem passa por mudanças físicas, intelectuais, psíquicas e espirituais. Absorvem a maior parte das suas energias, da sua atenção e dos seus interesses. É por esta razão que o jovem mostra, pelo menos exteriormente, um desinteresse, ou seja, presta atenção apenas a alguns temas e de uma forma extemporânea. Concentra-se sobre si próprio. O seu maior problema que, de maneira geral, não se encontra estruturado, é o seguinte: como sou? Os outros

⁵ Cf. RM 33; KAD 58-59.

⁶ Cf. DGC 257.

⁷ CT 24; Cf. DGC 69.

aceitam-me? Querem-me bem? Esta orientação espiritual, no fundo, determina as nossas escolhas quanto ao tema da fé e quanto à forma como tratamos estes temas.

- 2) Geralmente, o jovem critica de forma intensa; mas nem sempre é capaz de julgar de forma equilibrada, pois vê, ou tudo branco ou tudo negro. Convence-se de que raciocina baseado em princípios, terminando, ao fim e ao cabo, por julgar de acordo com a sua experiência pessoal. Por esta razão refuta ou julga mal a verdade e princípios fundamentais. Apenas lhe falta a experiência nesse domínio, já que, para ele, o tema não é apresentado de forma justa. Isto é verdade, tanto para os princípios como para as práticas religiosas.
- 3) O jovem, precisamente devido às características da idade, procura o sentido da vida, a possibilidade de uma vida feliz e as condições para que ela seja isso mesmo. Quer ser feliz, quer possuir e conservar a felicidade. Por isso anda sempre preocupado com as questões existenciais da vida: a vida, a morte, o sofrimento, a vida eterna, as relações pessoais, a felicidade. No processo de transmissão da fé, a experiência existencial tem um grande significado. O Cristo da Igreja é a única resposta às interrogações e desejos do homem.⁸
- 4) Se tivermos em consideração os valores do meio jovem, deparamos com a incerteza e a ambivalência. No seu mundo cheio de coisas são muitas as que surgem como valores. Esta pluralidade é atraente para os jovens, já que percebem a possibilidade de escolha e as ocasiões de se tornarem uma individualidade. Por outro lado, querem conhecer os valores “verdadeiros” e “seguros”. Isto é verdadeiro para os princípios, para as regras, a nível do ensino e da vida diária. Esta afirmação tem um significado particular, quando pensamos no contínuo aparecer de diversas comunidades religiosas, ensinamentos diversos e seus efeitos nos jovens.

O puro desejo dos jovens de conhecer a verdade pode significar uma importante ajuda na introdução ao sistema da fé da Igreja.
- 5) Os jovens alimentam a exigência de uma comunidade, mais ou menos correspondente à sua idade que, em certo sentido, seja

⁸ IM 1.

uma escolha livre, onde possam sentir-se como membros de valor integral, onde, no diálogo com os outros, ouvindo-os, possam formar a sua opinião, possam interiorizar os dogmas da fé da Igreja, as questões sobre eles próprios e suas experiências.

- 6) Ao mesmo tempo os jovens necessitam de experimentar uma comunidade maior, onde todas as gerações tenham o seu papel particular, contam também com a sua própria presença. O lugar mais adequado para este tipo de relações é sempre a paróquia.

2. Mentalidade e quadro de experiências

No processo da transmissão da fé tivemos presentes as categorias conceptuais que ao longo dos séculos expressaram a riqueza da fé da Igreja; no entanto, atualmente, para a maioria dos jovens, este processo é desconhecido, incompreensível, isto é, mudou radicalmente. Pode ter acontecido a sua secularização. Vem a propósito pensarmos na mentalidade bíblica, nas expressões bíblicas, ou em alguns textos litúrgicos, como também na redação dos dogmas. A falta de conhecimento destas categorias conceptuais torna difícil a transmissão adequada dos conteúdos da fé.

A experiência existencial do jovem influencia o processo da transmissão da fé. Frequentemente faltam as experiências antropológicas dos conceitos fundamentais, como por exemplo: sacrifício, partilha, serviço, dedicação, reconciliação, amor desinteressado. Na altura da lecionação dos elementos da fé, estas falhas devem ser tomadas em consideração.

3. Conhecimento da religião, acontecimentos, experiências

É uma experiência quase geral, também entre os jovens que participam durante anos na catequese, a saber: uma falha fundamental no conhecimento da religião. Isto pode atribuir-se à prática catequética, a qual, não se apercebendo sequer da mudança das condições de vida e da sociedade, e de como falharam os métodos e capacidades para as conhecer, não foi capaz de suprir as falhas.

É importante observar que, caso a comunicação do conhecimento não for acompanhada de uma atividade voltada para a conquista da experiência, ou no caso de ambas não se entrelaçarem num método, também a comunicação do conteúdo teórico ficará ineficaz. Isto também é verdade no caso dos dogmas.

Nesta situação pode pensar-se na insuficiência das práticas religiosas das famílias e das comunidades, assim como na influência negativa, valores

contra o Evangelho, numa sociedade na qual os jovens passam a maior parte do tempo. (Escola, companheiros de Escola, discussões, *media*...)

III. ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE INICIAÇÃO

1. A essência e o objetivo do processo de iniciação

É com a catequese que a Igreja nutre os seus filhos, incluindo-os como membros da sua família. Como uma boa mãe, a Igreja propõe o Evangelho na sua total riqueza e pureza, pois contém, ao mesmo tempo, uma particularidade cultural e um alimento adequado: é a resposta às interrogações mais profundas do coração humano.

O objetivo da iniciação dos jovens é facilitar-lhes o seguimento de Jesus e a transmissão da plena vida cristã.⁹ “O objetivo definitivo da catequese é colocar todas as pessoas na intimidade com Jesus Cristo, não só em contacto mas também em comunhão com Ele”.¹⁰

“A comunhão com Jesus Cristo, pela sua própria dinâmica, leva o discípulo a unir-se com quem o próprio Jesus Cristo estava profundamente unido: com Deus, seu Pai, que o enviou ao mundo, e com o Espírito Santo, que o impelia para a missão; com a Igreja, seu corpo, pela qual se entregou, e com os homens, seus irmãos, cuja sorte quis partilhar”.¹¹

Baseado nestas considerações e após o processo da iniciação à Igreja, pode esperar-se que o jovem acolha e confesse a fé da Igreja com uma adequada convicção pessoal.

2. Os elementos do processo de iniciação

O processo de iniciação, que leva ao acolhimento pessoal da fé da Igreja, é constituído por um percurso de etapas interligadas e a ter em consideração na catequese dos jovens. Omitir ou permutar estas etapas dificulta o processo de iniciação.¹² As etapas, umas a seguir às outras, correspondem à natureza interna da revelação, às suas etapas evolutivas e ao processo humano do estudo e da conversão. São as seguintes:

- 1) Primeira pregação – recolher, convidar à fé.
- 2) Evangelização – apelo à conversão.

⁹ Cf. DGC 67-68.

¹⁰ DGC 80.

¹¹ DGC 81.

¹² Cf. DGC 87.

- 3) Catequese sistemática – catequese de iniciação, sucessivamente catequese contínua, educação na fé.
- 4) Prática litúrgica – festas litúrgicas
 - Preparação direta dos sacramentos
 - Festa eucarística.
- 5) Prática teológica – o estudo sistemático das verdades da fé.

As dificuldades que surgem, devido à alteração das etapas, podem acontecer:

- 1) Nas etapas precedentes à etapa da catequese verificam-se falhas, chegando até, em certos casos, a ser postas completamente de lado estas etapas: a base para prosseguir ficará frágil. Assim, nem o convite à fé, nem o apelo à conversão, adequado à idade, terão o seu lugar.
- 2) Passado pouco tempo, o jovem deverá confrontar-se com a exigência de ter de compreender e avaliar a liturgia da Igreja que ainda não conhece suficientemente. Em particular não disporá da experiência pessoal relativamente aos símbolos litúrgicos. Assim, será incapaz de descobrir e de expressar a sua fé, nos textos, nos atos e nos gestos da liturgia, atos e gestos que serão estranhos para ele/a.
- 3) Passado pouco tempo terá de confrontar-se com conceitos teológicos, com uma maneira de pensar que os ensinamentos da Igreja e os elementos da fé irão transmitir-lhe. O uso claro destes conceitos surge como uma exigência nas suas comparações. Verificará de novo que o conteúdo da fé, introduzido pela catequese, não exprime as suas interrogações ou as “convicções” da sua fé. Mais ainda, fará a experiência de dois mundos diferentes, separados um do outro. Relativamente às etapas da evangelização – devido a métodos não adequados – não é fácil encontrar o seu verdadeiro, e atualizado, cumprimento. “Todavia na prática pastoral as fronteiras entre as duas ações não são facilmente delimitáveis. Frequentemente as pessoas, que têm acesso à catequese, necessitam, de facto, de uma verdadeira conversão. Assim, a Igreja deseja que, normalmente, uma primeira etapa do processo catequético seja dedicado a assegurar a conversão”.¹³

¹³ DGC 62.

3. O processo de iniciação e a conversão

É impossível transmitir a fé da Igreja sem a fé daquele que a acolhe. A fé daquele que acolhe não pode nascer sem a conversão. Por isso, a Igreja só pode transmitir a sua fé a uma pessoa convertida. A conversão e a fé são indissociáveis. A catequese - no momento da etapa de iniciação – deve servir para a conversão.

“A fé cristã, antes de mais, é conversão a Jesus Cristo, adesão plena e sincera, assim como decisão de caminhar no seu seguimento. A fé é um encontro pessoal com Jesus Cristo; é fazer-se seu discípulo. Isto exige o empenho permanente em pensar como Ele, de julgar como Ele e de viver como Ele viveu. É desta forma que se junta à comunidade dos discípulos e faz sua a fé da Igreja”.¹⁴

O Papa Bento XVI sublinha: “No início do ser-se cristão não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas sim o encontro com um acontecimento, com uma pessoa que confere à vida um novo horizonte e, com tudo isto, a orientação decisiva”.¹⁵

A conversão é uma relação pessoal com Jesus que nos leva ao Pai. O “sim” dito a Jesus Cristo, à plenitude da revelação do Pai, tem duas dimensões: contém, por um lado, a confiança em Deus e, por outro, a aceitação de tudo o que Ele revelou. Tudo isto é possível através do Espírito Santo.¹⁶

Na transmissão da fé, a nossa atividade catequética é dirigida à conversão, à construção da relação entre Deus e o jovem. Mais exatamente: desejamos ajudar o jovem a estar preparado para esta relação. Por sua vez, Deus está sempre preparado.

IV. A FÉ E O CONTEÚDO DO CREDO

1. As características da fé

“Em virtude da mesma dinâmica interna, a fé exige que se conheça, se celebre, se viva e traduza em oração”.¹⁷ Por conseguinte, a fé da Igreja é a que confessamos no Credo, que festejamos na liturgia, que realizamos quando conservamos a fé e mandamentos lado a lado, que aprofundamos na prece íntima.¹⁸ Na catequese ensinam-se as quatro formas da fé (liturgia, martírio,

¹⁴ DGC 53.

¹⁵ Deus Caritas Est 1.

¹⁶ CCC 150; 167.

¹⁷ DGC 84.

¹⁸ Cf. CCC 26.

diaconia e koinonia), ao mesmo tempo que as utilizamos como método na educação.¹⁹

A fé é vida. Toca e penetra todas as dimensões da pessoa humana assim como todas as dimensões daquela. Precisamente por isto pressupõe uma relação pessoal, edificando-se nesta.

2. A fé é fundamentalmente uma relação

A fé viva deseja a resposta da pessoa humana a Deus que se revelou. A fé é uma relação. Com a fé, o homem entrega livremente a Deus toda a sua pessoa; submete-se a Ele com a sua inteligência e vontade, a Ele, que se revela, aceitando voluntariamente esta revelação. Crer quer dizer ter dupla relação: uma com a pessoa, a outra com a verdade; com a verdade porque confiamos na pessoa que dá testemunho da verdade.²⁰

A relação com Deus necessita de uma escolha radical: contradizer tudo o que é Deus ou lhe pertence, o que, por isso mesmo, conduz à morte; quer dizer também “sim” à sua pessoa e a tudo o que a sua vida encerra. Isto significa, na prática, a renovação das promessas do batismo.²¹

Por tudo isto, cumprir com a catequese é também preparar a pessoa para as decisões diárias.

3. A necessidade da *traditio* (tradição) e da *redittio* (restituição)

A catequese ganha corpo com a confissão da fé, levando à confissão da mesma.²²

Na catequese, quando se fala da transmissão da fé, quer dizer ao mesmo tempo a transmissão da fé da Igreja (*traditio*); mas, com o mesmo gesto, a Igreja espera dos jovens que também eles(as), com o seu comportamento, a sua experiência, eventualmente com os seus combates, com a sua dedicação e com a sua vida, “se restituam a ela” (*redittio*), a vida. A fé terá de ser acompanhada pela mudança de vida, pela conversão: o jovem, motivado pelo Evangelho, começa a viver de uma nova forma.²³

O conhecimento da fé e o comportamento do crente – aceitar e viver a fé – estão intimamente ligados.

¹⁹ Cf. LG 6-9; SC 7; 10 AG 1-5; GS 1.

²⁰ Cf. DV 5; CCC 177.

²¹ Cf. OICA 219.

²² Cf. CCC 185-197.

²³ Cf. DGC 78.

4. O conteúdo da fé e o comportamento do crente

A aceitação do Credo exige o conhecimento dos dogmas. Mas os artigos 53-55 dos DGC e a doutrina do CCC exigem atenção pelo facto de não apenas ser necessário ensinar aquilo em que acreditamos, mas devemos mostrar também como crer: o que significa viver neste mundo, como crente. Disto vai resultar que o conhecimento mais profundo da fé ilumina a vida humana de uma forma cristã, alimenta essa mesma e permite ao homem dar testemunho da própria fé no mundo levando-o ao conhecimento mais profundo desta fé.²⁴

5. A relação da fé com o Credo da Igreja

A confissão da fé é autêntica se estiver relacionada com a Igreja. Todos proclamam o Credo da Igreja em nome próprio, diz-se o “credo”, mas recita-se na comunidade da Igreja. Assim, o “credo” passa a ser “acreditamos”, incorporando o indivíduo na comunidade e na missão da Igreja.²⁵

A confissão da fé é, por isso e ao mesmo tempo, pessoal mas também eclesial, um ato comunitário. Além disso, ao facto da fé ser pessoal, há que acrescentar que também é objetiva.

V. CONSIDERAÇÕES CATEQUÉTICAS - METODOLÓGICAS

1. As características da catequese introdutória – carácter catecumenal – na catequese dos jovens

A iniciação à comunidade da Igreja exige a aplicação catequética de carácter catecumenal com o objetivo de facilitar a decisão do indivíduo com vista a escolher a vida, lado a lado, com a pessoa de Jesus Cristo, a saber, a decisão inicial fundamental e a sua contínua renovação.

A catequese dos jovens presta atenção a estes elementos:

- 1) Na catequese dos jovens há que ter em consideração, da mesma forma, a etapas do processo de iniciação: a iniciação total à fé e à comunidade da Igreja baseada na decisão pessoal do indivíduo; a educação, o aprofundamento da fé e da vida cristã, que se nutre da catequese continuada; a formação pessoal, o envolvimento na liturgia e a transmissão cada vez mais alargada dos dogmas.

²⁴ Cf. CCC 150; 177.

²⁵ Cf. CCC 166-167; DGC 83.

- 2) O processo de iniciação dirige-se à pessoa toda: às suas capacidades intelectuais, espirituais, emotivas, à sua vontade, às suas relações humanas. Dado que uma pessoa vive em relação com os outros, isto é especialmente verdade para os jovens.

Simultaneamente estas capacidades fundamentais que constroem a pessoa, que caracterizam e formam a sua identidade, correspondem à natureza da fé harmonizando-se com ela.²⁶ Para experimentar a essência da fé experimenta-se a necessidade das próprias capacidades intelectivas, emotivas, da sua vontade, como também das suas próprias experiências construídas nas relações pessoais. Isto corresponde também às formas da fé e da Igreja que estão presentes na nossa vida.

Por conseguinte, na transmissão da fé edificamos sobre o aspeto natural – estas são as capacidades humanas; sobre o sobrenatural – esta é a fé e a sua natureza; e, finalmente, na ligação e harmonia de ambas. Este é o fundamento teológico da transmissão da fé, mas na nossa catequese também é o fundamento do método da transmissão da mesma.

- 3) A catequese dirige-se, forçosamente, à formação do contacto com Jesus Cristo e o indivíduo. Sem o conhecimento da fé, a transmissão da mesma, sem a formação de uma relação com Deus e com os membros da comunidade, a fé do jovem não se pode tornar pessoal e própria. Consequentemente na catequese há que perseguir o objetivo de construir e aprofundar uma relação pessoal com Deus.
- 4) O conhecimento da fé, a transmissão do Credo, devem acontecer como coisas vividas. Com isto não pretendemos unicamente os sentimentos, mas algo mais: uma experiência existencial que contemple toda a pessoa humana. A experiência transforma uma pessoa não apenas ficando nas suas capacidades (espirituais, intelectuais, emocionais, volitivas, racionais) mas construindo-a e penetrando-a.
- 5) No processo da interiorização do Credo – desde o momento do conhecimento dos dogmas até à decisão pessoal – é forçoso seguir os seguintes elementos, tendo em consideração a sua ordem:

²⁶ Cf. DGC 84.

1. Conhecer: partindo de factos, dar a conhecer o Credo com categorias claras;
2. Reconhecer: depois do conhecimento factual há que ajudar a conhecer os valores da verdade reconhecida;
3. Apreciar: não basta aceitar os valores em geral. É necessário que o jovem, relacionando-se com a verdade, conhecida e reconhecida, seja capaz de afirmar: “Isto é importante também para mim, pessoalmente”;
4. Decidir: após estas etapas do conhecimento, do reconhecimento e da apreciação, o jovem é capaz de escolher pessoalmente, de conduzir a sua vida de acordo com estes valores.
Se o jovem tem a possibilidade de percorrer estas etapas, pode esperar-se que tome a decisão de seguir a Cristo

2. A catequese e a linguagem da transmissão da fé

A inculturação da fé, sob determinados aspetos, opera através da linguagem. Isto é importante: que a catequese respeite e valorize a linguagem própria da mensagem, antes de mais, a bíblica, como também a histórico-tradicional da Igreja (Símbolo, liturgia) e a dita linguagem doutrinária (fórmulas dogmáticas); também é necessário que a catequese entre em comunicação com formas e termos próprios da cultura da pessoa a quem se dirige; finalmente, é preciso que a catequese estimule novas expressões do Evangelho na cultura em que este foi implantado.²⁷

A questão da linguagem da transmissão não se pode reduzir tão só à questão do uso da língua da expressão. A essência da fé expressa-se nas atividades da comunidade da Igreja: na liturgia (sobretudo na celebração da eucaristia; no testemunho dos seus membros; no serviço aos mais pequeninos, na vida da comunidade). Estas atividades são parte integrante da linguagem da transmissão (da fé).

A linguagem da catequese deve acompanhar a linguagem do Evangelho que é sempre uma linguagem de quem solicita e chama.

3. O papel da comunidade na transmissão da fé

“A comunidade cristã é a origem, lugar e meta da catequese. É sempre da comunidade cristã que nasce o anúncio do Evangelho, que convida todos os homens e mulheres a converterem-se e a seguirem a Jesus Cristo. Ainda

²⁷ DGC 208.

é a mesma comunidade que acolhe os que desejam conhecer o Senhor e comprometerem-se numa vida nova. Esta acompanha os catecúmenos e catequizandos no seu itinerário catequético e, com materna solicitude, torna-os participantes da própria experiência da fé, incorporando-os no seu seio”.²⁸

Por conseguinte, a comunidade cristã – a família, a paróquia, a escola católica, a associação ou movimento cristão, a comunidade base da Igreja, a comunidade dos jovens – é, em si mesma, uma comunidade viva. Com a sua existência anuncia, celebra e realiza ações, permanecendo o lugar imprescindível e vivo da catequese.

Há que sublinhar o caráter interpretativo da comunidade. Numa comunidade os dogmas experimentados tornam-se interpretáveis e compreensíveis. A comunidade, com a sua vida, com a sua liturgia, com a sua caridade torna-os conformes à vida, vivificados e autênticos.

4. O método da educação para a fé

“Na transmissão da fé, a Igreja não dispõe de um método automático nem de um método único; pelo contrário, à luz da pedagogia de Deus, discerne os métodos do tempo, assume com liberdade de espírito “tudo o que é verdadeiro, nobre, justo, amável, digno de honra e louvor” (Fil 4,8), em síntese, todos os elementos que não se opõem ao Evangelho, mas entram ao seu serviço. Isto encontra-se maravilhosamente confirmado na história da Igreja, em que tantos carismas de serviço da palavra deram origem a tão variados percursos metodológicos. Desta forma “a variedade dos métodos é um sinal de vida e uma riqueza” e, ao mesmo tempo, demonstração de respeito para com os destinatários. Esta variedade é uma exigência “da idade e do desenvolvimento intelectual dos cristãos, do seu grau de maturidade eclesial, espiritual e muitas outras circunstâncias pessoais”.²⁹

O elo entre conteúdo e método na catequese requer uma atenção especial, já que eles se podem definir reciprocamente. O princípio “fidelidade a Deus fidelidade ao homem”³⁰ ajuda a evitar a contraposição ou separação artificial entre método e conteúdo. O método reside no serviço da revelação e da conversão. Por outro lado, o conteúdo da catequese não é irrelevante no que diz respeito ao método, mas, por sua vez, é um processo de transmissão, adequado à mensagem, às fontes e sua linguagem, às circunstâncias da comunidade eclesial e à condição dos crentes, aos quais se dirige a catequese.

²⁸ DGC 254.

²⁹ DGC 148.

³⁰ Cf. EN 3-4.

Finalmente não se pode esquecer que o “método” mais importante é a pessoa autêntica do catecúmeno, a sua fé, a sua convicção, o seu comportamento atraente para os jovens.

VI. ELEMENTOS DA TRANSMISSÃO DA FÉ

1. A fé como via única e característica do conhecimento

Consideramos geralmente uma pessoa preparada quando recolheu, estudou, praticou as noções de um tema específico. Com as noções adquiridas é capaz de resolver exercícios complicados, tomar decisões relacionadas com a sua vida; por fim será capaz de tomar estas decisões sistematicamente.

Geralmente temos presente a estrutura do conhecimento intelectual, mesmo quando falamos da transmissão da fé. Em certo sentido – na medida em que o conhecimento dos conteúdos da fé é uma atividade intelectual – o exemplo referido diz também respeito à fé.

Mas nada se pode comparar com a estrutura interna da fé. Já para o conhecimento da fé necessitamos de um comportamento crente existencial. *“Quem guarda os seus mandamentos permanece em Deus e Deus nele”* (1Jo 3,24).

Na prática o milagre da fé é este: “Faz aquilo que te digo, que a verdade e a realidade abrir-se-ão perante ti”. Podíamos ter presente o centurião de Cafarnaum (cf. Mt 8,5-13); ou o comportamento de Pedro: “apoiado na tua palavra, lançarei as redes” (Lc 5,5); ou ainda o exemplo da Senhora da fé, a Virgem Maria: *“Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a vossa palavra”* (Lc 1,38).

A via particular da “conquista” da fé: “porque o diz a palavra de Deus é que o faço” – e a realidade da fé abre-se.

A educação para a fé exige que os jovens sejam introduzidos na “situação da fé”. É que só assim sou capaz de conhecer e experimentar o sentido da fé e do comportamento crente. A partir desta decisão existencial não se podem “salvar” os jovens. Ao contrário, a transmissão autêntica do Credo é o método desta lógica divina. “Não há que ter medo de sermos exigentes com eles no que diz respeito ao seu crescimento espiritual. Deve apontar-se para o caminho da santidade, estimulando-os a fazer escolhas com todo o empenho no seguimento de Jesus”.³¹

³¹ João Paulo II: *Ecclesia in Europa* 62.

2. Os elementos concretos e práticos a transmitir com o conteúdo do Credo

A seguir vamos introduzir alguns elementos fundamentais, que têm em consideração a perspectiva catecumenal; pode ajudar à transmissão da fé da Igreja aos Jovens. Estes elementos têm uma particular atenção à idade. Na transmissão sistemática do conteúdo pleno da fé há que também ter em consideração outros aspetos e métodos.

- 1) A *transmissão dos textos bíblicos*: na espiritualidade do processo de iniciação é necessário transmitir a Bíblia. Simultaneamente, sob um ponto de vista da catequese é útil escolher uma parte da Sagrada Escritura que o jovem procure realizar e viver. Periodicamente o jovem pode contar com a presença da comunidade e informá-lo sobre o êxito alcançado quanto à passagem escolhida, que ideias lhe sobrevieram acerca dela; que aprendeu e experimentou sobre Deus; como se encontra; quais foram as suas dificuldades. Desta forma, a Sagrada Escritura pode tornar-se no fio condutor da sua vida. Não apenas conhecerá as escrituras como pode estruturar a sua vida diária baseado nelas.
- 2) A descoberta da *beleza do mundo criado*: a maioria dos jovens não realizou a experiência fundamental da beleza, especialmente da beleza natural. A descoberta da beleza do mundo criado pode ajudar a desvelar o seu desejo da beleza. Surge disto mesmo a possibilidade de dirigir a sua atenção para a beleza não criada, para Deus.
- 3) *Interrogações existenciais* (vida, morte, sofrimento, vida eterna, felicidade) na perspetiva do Evangelho.

Levado até às interrogações fundamentais, o jovem preocupa-se mas nem sempre está disponível para as enfrentar até às últimas consequências. Recebendo ajuda podem fazer perguntas, levar as suas objeções, correndo o “belo” risco de chegarem ao ponto de aceitar, pessoal e com convicção – como a última resposta às suas interrogações – a existência de Deus. Isto pode lançar o fundamento de alguns dogmas do Credo.

- 4) *Ajudar a tomar decisões*. Mostrar as etapas da decisão: os jovens necessitam de ajuda na hora de tomar decisões ainda que digam o contrário. Frequentemente não correm o risco de tomarem decisões mesmo em situações diárias ou não arriscam permanecer fiéis às

decisões anteriormente tomadas. Se durante a catequese apresentarmos e implementarmos juntamente com eles os elementos do processo da decisão, poderá esperar-se que sejam capazes de tomar também decisões relacionadas com a verdade da fé.

- 5) *Introdução no serviço do próximo* e à prática regular deste serviço: se o jovem não tem nenhuma experiência de serviço aos outros, na partilha, no dividir o destino com toda e qualquer pessoa, terá dificuldade em compreender o valor do amor, da caridade, do serviço de Jesus Cristo prestado aos homens. Quando o jovem pratica a caridade, o dogma da encarnação, da redenção, tornam-se experiência e, consequentemente, compreensíveis para ele.
- 6) *Fazer conhecer as componentes do perdão e da reconciliação* e sua experiência: isto pode ajudar a compreender que Deus deseja perdoar sempre às pessoas, e em Jesus Cristo chegou a fazê-lo. Igualmente o jovem precisa de praticar a exigência do perdão ou do perdoar, necessita de praticar a reconciliação. As suas experiências neste domínio podem garantir a base para aceitar o respetivo ensinamento.
- 7) *A experiência dos sinais e dos símbolos da liturgia* como algo vivido: pode ajudar a experimentar a realidade representada pelos símbolos. Desta forma, na liturgia, que é o ambiente especial da confissão da fé, todos os símbolos despertam a atenção para aquilo que se confessa com palavras.
- 8) *Os sacramentos, a vida sacramental* – salientam-se os sacramentos da eucaristia e da remissão dos pecados. A vida apoiada nos sacramentos não é apenas um meio de compreender o conteúdo da fé, mas é uma relação íntima e interior. A vida em união com Deus é capaz de conhecer a riqueza da vida partilhada com Ele: as verdades anunciadas no Credo podem enriquecer a vida.
- 9) *O tomar da cruz*: exprime o sentido da fé da Igreja, expressa o núcleo dos seus ensinamentos. O centro da nova fé – a encarnação de Jesus Cristo, a sua morte na cruz e sua ressurreição – é a vida que nos conduz à vida eterna através da morte. Simultaneamente a cruz é a experiência diária da vida humana, como também uma condição para imitar Cristo (cf. Lc 9,23-25). Na catequese pouco antes de tomar-se calorosamente a cruz, devemos falar da relação entre sacrifício e vida humana; que as relações humanas se constroem com sacrifício; uma

vida que evite sacrifícios leva à destruição da vida; é preciso falar da experiência do próprio sacrifício; da relação entre os sacrifícios dos homens e a cruz de Cristo. Após o jovens terem refletido sobre estes temas, podem tomar uma cruz.

Esta pode ser a última etapa da catequese introdutória; os jovens recitam calorosamente o Credo (*redittio*), enquanto cada um pega na sua cruz.

VII. OS ELEMENTOS QUE APOIAM O PROCESSO DE INICIAÇÃO

1. A presença dos pais, do padrinho e da madrinha, do crismado, no processo de preparação

É evidente que a catequese, só por si, sem a cooperação das outras comunidades e de outras pessoas, presentes na vida dos jovens e necessárias à educação da fé, não é capaz de levar a bom termo a tarefa de transmitir a fé. Sabendo que, também frequentemente, estas pessoas – pais, padrinhos e madrinhas, testemunhas e outros docentes, têm necessidade de renovarem a sua fé.

Precisamente a sua ajuda na educação dos jovens para a fé é um bom motivo para os envolver na vida da Igreja. Há que descobrir o método a seguir para levar isto a efeito.

2. A preparação e o envolvimento da comunidade paroquial no processo da catequese dos jovens

É verdade que o primeiro lugar da catequese é a paróquia, mas a experiência geral mostra que a comunidade da paróquia não participa, ou participa pouco, no processo de iniciação dos jovens à fé.

Este processo renova, porém, a comunidade. Na medida em que a comunidade apoia os jovens no caminho do crescimento na fé – celebrando tudo através de ritos – pode reviver a sua dignidade cristã, pode renovar o terreno da sua vida comunitária.

São muitas as questões que se podem levar acerca disto.

3. Organizar o retiro espiritual

Para aprofundar o corpo espiritual parece necessário organizar, em tempos oportunos do processo de iniciação, retiros espirituais. Pelo menos para os jovens isto parece ser um peso demasiado grande, mas, no final do itinerário espiritual estão sempre contentes.

4. Os elementos do serviço da comunidade

O serviço feito na comunidade pode ser de grande ajuda para levar a cabo a verdade adquirida no serviço de todos os dons do Espírito em proveito da mesma comunidade. Os catecúmenos podem fazer a experiência da caridade, da sua entrega que informa e forma a nossa vida.

5. A pessoa e a preparação do catequista que se ocupa dos jovens

Além dos catecúmenos as pessoas mais importantes do processo são os catequistas. Se os catequistas estiverem preparados ou não, dependerá, antes de mais, da sua preparação pessoal e da sua espiritualidade. Ao mesmo tempo é importante construir a estrutura que assegure a educação e a atualização dos catequistas. Quando o catequista fala da fé deve ser pessoal, autêntico e convincente, ao mesmo tempo que ele/a transmite a fé da Igreja na sua plenitude. Como dizia o apóstolo João na sua primeira carta:

“O que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplámos e as nossas mãos tocaram, relativamente ao Verbo da Vida – de facto a vida manifestou-se; nós vimo-la, dela damos testemunho e anunciamo-vos a Vida eterna que estava junto do Pai e que se manifestou a nós – o que nós vimos e ouvimos, isso vos anunciamos, para que vós também estejais em comunhão connosco. E nós estamos em comunhão com o Pai e com seu Filho, Jesus Cristo. Escrevemo-vos isto para que a nossa alegria seja completa” (cf. 1Jo 1,1-4).

A iniciação cristã na dinâmica da fé

A pedagogia da iniciação na catequese

MONS. D. JAVIER SALINAS VIÑALS (*)

Na linha da nova evangelização para a transmissão da fé se situa o nosso Congresso. Desde essa perspectiva, a presente palestra trata de assinalar os momentos distintivos de uma pedagogia da fé que se inspira no processo de iniciação cristã e que podemos definir como “pedagogia de iniciação”. Com esta expressão estamos-nos a referir, num sentido amplo, a todas aquelas ações que a Igreja promove para suscitar e educar na fé.

Tomamos como referência para a reflexão o magistério dos bispos espanhóis e, particularmente, pela sua apresentação sistemática e a sua orientação pedagógica, o *Texto nacional para a orientação da Catequese*¹ (TNOC), da Conferência Episcopal Francesa, que desenvolve a proposta do *Diretório Geral da Catequese* (DGC), nos seus números 78 e 91.

Vale a pena aprofundar essa proposta, pois se concretiza numa renovada consciência da responsabilidade catequética de toda a Igreja e dela nasce a proposta de uma pedagogia de iniciação que, sem identificar-se totalmente com a pedagogia própria do catecumenado batismal, se inspira nela².

(*) Bispo de Tortosa, Presidente da Subcomissão Episcopal de Catequese da Conferência Episcopal Espanhola. Congresso Europeu de Catequese, Roma 2012.

¹ *Texte national pour l'orientation de la catéchèse en France et des propositions pour l'organisation catéchétique*, Bayard - Cerf - Fleurus - Mamem, 2006.

² Cf. J.-CL. REICHERT, «Pédagogie d'initiation et pédagogie de l'initiation», en *Lumen Vitae*, LXI, 3 (2006) 319-331.

1. Uma mudança de perspectiva

Todos os Sínodos dos Bispos convocados depois do Concílio Vaticano II, se fazem eco da cultural e social em que vivemos, ou dos desafios cada vez mais notáveis que estas mudanças supõem para a fé ou a sua transmissão. Estes desafios aparecem também no documento preparatório do próximo Sínodo dos Bispos. Os tempos mudaram, mas somos conscientes de que também hoje continua vigente o mandato evangélico “ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado.”³

2. Para uma pastoral da iniciação cristã

Perante esta nova situação, os documentos do magistério eclesial propõem novos caminhos para a transmissão da fé. Todos assumem que esta não se pode centrar na oferta de uma explicação ou em esclarecer uma fé que não habita no coração das pessoas, mas em fazer uma proposta que suscite ou eduque esta fé.

Nas raízes desta nova perspectiva está a recuperação do conceito sacramental ou da pastoral de “iniciação cristã” ou do caminho de educação para a fé interno à mesma: o catecumenado batismal. Assumir isto supõe uma renovação do processo da ação catequética, tal como a entende o *Diretório Geral para a Catequese* no número 66.

3. Dinamismo de uma pedagogia de iniciação

Esta profunda renovação do dispositivo catequético da Igreja se apoia na necessidade de desenvolver uma dupla ação: a missionária ou a da iniciação cristã. Esta dupla ação constituiu um ponto de partida comum, tanto para o desenvolvimento do catecumenado batismal, no sentido mais próprio, como para a ação catequética realizada, ou por realizar, com os batizados.

O *Diretório* insiste em que o catecumenado tem de inspirar o conjunto da ação catequética da Igreja⁴, embora sem o reproduzir mimeticamente, o que nos oferece chaves iluminadoras⁵:

³ Mt 28,19-20.

⁴ Cf. DGC, 59.

⁵ Cf. *Ibid.*, 91.

- *Prioridade do anúncio missionário.* A situação sociorreligiosa atual requiere a missão “ad gentes”, dirigida aos não batizados, ou uma nova evangelização que proponha a fé aos batizados que vivem afastados da vida cristã.
- *Responsabilidade de toda a comunidade eclesial.* É a comunidade cristã quem entrega progressivamente os bens que transformam a vida, e é nela onde os catequizandos os vão fazendo próprios. É a dinâmica da tradição/reddito. É “o lugar” do diálogo entre a ação de Deus e a resposta humana, na e a partir da Igreja.
- *Função de iniciação.* A mediação maternal da Igreja realiza-se através de duas funções pastorais intimamente relacionadas: a catequese e os sacramentos de iniciação. Também os lugares que exercem uma função de iniciação, como são a família cristã, as associações e movimentos, o mundo escolar ou especialmente o ensino religioso escolar exercem uma função de iniciação⁶.
- *Dimensão pascal.* Pelo Batismo, ficamos incorporados no Mistério Pascal de Cristo. Somos introduzidos na Nova Aliança, passamos de homem velho a homem novo, à luta ou superação do mal com a ajuda da graça, à esperança da ressurreição para entrar na dinâmica de uma vida segundo o Espírito⁷.
- *Atenção inicial ao processo de inculturação da fé.* Todo o processo de iniciação se inspira na pedagogia de Deus, que fala aos homens como amigos. Se trata de desenvolver as consequências pedagógicas da “condescendência de Deus”, convertendo-a assim numa verdadeira escola para a pessoa. Isto leva a comunicar a Palavra de Deus, ou a fomentar uma atitude de escuta ou de acolhimento.

⁶ Cf. *Ibíd.*, 51.

⁷ “La iniciación cristiana introduce, no solo en una comunidad humana, ni sólo en un mundo en el que se deja gran espacio a Dios, sino, sobre todo, en una historia de la que Dios y el hombre son simultáneamente protagonistas y de la que el iniciado comienza a ser también ator.” En F. RUFFINI, «Iniciación cristiana», en G. BARGAGLIO Y S. DIANICH, *Nuevo Diccionario de Teología*, Editorial Cristiandad, Madrid 1982, 758. “A iniciação cristã introduz, não só na comunidade humana, nem apenas num mundo em que se deixa grande espaço a Deus, mas, sobre tudo, na história de que Deus e o homem são simultaneamente protagonistas e da qual o iniciado começa a ser também ator.”

- *Escola de fé.* Seguindo a pedagogia do catecumenado batismal, cujo itinerário situa no seu centro o crescimento humano e cristão de quem se inicia na fé, a Catequese configura-se como um processo formativo ou uma verdadeira escola de fé: gradual e progressivo, estruturado em etapas, um caminho a percorrer para chegar à identificação batismal com Cristo⁸. No caso das crianças ou jovens, este processo tem de ter uma dimensão educativa que abarque, não só o conjunto da proposta da fé, como também a formação naquelas atitudes que tornam possível o seu adequado acolhimento segundo as etapas do crescimento da pessoa⁹.
- *Primazia da fé ou liberdade da pessoa.* O itinerário de iniciação pretende, mais que transmitir um saber, introduzir no mistério da fé¹⁰. Uma dinâmica que se realiza como “um processo de procura, de escuta e de diálogo; de descoberta do Senhor ou de aproximação a Ele, de entrega ou «obediência da fé» (cf. Rm 1, 5; 16. 26), em que antes ou, acima de tudo, está a ação do amor de Deus que ilumina, da plenitude e mudança do coração do homem. Isto é, com toda a propriedade, um itinerário de fé”¹¹.

4. Pontos de partida ou a dinâmica de uma pedagogia de iniciação em Catequese¹²

O termo *iniciação cristã* forma parte da linguagem comum das nossas Igrejas. Inclusive se poderia dizer que “a iniciação cristã é já um conceito ou uma função pastoral reconhecida e bem consolidada nas Igrejas locais...”¹³. Isto leva-nos a entrar no tema fundamental que nos propomos: mostrar os traços próprios de uma pedagogia de iniciação que seja comum à ação catequética da Igreja dentro do amplo quadro da nova evangelização.

Dita pedagogia refere-se a todo o processo orientado para facilitar que a pessoa acolha o dom de Deus, ou se proponha: impulsionar as condições

⁸ Cf. *Ibid.*, 129.

⁹ Cf. *Ibid.*, 178.

¹⁰ Cf. DGC, 68.

¹¹ Cf. M. DEL CAMPO, «La catequesis al servicio de la iniciação cristiana. Nuevo paradigma de la catequesis», en *Teología y catequesis* 101-102 (2007) 207.

¹² TNOC, págs. 45-60.

¹³ SÍNODO DOS BISPOS. XIII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, «A nova evangelização para a transmissão da fé cristã. *Lineamenta*», 18.

necessárias que possibilitem a experiência espiritual nas distintas situações ou etapas da vida; ajudar a participar na experiência cristã, presente no que a comunidade eclesial crê, celebra, vive e ora; oferecer itinerários que, de forma gradual ou progressiva, através da Catequese e da liturgia, levem à incorporação do Mistério Pascal na vida da Igreja.

Após um sumário percurso pelo DGC, iluminador do dinamismo da pedagogia de iniciação, apresento, na sua continuação, as linhas de força que orientam esta pedagogia. São pontos de partida, de apoio, a partir dos quais surge uma dinâmica pedagógica. Para isso, como já assinalai, tomo como referência o texto da Conferência Episcopal Francesa para a orientação da Catequese e alguns outros contributos.

4.1. Uma pedagogia do dom e da liberdade

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação articula-se em torno à primazia da fé ou à liberdade da pessoa, e requer a liberdade como primeira condição para que possa começar um caminho de iniciação cristã. À liberdade da pessoa deve corresponder o anúncio do dom de Deus. Isto é, tem-se o primeiro anúncio como ponto de partida, ao que sempre haverá que voltar, encaminhando para o encontro com Cristo segundo a fé da Igreja.

Quando se trata de crianças pequenas, é evidente que a liberdade a exercem, em primeiro lugar, os pais. Mas deve-se tender para tornar possível que sejam as crianças as que a tornem própria. E isto é verdade também para aqueles que foram educados cristãmente, pois o Evangelho sempre se propõe a partir da liberdade ou para a liberdade. Não se impõe, propõe-se; não se herda sem mais, mecanicamente, mas deve ser livremente aceite.

– *Ações a realizar*

Por causa da diversidade de situações, é necessário que se ofereçam diferentes propostas, dentro de uma orientação comum. Faz falta um umbral, um “átrio dos gentios”, para abrir o caminho para o Evangelho.

Além disso, será necessário criar um clima de acolhimento incondicional que, no caso das crianças, será o despertar religioso, o primeiro anúncio da fé vivido no seio da família, em tom afetivo e global. Também há que valorizar

o contributo próprio da educação cristã que se oferece no mundo escolar ou, de forma particular, o ensino religioso escolar.

– *O catequista/acompanhante*

Muitos estão dispostos a empreender este caminho sem se terem dado conta de todas as implicações da sua ação, pelo que será necessário que o catequista desenvolva um discernimento que lhe abra horizontes e o predisponha a decidir-se pela vida cristã. Também é necessário recuperar a função do apadrinhamento, procurando fórmulas que apoiem realmente aquele que se inicia na fé, especialmente as crianças que vivem em famílias onde se dá uma débil experiência de fé.

4.2. Uma pedagogia que se realiza num processo gradual ou progressivo

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação, que se inspira na pedagogia divina, requer um itinerário, pois com ela se entra na experiência de fé através de um processo gradual ou progressivo. Assim como Deus, na sua revelação, assume a condição histórica do homem, assim também este itinerário tem em conta o processo de fé de cada pessoa, com o seu ritmo próprio.

– *Ações a realizar*

Propor, rigorosa, organizada e claramente um itinerário, assegura o respeito pela liberdade das pessoas. Ou, para não o confundir com uma mera proposta didática, se deverá ter em conta que se trata de um itinerário ao serviço de um processo interior que leva a pessoa a amadurecer na fé e, portanto, está aberto à ação do Espírito Santo, que leva por caminhos e impulsos que não estão programados.

– *Catequista/acompanhante*

Entre as condições que tornam possível um itinerário há que sublinhar o valor do acompanhamento. Neste aspeto, a prática do catecumenado de adultos tem muito que ensinar: o catequista está ao serviço de um itinerário que deve guiar, mas que não lhe pertence.

4.3. Uma pedagogia ao serviço da Revelação

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação deixa que a Palavra de Deus, que ressoa nas Escrituras que a Igreja nos entrega¹⁴, fale por si mesma. A Catequese “transmite os factos ou as palavras da Revelação: deve proclamá-los ou narrá-los”¹⁵. Deus fala aos homens “como amigos”; fala-lhes para estabelecer uma relação de intimidade com eles; procura-os, vem ao seu encontro, suscita a sua livre resposta de fé¹⁶.

– *Ações a realizar*

Na pedagogia de iniciação, a mediação de um texto bíblico alimenta a experiência do diálogo que Deus, incessantemente, quer estabelecer com os homens pelo Espírito Santo. Oferecer uma chave de leitura para entrar no significado da Sagrada Escritura é fundamental. Por exemplo, a leitura orante da Escritura, que tem em conta o valor do texto e dispõe à leitura com o espírito, articula numa mesma unidade o sentido literal e o sentido espiritual do texto¹⁷.

– *Catequista/acompanhante*

A pedagogia de iniciação parte do facto de que é Deus quem toma a iniciativa, ou vem ao nosso encontro, sublinha o carácter gratuito e surpreendente da iniciativa divina. A pedagogia de iniciação trata de sensibilizar para a novidade que supõe a ação salvífica ou gratuita de Deus; de suscitar o desejo do encontro ou a resposta.

O catequista, com o seu testemunho de oração ou com o seu acompanhamento, deve ajudar a esta sensibilização ou ao diálogo do homem com Deus, atender às dificuldades ou às perguntas, ou oferecer a sua palavra de luz ou de consolo...

¹⁴ Cf. *Verbum Domini*, 74.

¹⁵ *Ibid.*, 39.

¹⁶ Cf. *Dei Verbum*, 2

¹⁷ Cf. *Verbum Domini*, 37-38.

4.4. Uma pedagogia que parte do coração da Igreja

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação considera a Catequese como um ato da tradição viva da Igreja, que transmite tudo o que ela é ou crê. Assim, pois, não pode reduzir-se a um conhecimento das expressões históricas da Tradição, mas também tem de introduzir na corrente viva da comunidade cristã¹⁸, desde a época apostólica até aos nossos dias.

– *Ações a realizar*

Uma pedagogia de iniciação introduz na experiência de uma fé que sempre nos precede, que “resplandece na vida da Igreja, na sua história duas vezes milenária, ou, sobretudo, o testemunho dos cristãos, particularmente dos santos”¹⁹. Daí o valor do exemplo dos santos e mártires, da contribuição decisiva da pedagogia da santidade.

Entrar na Tradição viva da Igreja é entrar em contacto com os cristãos, é deixar-se acompanhar pelo seu testemunho. A Catequese nos submerge na história, tradição e vida desta família, nas suas convicções, nos seus costumes, na sua linguagem; em tudo aquilo que a constitui.

– *Catequista/acompanhante*

O catequista deve atrever-se a ser uma testemunha da fé que recebeu da Igreja e que, em seu nome, a propõe. Nesta linha, os “documentos da fé” têm um valor fundamental no itinerário catequético. O *Catecismo da Igreja Católica*, ou o seu *Compêndio*, são expressão da linguagem da fé ou referência da fé da Igreja, pelo que a pedagogia de iniciação convida o catequista a reconhecê-los como textos de referência, seguros e autênticos para o ensino da doutrina católica²⁰. Neste sentido, a linguagem da fé é uma exigência fundamental para se participar na comunidade de fé. Sem uma linguagem comum, como poderíamos partilhar uma mesma fé? É certo que se existe uma relação entre linguagem e experiência, a fé vai mais longe do que as palavras: é encontro com o Mistério.

¹⁸ Cf. DGC 105.

¹⁹ DGC, 95.

²⁰ Cf. BENEDICTO XVI, *Motu proprio* ao apresentar o *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica*, 25 junho de 2005.

4.5. Uma pedagogia que promove itinerários de tipo catecumenal

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação contempla o itinerário catecumenal, que tem distintas modulações segundo se dirija aos adultos, às crianças ou aos jovens. No primeiro caso, deve ter em conta a chamada permanente à conversão, com todas as suas exigências de rutura ou de novidade de vida. No caso das crianças ou dos adolescentes, o processo deve-se articular em torno de uma educação que garanta a sua maturidade, a fim de que possam aceitar a fé de uma forma livre e não como uma herança que é necessário acomodar-se.

– *Ações a realizar*

Uma pedagogia de iniciação propõe itinerários que se apoiem e façam viver já a graça dos sacramentos, pois a Igreja acolhe nos sacramentos o dom gratuito de Deus. Assim, a celebração litúrgica chegará a ser uma experiência que ilumina e configura a vida de quem nela participa²¹. Mas o mistério do dom de Deus é tão grande que torna necessário que a Igreja proponha uma Catequese que se prolonga para além da celebração sacramental, a chamada “Catequese mistagógica”.

– *Catequista/acompanhante*

A experiência cristã descansa sobre a descoberta transformadora de se ser esperado, desejado, chamado, amado gratuitamente. É Deus quem dá o primeiro passo e vem a nós, o que inicia na fé. Sob este ponto de vista, o catequista é referência para educar no sentido de uma participação ativa na celebração litúrgica, numa participação rica e frutuosa, que vá vertebrando todo o caminho de formação.

4.6. Uma pedagogia do “seguimento”

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação requer que se tenha em conta que, no itinerário catecumenal, o rito de “eleição” manifesta que é Deus quem nos escolheu e que espera a nossa resposta. O dom da sua graça vai por diante da nossa resposta e torna-a possível. A pedagogia de iniciação tem aqui o seu ponto de apoio para a proposta ética, que se situa na dinâmica do dom e da resposta;

²¹ Cf. DGC, 85.

da alegria e do esforço, do Deus que escolhe e ama incondicionalmente, e do homem, que lhe responde com a sua vida.

– *Ações a realizar*

Uma pedagogia de iniciação educa para um agir cristão que funda as suas raízes na graça de Deus. Só a partir da vivência de ter descoberto um tesouro se podem colocar as exigências morais do Evangelho²². Quanto impulsiona a experiência do dom de Deus, assinala o fundamento sobre o qual edifica e educa a vida nova do discípulo de Cristo; um caminho de transformação interior, que tem como referência indispensável “o Sermão da Montanha, no qual Jesus retoma o decálogo e o impregna do espírito das bem-aventuranças.”²³

– *Catequista/acompanhante*

Na pedagogia de iniciação, o catequista inspira-se em quanto nos oferece o RICA para o tempo da purificação e da iluminação. Nele se assinala a tarefa da formação espiritual e moral. Assim, o catequista deve discernir sobre a vida daqueles que se estão introduzindo na fé. A sua proposta dirige-se aos corações e às mentes para purificá-las, para discernir o que todavia não se conseguiu, para conseguir aquele que é o fruto distintivo de um sim ao Evangelho. Em tudo isto, sempre deverá oferecer a experiência do perdão gratuito e incondicional de Deus.

4.7. Uma pedagogia aberta à diversidade cultural

– *Ponto de partida*

A pedagogia de iniciação propõe-se acompanhar o renascer da identidade singular e incomparável da pessoa humana. Este renascer graças ao seguimento de Cristo manifesta-se numa abertura à amizade e numa capacidade de diálogo permanente. A Catequese favorecerá a expressão pessoal e a relação social, tendo em conta que a experiência de grupo, no itinerário da fé, introduz na experiência da comunidade eclesial²⁴.

– *Ações a realizar*

Fomentar um espaço interpessoal na Catequese, contribui especialmente para a relação social. A partir desta perspetiva se procurará valorizar os meios

²² Cf. CCE, 1692.

²³ DGC, 85.

²⁴ Cf. DGC, 86 y 159.

de que agora dispomos, sabendo equilibrar bem a linguagem da imagem com a da palavra, a linguagem da escrita com a das novas mediações culturais.

Também a beleza é um caminho e a arte uma mediação particularmente rica e prometedora. A linguagem artística permite à Igreja tornar perceptível e fascinante o mundo do espírito, do invisível, de Deus. A arte não é só o património do passado, mas uma linguagem privilegiada, ponto de encontro cultural com a tradição viva que nos une ao Evangelho.

– *Catequista/acompanhante*

Desenvolver esta dimensão da pedagogia de iniciação põe à prova a capacidade do catequista para acolher a diversidade e promover novas expressões da fé. Será necessário crescer na escuta e suscitar e promover novas respostas, que não devem ser fabricadas por nós, mas devem surgir do encontro com o Evangelho.

5. Questões em aberto

A pedagogia de iniciação, ponto de encontro entre a Catequese dirigida aos batizados e a dirigida aos catecúmenos, funda as suas raízes na condição de mistério de comunhão e na missão evangelizadora da Igreja, que se desenvolve quando as comunidades cristãs assumem a responsabilidade de ser luz do mundo. A realidade da Igreja e a dinâmica da iniciação estão intimamente vinculadas. A iniciação revela uma determinada imagem de Igreja, e vice-versa.

A pedagogia de iniciação é um caminho para a evangelização, que é necessário concretizar e iluminar, colocando algumas questões que, desde o meu ponto de vista, permanecem abertas.

5.1. Como estimular a responsabilidade evangelizadora da comunidade eclesial?

Só uma nova consciência da responsabilidade evangelizadora da Igreja pode levar a uma atividade missionária e de iniciação capaz de responder aos desafios da hora presente.

5.2. Como desenvolver a dimensão educativa, a pedagogia de iniciação, relativamente às crianças e aos jovens?

A pedagogia de iniciação requer desenvolver uma grande capacidade de coordenação de todas as ações que convergem para o processo de iniciação e maturação da fé das crianças, dos adolescentes ou dos jovens. Trata-se de desenvolver uma ação pastoral que integre múltiplas ações de educação na fé em função do crescimento daqueles que nela se iniciam.

5.3. Que formação se necessita para uma pedagogia de iniciação?

Se a pedagogia de iniciação surge no contexto de uma Igreja que assume a sua responsabilidade evangelizadora, uma característica fundamental da formação dos catequistas, terá de ser que esta se enraíze na realidade mesma da Igreja: introduzir-se no mistério da fé, integrar as dimensões da fé, unir a Catequese com a liturgia...

Finalmente, como renovar o impulso dos pastores que guiam a comunidade cristã? Ajudá-los a acolher de novo a sua responsabilidade pastoral desde a perspectiva da iniciação cristã constitui um grande desafio para o futuro imediato.

5.4. Que fazer neste tempo de transição?

As mudanças que introduz a pastoral da iniciação cristã no conjunto da ação catequética situam-se dentro de uma tradição de educação da fé que a Igreja desenvolveu nos últimos séculos. Isto diz-nos que as novas propostas não podem realizar-se de uma maneira rápida ou generalizada. Será necessário tomar as coisas com calma, saber que estamos desenvolvendo uma proposta que é um longo caminho, que o Espírito impulsiona o caminho eclesial. Por isso, neste tempo de transição, que é, também, tempo de novidade, será urgente estimular experiências catequéticas ou educativas coerentes com a proposta de iniciação cristã. Assim como, também, explorar as possibilidades do já realizado, pois hoje, na Igreja, existem novos caminhos para introduzir na fé, tanto para aqueles que pedem o Batismo, como para aqueles que voltam para a fé. E, para tal, será necessário encontrar uma gramática comum. Trata-se de que, em toda a comunidade diocesana, se possa iniciar na fé propondo todo o Evangelho. Um critério que deve guiar as múltiplas iniciativas, para salvaguardar a unidade na confissão da fé e na vinculação à Igreja, que exerce a sua maternidade de múltiplas formas, mas que só pretende engendrar novos filhos de Deus à imagem de Jesus Cristo para a vida do mundo.

Apresentação dos resultados do Estudo-sondagem sobre a Iniciação Cristã das Crianças e dos Adolescentes (*)

CRISTINA SÁ CARVALHO (**)

1. Introdução

Com vista à sua discussão no Congresso Europeu da Catequese, que teve lugar em maio de 2012, em Roma, organizado pelo Conselho Europeu das Conferências Episcopais (CCEE), os departamentos nacionais da Catequese dos diversos países que compõem esse Conselho foram convidados a participar com uma sondagem nos seus países relativamente às variáveis que influenciam a iniciação cristã das crianças e dos adolescentes entre os 7 e os 16 anos. Dos países convidados, 8 responderam pela preparação e aplicação de um questionário e 3 responderam através de uma síntese de observações.

O presente relatório de apresentação dos resultados recolhidos em Portugal pelo Departamento de Catequese do Secretariado Nacional da Educação Cristã segue as indicações dadas pelo protocolo do questionário enviado pela CCEE, embora o método que adotámos para a recolha de dados seja diferente do que foi genericamente proposto; pretendemos adaptá-lo melhor para um estudo com crianças e adolescentes, já que o método proposto decorre de um estudo internacional que visa analisar a Iniciação Cristã de jovens adultos através de questões orais colocadas em grupo e que nos pareceram desfasadas da realidade das idades visadas; do

(*) Este estudo contou com a colaboração de I.Fraga e M.Carvalho na introdução dos dados no programa SPSS.

(**) Psicóloga educacional, docente de Psicologia e Pedagogia da Religião na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Responsável pelo Departamento de Catequese no Secretariado Nacional da Educação Cristã.

questionário aplicado em Portugal (turmas de 4^º, 7^º e 9^º/10^º ano de quatro escolas católicas de quatro dioceses diferentes) reportam-se aqui apenas os resultados tratados a partir das respostas anónimas, fechadas ou semi-abertas, uma vez que introduzimos para os alunos de 7^º ano e 9^º/10^º um conjunto mais vasto e complexo de perguntas abertas, atualmente em estudo, com o objetivo de nos ajudar a compreender melhor as representações sobre o religioso e a sua formação nestas idades. Estas questões não estavam previstas no referido protocolo, mas pareceu-nos que deveríamos aproveitar a oportunidade para as colocar.

Os resultados conseguidos, tanto a nível da amostra portuguesa como das cerca de 3.500 respostas obtidas pelo conjunto dos estudos realizados, apontam algumas importantes linhas de reflexão mas requerem, e merecem, um estudo mais qualificado, controlado e minucioso. De qualquer modo, não desmerecem alguma atenção até porque replicam resultados encontrados em estudos internacionais que foram realizados noutros contextos e com outros objetivos. Também pareceu motivação suficientemente importante a possibilidade de se levar as vozes destas crianças e destes adolescentes europeus até aos centros de decisão em catequese e catequética.

1.1. Caracterização dos grupos questionados

Foram questionados 302 indivíduos através de um inquérito escrito individual, aplicado por professores das escolas escolhidas e em quatro dioceses do país: Braga, Porto, Coimbra e Évora. No caso dos alunos mais jovens (4^º ano) o protocolo de aplicação indicava que as perguntas deveriam ser progressiva e individualmente introduzidas pelo adulto, que aguardaria que todos os inquiridos respondessem para passar à pergunta seguinte, de modo que todos compreendessem bem a tarefa. Os aplicadores não poderiam dar nenhuma instrução para além das necessárias para a compreensão da tarefa. Os inquiridos foram informados sobre a garantia de confidencialidade e anonimato sobre as suas respostas.

Relativamente às idades, a amostra contemplou 102 crianças de 10 anos, 103 adolescentes de 12 anos e 97 adolescentes de 14/15 anos. 52,7% da amostra são inquiridos do sexo feminino e 47,3% do sexo masculino.

As escolas que participaram no estudo situam-se todas em meio urbano. Não se inquiriu os sujeitos sobre o meio social da família mas este é descrito pelas escolas como sendo de classe média.

1.2. Tradição religiosa familiar

Como este estudo pretendeu estudar as variáveis (preparação dos sacramentos, vida na comunidade de fé, acontecimentos da vida familiar e pessoal, relações com figuras de referência – pais, avós e padrinhos; relação com os amigos) que influenciaram crianças e adolescentes que realizaram um processo de Iniciação Cristã (mesmo que correndo o risco de confundir esta com o currículo dos sacramentos de iniciação) todos os *inquiridos* são estudantes em escolas católicas, alunos de Ensino Religioso Escolar (disciplina curricular de Educação Moral e Religiosa Católica, referida como EMRC) e, quase sempre, como adiante se verá, participam em grupos de catequese. Para o garantir, foram colocadas algumas questões sobre a prática religiosa familiar, que parece presente em todas as famílias, ou quase¹.

Da amostra, 100% dos inquiridos são *Batizados*, das crianças 87,3% fizeram a *Primeira Comunhão* e dos Adolescentes 91,8%. Nenhum dos inquiridos (0%) foi *confirmado*.

Relativamente à prática dominical, das Crianças 91,2% (73,1% com os pais; 3,2% com os amigos, 11,8% com as avós) assistem à *Missa de Domingo*; no caso dos Adolescentes, são 72,2% dos inquiridos que assistem (27,8% com os pais; 72,2% com os amigos).

Do ponto de vista da prática de oração, 2% das Crianças e 65,7% Adolescentes, *Não Rezam*; 37,9% das Crianças e 7,1% Adolescentes rezam *Às Vezes*; 6,3% das Crianças e 15,7% dos Adolescentes *Poucas Vezes* e 53,9% das Crianças e 4,3% dos Adolescentes rezam *Sempre*.

Quanto à frequência da *Catequese*, 11,9% das Crianças e 55,3% dos Adolescentes *Já frequentou* e 81,2% das Crianças e 41,5% dos Adolescentes *Frequenta agora* (no ano pastoral do estudo).

1.3. Percepção da sua religiosidade

Colocou-se um pequeno número de questões para procurar caracterizar, embora de forma muito limitada, a forma como os sujeitos percebem a sua

¹ Os dados apresentados de caracterização da situação religiosa dos inquiridos, tal como apresentados de seguida, só constam do estudo português.

própria religiosidade. Não sendo as questões particularmente finas, de qualquer modo é interessante comparar as respostas das Crianças com as dos Adolescentes.

Relativamente à questão «Considera-se uma pessoa... RELIGIOSA», 41,2% das Crianças e 5,2% dos Adolescentes considera-se *Muito religioso*; 42,2% das Crianças e 27,8% dos Adolescentes considera-se *Bastante religioso*; 16,7% das Crianças e 49,5% dos Adolescentes considera-se Pouco religioso; 16,5% dos Adolescentes considera-se *Nada religioso*, mas nenhuma criança (0%) escolhe essa opção.

Sobre a proposição «Acho que conheço bem ... Deus, Jesus, o Espírito Santo», encontrámos as seguintes respostas afirmativas: 49% das Crianças e 43,3% dos Adolescentes acham que *conhecem bem Deus*; 41,2% das Crianças e 48,5% dos Adolescentes acham que *conhecem bem Jesus*; 62,4% das Crianças e 28,9 % dos Adolescentes acham que *conhecem bem o Espírito Santo*.

Relativamente à percepção da força da sua fé, a proposição «Tenho uma Fé...» foi assinalada como *Muito forte* por 47,1% das Crianças e por 7,2% dos Adolescentes; como *Forte* por 50% das Crianças e por 47,4% dos Adolescentes; como *Fraca* por 2,9%; das Crianças e por 27,8% dos Adolescentes e por *Muito fraca* por 17,5% dos Adolescentes. Nenhuma Criança (0%) assinalou a resposta *Muito fraca*.

Sobre a importância da sua fé, «A minha fé é... para mim», 71,6% das Crianças e 18,8% dos Adolescentes assinalaram a resposta *Muito importante*; 25,5% das Crianças e 44,8% dos Adolescentes assinalaram *Importante*; 1% das Crianças e 22,9% dos Adolescentes escolheram *Pouco importante* e 2% das Crianças e 13,5% dos Adolescentes assinalaram *Nada importante*.

Quanto à influência da fé na sua vida, «A fé tem... influência na minha vida», 54,5% das Crianças e 9,3% dos Adolescentes assinalaram a resposta *Muita*; 35,6% das Crianças e 32% dos Adolescentes indicam *Pouca* e 4% das Crianças e 16,5% dos Adolescentes assinalam *Nenhuma*.

2. Resultados dos grupos de idades Infância e Adolescência (para permitir alguma comparação entre idades) relativamente às questões indicadas pelo questionário internacional

2.1. Especialmente durante os anos de escola primária, como é que os pais e outras pessoas influenciaram o seu percurso religioso?

A importância dos catequistas e dos professores de ensino religioso escolar é muito grande (80% das crianças (Cr) e 74% dos adolescentes (Ado) referem que é **quem os ensina sobre religião**); a importância dos pais e dos avós relativamente ao conhecimento de conteúdos do religioso parece menor e decresce ligeiramente com a idade: Cr=15% pais, 3% avós; Ado=11,5% pais e avós). Também indicam que é sobretudo aos professores e catequistas que **colocam questões sobre religião** Cr=71,3%; Ado=46,7%; os adolescentes questionam mais os pais (Cr=19,8%; Ado=25%;), as avós (Cr=4%; Ado=17,4%) e os amigos (Cr=2%; Ado=4%;).

No entanto, a **influência geral dos pais** (“Ensinares a ser cristãos”) é percebida como muito elevada tanto nas crianças (87,3%) como nos adolescentes (88,7%), e só alguns adolescentes consideram que a influência proporcionada pelos pais não existiu (11,3%, contra 0% nas crianças). Também indicam que são os pais que **levaram/levam à catequese** (Cr=91,8%, Ado=88,5%) e **escolhem EMRC** (Cr=91%; Ado=88,7%).

A **influência geral dos avós** (“Ensinares a ser cristãos”) parece igualmente elevada: 81,4% das crianças e dos adolescentes referem-na, e apenas 18,6% dos adolescentes considera que não existiu, portanto, numas percentagens próximas das dos pais. Do ponto de vista do que é a “rotina educativa religiosa” os avós já estão muito menos presentes (o que pode indicar que há formas de influência importantes, percebidos pelas crianças e adolescentes, para além do estabelecimento ou acompanhamento de determinadas atividades/rotinas de cariz religioso): as crianças referem 22,1% que levam à catequese, 10,3% que influenciam a escolha de EMRC; os adolescentes indicam que os avós estão relacionados com a sua catequese em 37,5% dos casos e que 20% influencia a frequência de EMRC.

2.2. Havia/há na família hábitos regulares que determinam o seu viver religioso (oração quotidiana, missa ao domingo, peregrinações, leitura da Bíblia, ...)

a) Influência dos pais

Rezar e ler a Bíblia

Se 75,3% das crianças refere que as pais rezam habitualmente, 76,3% reza com elas, 46,4% reza em família; 44,7% indicam que os pais leem a Bíblia, 39,2% que leem a Bíblia com os filhos, 27,4% que há leitura da Bíblia em família e que 55,8% dos pais recomenda aos filhos que leiam a Bíblia.

Nos adolescentes, 40,6% refere que os pais não rezam habitualmente e 59,4% que o faz; destes, 28,4% rezam em família e 41,5% indica a disponibilidade dos pais para rezarem com eles; só 18,8% dos pais é indicado como lendo a Bíblia, mas apenas em 6,3% dos casos esta é lida em família e 15,6% especificamente com os filhos; 23,2% dos pais dos adolescentes são indicados como sugerindo aos filhos a leitura da Bíblia.

Participar no Eucaristia

76,8% das crianças indica que os pais participam na Eucaristia, sendo que 75,8% vai com os eles, 51% vai com a família, e 76% indica que só os pais os levam (parece pois que é residual o número de crianças que vai à missa sem os pais).

67,7% dos adolescentes indica que os pais vão à Eucaristia dominical, 73,7% com os filhos, 64,4% com a família, 75,8% que são os pais que os levam (parece possível que 2% vá a missa de forma autónoma).

Fazer peregrinações

Das crianças, 42% afirma que os pais fazem peregrinações, das quais 23% com a família; 15% dos pais são referidos como aconselhando esta prática. Dos pais dos adolescentes, 37,5% faz peregrinações, 24,7% com as famílias e 13,5% referem que os pais aconselham esta prática.

b) Influência dos avós

Rezar e ler a Bíblia

81,5% das crianças e 84,4% dos adolescentes referem que os avós rezam habitualmente, sendo que o fazem em família 42,4% dos avós das crianças e 40,2% dos adolescentes. 64,2% das crianças refere que os avós rezam com elas, assim como 47,9% dos adolescentes, sendo que 70,3% das crianças e 72,9% dos adolescentes são aconselhados pelos avós a rezar, ou seja, numa percentagem elevada. Também são indicados como lendo a Bíblia 64,8% dos avós das crianças e 85,4% dos adolescentes, sendo que 40,9% dos avós das crianças a lê com os netos, o que é indicado por apenas 14,6% dos adolescentes. 51,7% dos avós das crianças aconselham essa leitura e 32,3% dos avós dos adolescentes também.

Participar na Eucaristia

Para as crianças, 73,1% dos avós participam na eucaristia, 50,5% vai com a família, 61% com os netos e 48,4% são quem leva os netos. Para os adolescentes, 84,4% dos avós participam na eucaristia, 64,9% vai com a família, 65,6% com os netos e 58,4% levam os netos.

Fazer peregrinações

Das crianças, 40,9% afirma que os avós fazem peregrinações, das quais 12,1% com a família; 8,7% dos avós são referidos como aconselhando esta prática. Dos avós dos adolescentes, 46,8% faz peregrinações, 25,3% com as famílias e 18,1% referem que os avós aconselham esta prática.

Destes dados é possível concluir, pelo menos, que os pais são a influência mais determinante na religiosidade dos filhos mas que, das pessoas do contexto próximo das crianças e adolescente, são aos **avós aqueles que são percebidos como tendo uma maior prática religiosa e uma razoável influência direta na religiosidade de ambos os grupos de idades.**

2.3. Quais são as outras pessoas (parentes, adultos significativos, amigos) que, nesta idade, influenciam a religiosidade?

a) Influência dos padrinhos

A influência geral dos padrinhos (“Ensinar a ser cristãos”) parece razoavelmente elevada na infância mas decrescendo na adolescência: 63,3% das crianças referem-na, mas apenas 38,1% dos adolescentes considera que existiu. Do ponto de vista da “rotina educativa religiosa” os padrinhos estão ainda menos presentes: 21% das crianças referem que as levam à catequese, e apenas 1,4% que influenciam a escolha de EMRC; os adolescentes indicam que os padrinhos estão relacionados com a sua catequese em 13,4% dos casos e que 11,3% influencia a frequência de EMRC.

Rezar e ler a Bíblia

72,9% das crianças e 48,9 % dos adolescentes referem que os padrinhos rezam habitualmente, sendo que o fazem em família 28% dos padrinhos das crianças e 19,4% dos adolescentes. 33% das crianças refere que os padrinhos rezam com elas, assim como 21,7% dos adolescentes, sendo que 44,6% das crianças e 28,3% dos adolescentes são aconselhados pelos padrinhos a rezar, ou seja, numa percentagem inferior aos pais e aos avós. Também são indicados como lendo a Bíblia 51,1% dos padrinhos das crianças e 14,7 % dos adolescentes, sendo que na infância 27,7% a ler com os afilhados e apenas 8,5% na adolescência. 32,2% dos padrinhos das crianças aconselham essa leitura e apenas 9,6% dos padrinhos dos adolescentes. No geral, a influência dos padrinhos parece decrescer com a idade de uma forma claramente mais acentuada do que a dos avós e a dos pais.

Participar na Eucaristia

Para as crianças, 75% dos padrinhos participam na eucaristia, 44,2% vai com os afilhados e 48,4% levam-nos. Para os adolescentes, 42,6% dos padrinhos participam na eucaristia, 32,3% com os afilhados e 31,2% levam-nos.

Fazer peregrinações

Das crianças, 34% afirma que os padrinhos fazem peregrinações, das quais 17,4% com os afilhados; 17,4% dos padrinhos são referidos como

aconselhando esta prática. Dos padrinhos dos adolescentes, 9,5% faz peregrinações, 9,5% com os afilhados e 8,4 % referem que os padrinhos aconselham esta prática.

Da diversidade de situações em que se inscrevem os **padrinhos**, da sua maior proximidade familiar e geográfica nada sabemos de concreto, mas é possível verificar que, para cerca de um terço das crianças, os padrinhos estão presentes, são religiosos e procuram influenciá-los no sentido de serem, também, pessoas de prática religiosa. Na adolescência pode ser que vão perdendo o contacto ou, pelo menos, a influência educativa, tanto pela forma escassamente religiosa como são vistos como pela forma como é perspectivada a sua eventual tentativa de influenciar o comportamento religioso dos afilhados adolescentes.

b) Influência dos professores

A influência geral dos professores (“Ensinares a ser cristãos”) parece ser percecionada de forma muito elevada na infância mas decrescendo na adolescência: 100% das crianças referem-na, mas apenas 59,8% dos adolescentes considera que existiu, apesar de continuar a ser um resultado significativo. Do ponto de vista da “rotina educativa religiosa” os professores estão muito menos presentes: as crianças não os referem como alguém relacionado com a catequese, e apenas 14,4% dos adolescentes o fazem.

c) Influência dos amigos

Estas questões foram colocadas sob um ponto de vista atual e, também, retrospectivo, isto é, tentando diferenciar a influência dos amigos relativamente à idade escolar (1^o/2^o Ciclo) e à sua influência durante a adolescência.

Durante o 1^o Ciclo/2^o Ciclo de escolaridade

Olhando para o seu percurso de 1^o Ciclo, 97,1% dos amigos das crianças são vistos como cristãos e também 97,1% percecionam-nos como tendo o hábito de rezar; as crianças também indicam, em 92,2% dos casos, que os seus amigos vão à missa (embora não sendo inquiridas sobre que missa), 62,8% que participam em retiros, 96% que vai à catequese e em 74,7% dos casos que vão à catequese com o inquirido.

Já os adolescentes apenas em 87,4% dos casos percebem os amigos do 1º Ciclo de ensino como sendo cristãos, 37,2% como tendo o hábito de rezar, 71,3% como indo à missa (genericamente), 21,1% como participando em retiros, 88,7% como indo à catequese e 73,2% como indo à catequese com o inquirido.

Durante o 3º Ciclo de escolaridade

82,5% dos adolescentes acha que os amigos têm importância para a sua religiosidade cristã. 37,2% consideram que os amigos rezam, 68,4% que vão à missa, 21,3% que fazem retiros e 81,1% que vão à catequese (local de manter/fazer amigos?), e 70,8% referem que os amigos os acompanham na catequese; 13,8% refere que os amigos influenciam a sua postura religiosa.

Durante o Ensino Secundário

82,3% dos adolescentes acha que os amigos têm importância para a sua religiosidade cristã. 41,1% consideram que os amigos rezam, 56,8% que vão à missa, 32,3% que fazem retiros e 66,3% que vão à catequese (local de manter/fazer amigos?), e 34,7% referem que os amigos os acompanham na catequese; 16,3% refere que os amigos influenciam a sua postura religiosa.

Para estes adolescentes mais velhos, para a sua posição religiosa a escola é mais importante do que antes (51%), assistir a missa também (57,9%), refletir (20%) e peregrinar (6,2%).

2.4. Que acontecimentos ou experiências podem ter desempenhado um papel importante no seu percurso religioso?

Foi importante para o crescimento na fé

As crianças referem sobretudo como importantes para o seu crescimento na fé: 35,3% assistir a um batizado/casamento, 20% um amigo, 16,5% a morte de alguém, 15% a preparação para a primeira comunhão e 3,5% uma doença.

Os adolescentes referem sobretudo como importantes para o seu crescimento na fé: 37,3% uma doença, 25,5% assistir a um batizado ou casamento, 19,6% preparar-se para a primeira comunhão, 5,9% um amigo, 5,8% a morte de alguém.

Questionou a sua fé (colocou-a à prova)

As crianças referem em 22,1% dos casos que foi a morte de alguém e 19,1% uma doença; 14,7% indica a preparação para a primeira comunhão e 11,8% assistir a um batizado ou um casamento.

Os adolescentes referem em 40% dos casos que a sua fé foi questionada por um episódio de doença e em 24% a morte de alguém; a preparação para a primeira comunhão foi importante para 14% e assistir a um batizado ou casamento foi importante para questionar a fé de 12%.

Recuperar/fortalecer a fé

29,5% das crianças refere que um episódio de doença as ajudou a recuperar/fortalecer a fé, assim como a morte de alguém (18%), assistir a um batizado ou casamento (16,4%) e a preparação para a primeira comunhão (14,8%).

24% dos adolescentes refere que um episódio de doença os ajudou a recuperar/fortalecer a fé, assim como a morte de alguém (a mesma taxa de 24%); assistir a um batizado ou casamento influenciou 16% e a preparação para a primeira comunhão, outros 16%.

Acontecimento importante que fragilizou/reduziu a sua fé

Para as crianças o acontecimento que mais fragilizou a sua fé foi a morte de alguém (36,7%), mudar de casa (26,7%), mudar de escola (11,7%) e uma doença (10%). Já os adolescentes, 52,3% indicam como causa de uma fragilização da sua fé a morte de alguém e 11,4% uma doença.

Fez crescer a fé

No grupo das crianças, a catequese ajudou 25,9% a crescer na fé, um acampamento 16%, a escola 9,9%, uma peregrinação 9,9% e participar numa atividade caritativa (de ajuda) 8,6%. No grupo dos adolescentes 22,2% indicam a catequese, 17,8% a atividade caritativa e 13,3% a escola.

Contribuiu para pensar sobre o religioso

Para as crianças, em 25,4% dos casos, foi a catequese que contribuiu para a reflexão sobre o religioso, mas indicam também (14,1%) uma visita de estudo. São 44,2% os adolescentes que indicam a catequese, 14% a escola (que no caso desta amostra é católica) e 9,3% uma visita de estudo.

Contribuiu para estabelecer uma relação entre a fé e a vida

11,9% das crianças indicam a catequese, 10,2% o desporto, 8,5% a escola, 6,8% uma peregrinação. Para 40,6% dos adolescentes é a catequese que relaciona a fé com a vida, 12,5% a escola e 12,5% o desporto.

Motivo para quase perder a fé

Para as crianças as atividades desportivas (25%) e as férias (18%) quase as fizeram perder a fé, enquanto que os adolescentes referem (20%) sobretudo o desporto.

Importância da oração para a sua fé

No grupo das crianças, 58% acha que a oração tem muita importância para a sua fé, 39,2% que tem bastante importância e para 2% pouca importância. Para 14,6% dos adolescentes a oração tem muita importância para a sua fé, 30,2% bastante importância, para 32,3% tem pouca e para 22,9% no tem nenhuma importância.

Questões colocadas apenas aos adolescentes

Importância da eucaristia para a sua fé

Para 11,5% dos adolescentes a eucaristia tem muita importância para a sua fé, 27,1% bastante importância, para 42,7% tem pouca importância e para 18,8% não tem importância nenhuma.

Frequência da comunhão

22,5% dos adolescentes comungam sempre, 22,9% quase sempre, 22,9% poucas vezes e 29,2%, isto é, quase um terço dos inquiridos, não comungam nunca.

Apreço pelo sacramento da reconciliação

Apenas 4,2% dos adolescentes refere gostar muito de se confessar; 15,6% gosta bastante, 41,7% gosta pouco e 38,5% não gosta nada de se confessar.

.....

Note-se que os dados obtidos com estas questões, e aquelas que se seguem, não foram cruzados, isto é, não foram analisados identificando as opiniões e preferências dos adolescentes de acordo com a caracterização

que fazem da sua fé. Julgamos que, embora fora do âmbito do estudo pedido, poderá iluminar substancialmente melhor e aprofundar de forma muito significativa a nossa compreensão sobre os processos de iniciação cristã dos adolescentes.

.....

Caracterização da sua fé

10,3% dos adolescentes inquiridos caracteriza a sua fé como muito grande (10,3%), 42,3% como grande, 19,6% como pequena, 14,4% como muito pequena e 13,4% sem existência.

55,7% caracterizaram-se como cristãos, portanto talvez apenas aqueles que sentem ter uma fé muito grande ou grande (10,3% + 42,3% = 52,6%), sendo que talvez as que sentem uma fé pequena não estejam certos da sua pertença.

Destes 55,7% de cristãos, 24,7% considera-se católico praticante; 48,5% escolheu a opção “sou católico mas não pratico” e 8,2% escolheu a opção “já fui católico, mas agora não pratico”.

Por fim, 18,6% refere que “sempre acreditei”, 17,5% que “agora não tenho fé”, 4,1% “sou contra a fé”, 9,3% “tenho fé mas não sou religioso” e 7,2% “ando à procura” de uma pertença religiosa.

Os dados anteriormente referidos permitem-nos responder, embora com a máxima prudência, ao seguinte grupo de questões colocadas pelo Estudo Europeu, do seguinte modo:

2.5. Que papel teve a escola no itinerário religioso?

A escola, como um todo, não foi considerada no nosso questionário, mas parece que é vista como tendo um certo papel no sentido em que aos professores é possível *colocar questões* de caráter religioso e quando estes *facilitam o acesso à catequese (nalgumas escolas católicas e, até, paróquias, os catequistas são professores; também acontece que uma escola favoreça, pela facilitação de inscrições ou transporte, a participação dos seus alunos na catequese)*. Também é importante referir que os amigos estão quase sempre na escola e que parece haver uma tendência, sobretudo na infância,

para os escolher ou, pelo menos, para os perceberem como “tão religiosos como eu”.

2.6. Que papel pode ter tido no seu itinerário a preparação para os sacramentos?

A preparação para a *primeira comunhão* aparece como tendo importância para muitas das crianças e adolescentes, que a referem no contexto de *Foi importante para o crescimento na fé*: crianças - 15%; adolescentes - 19,6%; também no contexto *Questionou a sua fé*: crianças - 14,7%; adolescentes – 14%; no contexto *Recuperar/fortalecer a fé* referida por 14,8% das crianças e 16% dos adolescentes.

Também é importante reter os números relativos à participação das crianças e adolescentes num batizado ou casamento, que referem: *Foi importante para o crescimento na fé*: 35,3% das crianças e 25,5% dos adolescentes; *Questionou a sua fé*: 11,8% das crianças e 12% dos adolescentes; *Recuperar/fortalecer a fé*: 16,4% das crianças e 16% dos adolescentes. Será a dimensão litúrgica?

2.7. Tem outras recordações destas etapas da vida que comportem uma dimensão religiosa e que contribuíram para o seu itinerário crente, ou que, pelo contrário, os distanciou da religião?

Foi importante para o crescimento na fé: Crianças: referem 20% um amigo, 16,5% a morte de alguém e 3,5% uma doença. Adolescentes: referem 37,3% uma doença, 5,9% um amigo, 5,8% a morte de alguém.

Questionou a sua fé: Crianças: referem em 22,1% dos casos que foi a morte de alguém e 19,1% uma doença. Adolescentes: referem em 40% dos casos que a sua fé foi questionada por um episódio de doença e em 24% a morte de alguém.

Recuperar/fortalecer a fé: Crianças: referem 29,5% um episódio de doença, assim como a morte de alguém (18%). Adolescentes: referem 24% um episódio de doença, assim como a morte de alguém (os mesmos 24%).

Acontecimento importante que fragilizou/reduziu a sua fé: Crianças o acontecimento que mais fragilizou a sua fé foi a morte de alguém (36,7%), mudar de casa (26,7%), mudar de escola (11,7%) e uma doença (10%). Adolescentes: 52,3% indicam a morte de alguém e 11,4% uma doença.

Fez crescer a fé

No grupo das crianças, **a catequese** ajudou 25,9% a crescer na fé, um acampamento 16%, a escola 9,9%, uma peregrinação 9,9% e participar numa **atividade caritativa** (de ajuda) 8,6%. No grupo dos adolescentes 22,2% indicam **a catequese**, 17,8% a **atividade caritativa** e 13,3% a escola.

Contribuiu para pensar sobre o religioso

Para as crianças, em 25,4% dos casos, foi a **catequese**, tal como para 44,2% dos adolescentes. A *escola* é sempre mais referida pelos adolescentes, de resto na linha do seu papel de socialização dos adolescentes e de contraponto às fortes influências familiares da infância.

Estabelece uma relação entre a fé e a vida

11,9% das crianças indicam a **catequese**, 10,2% o desporto, 8,5% a escola, 6,8% uma peregrinação. Para 40,6% dos adolescentes também é a catequese que relaciona a fé com a vida, 12,5% a escola e 12,5% o desporto.

É de supor, e vir a verificar, se a relação entre a *fé e a vida que a escola proporciona* se associa, ou não, ao ensino religioso escolar.

Motivo para quase perder a fé

Para as crianças as atividades desportivas (25%) e as férias (18%) quase as fizeram perder a fé, enquanto os adolescentes referem (20%) sobretudo o desporto. Esta relação não é clara, mas será que “faz esquecer” ou que é “uma tentação”? Provavelmente também terá uma explicação mais pragmática: o intervalo das férias, sem atividade na catequese e na formação religiosa escolar, leva as crianças e os adolescentes a abandonar ou reduzir a prática religiosa? A prática do desporto entra em competição com os horários da catequese? Ou não deixa tempo para pensar/praticar a sua fé?

Importância da oração para a sua fé

No grupo das crianças 58% acha que a oração tem *muita importância* para a sua fé, 39,2% que tem *bastante importância* e para 2% *pouca importância*. Para 14,6% dos adolescentes a oração tem *muita importância* para a sua fé, 30,2% *bastante importância*, para 32,3% *tem pouca importância* e para 22,9% *não tem nenhuma importância*.

De notar que a catequese ocupa o lugar central na formação religiosa e na construção de uma relação entre a fé e a vida. A importância da escola na opção e prática religiosa – que, como os estudos têm vindo a mostrar, se vai tornando menos significativa para um grupo relativamente numeroso de adolescentes – vai-se acentuando com a idade.

Será importante, em estudos futuros, perceber de que modo a escola leva a questionar (e, depois, a abandonar, fragilizar, colocar em stand by ou fortalecer a fé de cada um) a fé e a prática religiosa que, como se sabe, são questões diferentes ou, melhor dizendo, duas faces distintas de uma mesma realidade, a religiosidade da pessoa. A este respeito, note-se que a escola também configura um conjunto de entidades e experiências identitárias que têm repercussões sobre os percursos individuais da fé: a socialização com os pares, o surgimento de amizades, experiências amorosas e da prática sexual; a socialização extrafamiliar com outros adultos (que não os pais, padrinhos, avós ou catequistas); o contacto com teorias científicas e filosóficas que são críticas ou se opõem à interpretação que da realidade faz a fé. A discriminação dessas influências também deve ser feita, assim como se deve empreender um esforço sério para melhor compreender as suas interações com a história de fé. De qualquer modo, não há que ter medo da dúvida, a dúvida inteligente e a honesta procura de uma explicação faz parte de um caminho de fé maduro.

.....

3. Sobre as conclusões do estudo europeu²

Segundo o seu relator, L.Mellet, o estudo global do inquérito identifica três elementos fundamentais para a iniciação cristã das crianças e dos adolescentes: o círculo da vida quotidiana, tendo como fator decisivo a família; depois, a comunidade cristã e a liturgia, como espaços de encontro

² O estudo conclusivo ainda não foi publicado à hora de encerramento desta edição e não obtivemos autorização do seu autor para publicar os dados já disponíveis da apresentação feita no Congresso. É possível consultar a apresentação multimédia divulgada no referido Congresso em <http://www.catechese.catholique.fr/actualites/breves/enquete-europeenne-sur-l-initiationchretienne.html> pelo autor do relatório. Para a preparação desta conclusão usámos como referência dos dados globais o documento preparado para *press release* mas baseámo-nos essencialmente nos resultados obtidos em Portugal.

privilegiado com Deus; finalmente, a necessidade de um caminho pessoal de cada sujeito, em liberdade.

A família, fator decisivo de iniciação cristã

A família e, sobretudo os irmãos e os avós, constituem o quadro «primário e essencial» da iniciação cristã das crianças e adolescentes, o primeiro lugar de vida onde se construirá a relação com a realidade e, por isso, com Deus e a Igreja. Esta comunidade de vida facilita a experiência da presença de Deus através da Palavra e do exemplo, através da interação de todos os seus membros.

A «prática religiosa» em família é, pois, um fator «decisivo» na iniciação cristã, tanto para os mais pequenos como para os adolescentes. Para a maioria dos inquiridos nos vários países, a família tem um papel iniciador, de exemplo e de apoio e todos os seus membros são importantes. O papel relevante das avós na transmissão da fé foi referido em todos os países.

Outros «espaços» sociais: os amigos e a escola

Os amigos também têm um papel, pois parece relevante para os mais jovens a oportunidade de viver a fé com pessoas da sua idade. Disso é sinal, em Portugal, o facto de grande percentagem de crianças referirem que os seus amigos são cristãos e de um número significativo de adolescentes também o assinalar. Pode ser que o sejam, ou não, mas é relevante que os vejam como tal. Colocando-se a questão de se terem questionado alunos de escolas católicas e destas poderem favorecer um círculo social tendencialmente mais praticante da fé cristã (e reduzindo as oportunidades de contacto com outras realidades religiosas), também se pode colocar a possibilidade de uma partilha da fé e dos hábitos da sua prática ser um critério de escolha dos amigos para as crianças e adolescentes iniciados na sua fé cristã. A nível do estudo europeu, os amigos são importantes sobretudo durante a infância mas é sempre importante viver a fé com os pares.

A influência da escola reconhece-se no seu papel de promoção do diálogo, no encontro com outros pontos de vista e culturas, favorecendo a maturidade das opções de fé. A importância dos professores é relevante neste processo, sobretudo na «instrução religiosa», onde, em Portugal, são acompanhados pelos catequistas. Este resultado deve levar-nos a pensar como seria positivo para o processo de iniciação cristã dos mais jovens se conseguíssemos favorecer a participação conjunta das crianças e adolescentes na catequese

e na educação religiosa escolar. De facto, não sendo suficiente, uma escolha livre da fé é favorecida, no mundo da informação e na economia do conhecimento, por uma adequada e substantiva conceptualização da fé.

A nível do estudo europeu, o papel da escola é importante mas varia com o contexto: geralmente tem um papel positivo quando se trata de escolas católicas mas nos países de prevalência cristã minoritária (por exemplo, na Turquia, França e Bélgica), ser-se visto como religioso/cristão na escola é motivo de gozo e de isolamento e, às vezes, ocasião para se ser exposto pelos professores. Nestes casos, o isolamento é sempre um fator dissuasor, mas a pressão com o trabalho escolar também tem um papel relevante. Em Portugal parece que esse papel é preenchido pelas atividades desportivas, muito apontadas como algo que afasta da prática religiosa e da fé. De facto, há entre nós uma cultura de atividades de tempos livres e uma preocupação em restringir ao mínimo o tempo livre das crianças e dos adolescentes – uma combinação entre babysitting e vacina contra as ameaças do crescimento – que é frequentemente sentida como competindo com as oportunidades de formação religiosa.

As atividades preparadas no contexto de movimentos católicos (retiros, acampamentos, peregrinações) são tidos por positivos na generalidade dos países, pois, a fé não se limita a uma experiência de família, abrir-se a outros é importante. Muitos adolescentes sublinham, no global das respostas à escala europeia, a necessidade e utilidade de participar em ações concretas, práticas, sem se limitar aos momentos de discussão e de reflexão. Em Portugal, por exemplo, as atividades sociocaritativas são sublinhadas, na sua importância para a experiência de fé, tanto pelas crianças como pelos adolescentes.

A comunidade e a liturgia, lugar de encontro com Deus

No conjunto das respostas dos diversos países, a comunidade cristã é espaço de testemunho mas pode ser um obstáculo à iniciação cristã se não fornecer um exemplo positivo. Em países minoritários (Turquia, Bélgica) o interesse na fé é indicado como tendo muito a ver com a pessoa concreta do catequista, a sua personalidade. De qualquer modo, pertencer a uma comunidade é importante, embora nalguns países a imagem da Igreja seja um fator negativo.

Os sacramentos são assinalados com frequência como tendo um papel favorecedor na religiosidade da pessoa : a sua preparação, como é o caso da primeira comunhão (globalmente indicada por todos os países), assim como a sua prática (eucaristia, reconciliação) ou participação numa cerimónia (batizado, matrimónio). O sacramento da reconciliação parece bastante popular entre as crianças e os jovens europeus, mas neste ponto não são acompanhados pelos portugueses, dos quais, cerca de metade não gosta ou não gosta nada de se confessar, um ponto, pois a merecer reflexão e ação. Os jovens europeus explicam que assim se sentem acompanhados no seu percurso de fé além de experimentarem o perdão de Deus. A associação entre reconciliação e acompanhamento desafia claramente a catequese.

A vida litúrgica também é indicada como relevante para a construção da fé, embora noutros países seja citada como podendo afastar da fé, desencorajar a sua prática. Mas a participação é sempre promotora de identidade e de iniciação, se bem que a questão da animação levante entraves importantes. . A qualidade da liturgia para a infância e os adolescentes ainda é um crucial tema, a tratar com rigor e urgência. Muitos inquiridos referem que é fundamental perceber a liturgia para poder participar com gosto, mas a importância de compreender a fé é transversalmente extensiva a todas as formas de experiência e de formação.

A catequese

No conjunto dos países estudados, a catequese é sempre um fator positivo na iniciação cristã das crianças e dos adolescentes, embora dependa muito do contexto de cada país. Parece claramente significativa para os adolescentes e, sobretudo, as crianças portuguesas. Uma catequese muito rígida pode ser um fator negativo e na adolescência parece significativo que permita discutir e questionar as várias realidades com que se confronta o catequizando. Os países francófonos referem que uma catequese com falta de conteúdo, ou sem progressão ou fundamentalista, tem uma influência negativa nos processos de descoberta da fé.

As capelanias (onde as há) e os cursos de ensino religioso escolar também são citados, em todos os países, como fatores que favorecem a iniciação cristã.

A apropriação pessoal

A diferença de respostas observada entre as crianças e os adolescentes, indica que, como é frequentemente referido na investigação e pouco considerado na prática catequética, cada pessoa faz da relação com Deus uma apropriação pessoal. A nível global, o estudo mostra que «os acontecimentos pessoais», negativos ou felizes, podem ter um papel importante no caminho de fé dos mais jovens: entre eles, a morte e a doença são citados como relevantes pelos inquiridos portugueses.

Muitos dos jovens que se afastaram da fé dizem que não encontraram resposta para as suas questões e que não encontraram ninguém que os pudesse ajudar. Naturalmente, como noutras dimensões da vida, a adolescência coloca à prova a fé da infância e um grupo dos adolescentes portugueses mostra-o. A adolescência é, também, o tempo das questões existenciais, do sofrimento, da morte, o tempo de questionar e de aprofundar a fé. Os adolescentes reclamam este apoio e lançam o desafio, através da Europa: se não forem apoiados no seu caminho de conversão, espera-(n)os o desapontamento e o distanciamento subsequente.

